

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV)
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO (EAESP)

LUIZA VERAS DE SANDES-GUIMARÃES

**GESTÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: UM ESTUDO COM REVISTAS DA ÁREA DE
ADMINISTRAÇÃO**

São Paulo

2013

LUISA VERAS DE SANDES-GUIMARÃES

**GESTÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: UM ESTUDO COM REVISTAS DA ÁREA DE
ADMINISTRAÇÃO**

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração Pública e Governo.

Linha de Pesquisa: Governo e Sociedade Civil em Contexto Subnacional

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Henrique Diniz

São Paulo

2013

Sandes-Guimarães, Luisa Veras de.

Gestão de periódicos científicos: um estudo com revistas da área de Administração / Luisa Veras de Sandes-Guimarães. - 2013.

143 f.

Orientador: Eduardo Henrique Diniz

Dissertação (CMAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Publicações científicas - Brasil. 2. Periódicos eletrônicos. 3. Editoração. 4. Administração - Periódicos. I. Diniz, Eduardo Henrique. II. Dissertação (CMAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 665.53

LUISA VERAS DE SANDES-GUIMARÃES

**GESTÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS: UM ESTUDO COM REVISTAS DA ÁREA DE
ADMINISTRAÇÃO**

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração Pública e Governo.

Linha de Pesquisa: Governo e Sociedade Civil em Contexto Subnacional

Data de aprovação:

27/02/2013

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Eduardo Henrique Diniz

(Orientador)

FGV-EAESP

Prof. Dr. Mário Aquino Alves

FGV-EAESP

Prof. Dr. Rogério Mugnaini

USP-EACH

*À minha querida mãe, Ceres,
minha inspiração de vida*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me dado força e coragem para superar os obstáculos, sabedoria para fazer as escolhas corretas, saúde para realizar as tarefas exigidas e muita persistência para alcançar minhas metas.

Agradeço à minha amada mãe, Ceres, que me auxiliou nos momentos em que mais precisei, sempre oferecendo preciosos conselhos, apoio emocional e amor que precisei não só durante esses dois anos de mestrado, mas por toda minha vida. Muito obrigada por tudo mamãe, não teria conseguido essa conquista sem você.

Agradeço ao meu pai, Tomás, que me inspirou a seguir a carreira acadêmica, na qual estou conseguindo progredir graças aos seus importantes ensinamentos e sua essencial ajuda em todos os momentos antes e durante o mestrado. Obrigada papai, seu auxílio foi fundamental para finalizar essa primeira etapa da minha vida acadêmica.

Agradeço ao meu namorado e amigo Marcelo Araujo, que foi um presente que esse mestrado me ofereceu. Obrigada, meu amor, por ter me dado o carinho, a atenção e o amor que eu precisava nessa importante etapa da minha vida.

Agradeço à minha madrinha, Anália, que me recebeu em sua casa de braços abertos e sem a qual não teria conseguido permanecer esses dois anos morando na cidade de São Paulo. Espero um dia poder retribuir toda a assistência que me foi dada.

Agradeço ao meu orientador, professor Eduardo Diniz, que me recebeu com todo apoio e carinho quando resolvi fazer o mestrado na FGV-EAESP, me inspirou e me ajudou a estudar esse tema com sua prática na edição de periódicos científicos e me ofereceu uma valiosa experiência de trabalho na Revista de Administração de Empresas (RAE), na qual aprendi muito para a realização dessa pesquisa de mestrado.

Agradeço à equipe da RAE, com a qual trabalhei por cerca de um ano e meio e com a qual aprendi sobre o funcionamento e atividades de um periódico científico, além de ter passado diversos momentos de alegria nos encontros dentro e fora do local de trabalho.

Agradeço a todos os meus colegas de curso, especialmente, Carolina Fabris, Manuella Ribeiro, Maria Paola Ometto, Roseane Marques, Thamiris Rodrigues, Fernanda Silva, Maria Fernanda Alessio, Anny Medeiros e Tamara Crantschaninov. Vocês me receberam de coração aberto e a amizade de vocês foi fundamental para que eu conseguisse me adaptar a uma nova cidade, um novo ambiente e novas temáticas. Muito obrigada mesmo, espero que nossa amizade seja duradoura.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio durante 12 meses do mestrado pelo programa PROSUPTX. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pelo apoio durante 5 meses do mestrado por meio da bolsa de manutenção. Agradeço finalmente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio durante os demais meses até a conclusão da pesquisa e defesa da dissertação.

*Sonhar o sonho impossível,
Sofrer a angústia implacável,
Pisar onde os bravos não ousam,
Reparar o mal irreparável,
Amar um amor casto à distância,
Enfrentar o inimigo invencível,
Tentar quando as forças se esvaem,
Alcançar a estrela inatingível:
Essa é a minha busca.*
Dom Quixote

RESUMO

A criação e popularização da Internet têm provocado sérias mudanças no campo da comunicação. Especificamente na comunicação científica, o uso do meio eletrônico permite agilizar as etapas do processo editorial, bem como facilitar a criação, disseminação, pesquisa e uso de informação científica. Entretanto, a incorporação de tecnologias é também desafiadora, pois exige diversas mudanças no modelo de gestão de periódicos científicos. Esse é composto basicamente por aspectos científicos (certificação de conteúdo visando a seleção e divulgação de conhecimento de qualidade), administrativos (produção editorial e gráfica, gestão administrativa e financeira, comunicação e marketing) e financeiros (modelo de rendimentos) que precisam estar alinhados para que o periódico possa cumprir seu objetivo. A presente pesquisa teve como principal objetivo analisar a gestão editorial de periódicos científicos da área de Administração no contexto brasileiro e propor uma tipologia de seus modelos de gestão. Adotou-se de uma abordagem qualitativa e foram utilizados métodos de pesquisa documental, entrevista e análise bibliométrica para, respectivamente, identificação do contexto, descrição dos modelos de gestão editorial e cálculo do impacto dos periódicos selecionados para o estudo (*Revista de Administração de Empresas*, *Revista de Administração Contemporânea*, *Revista de Administração da USP*, *Organizações & Sociedade* e *Brazilian Administration Review*). Identificou-se que os periódicos selecionados apresentam impacto (medido por meio de citações) relativamente alto quando comparados aos periódicos estrangeiros avaliados pelo Qualis da área de Administração, Contabilidade e Turismo. Percebe-se que o modelo de gestão dos periódicos está fortemente vinculado ao tipo de Instituição Mantenedora desse (Associação Científica, Instituição de Ensino Superior (IES) Pública, IES Privada), a qual influencia nas questões financeiras, administrativas e científicas das revistas. Espera-se que os resultados da pesquisa possam contribuir não só para os editores de revistas científicas, mas também para os responsáveis por decisões que se referem às políticas de avaliação e fomento de periódicos científicos no Brasil.

Palavras-Chave: Comunicação Científica. Periódicos Científicos. Gestão Editorial. Impacto de Periódicos. Acesso Aberto.

ABSTRACT

The creation and popularization of the Internet have led to serious changes in the communication field. Specifically in scientific communication, the use of electronic media allows you to streamline the editorial process steps, as well as facilitate the creation, dissemination, research and use of scientific information. However, the incorporation of technology is also challenging because it requires several changes in the management model of scientific journals. This is basically composed of scientific aspects (certification of contents aiming at the selection and dissemination of knowledge of high quality), administrative aspects (editorial and graphic production, administrative and financial management, marketing and communications) and financial aspects (revenue model) that need to be well aligned so that the journal can accomplish its main goal. This study aimed to analyze the editorial management of scientific journals in the Business Administration field in the Brazilian context and proposes a typology of their management models. It was adopted a qualitative approach and the data collection methods used were documental research, interviews and bibliometric analysis for, respectively, context identification, description of editorial management models and calculus of the impact of the journals selected for the study (*Revista de Administração de Empresas, Revista de Administração Contemporânea, Revista de Administração da USP, Organizações & Sociedade* and *Brazilian Administration Review*). It was identified that the selected journals have a relatively high impact (measured by citations) when compared to foreign journals classified at the *Qualis* (Brazilian Official Journal Ranking) of the Administration, Accounting and Tourism field. It is noticed that the management model of the journals is strongly linked to the type of supporting institution (Scientific Association, Private or Public Higher Education Institutions), which influences in scientific, administrative and financial matters of the journals. It is hoped that the results of this research can contribute not only to the editors of scientific journals, but also for decision makers that work with the policies of assessment and promotion of scientific journals in Brazil.

Keywords: Scientific Communication. Scientific Journals. Editorial Management. Journal's Impact. Open Access.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
1.1 OBJETIVOS	8
1.1.1 Objetivo Geral	8
1.1.2 Objetivos Específicos.....	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1 ACESSO ABERTO E NOVOS MODELOS DE PUBLICAÇÃO.....	9
2.1.1 Modelos de publicação e financiamento de revistas científicas.....	12
2.1.1.1 Modelos de financiamento para periódicos OA.....	14
2.2 GESTÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS.....	16
2.2.1 Gestão Científica.....	18
2.2.1.1 Garantia de perenidade e de credibilidade científica	18
2.2.1.2 Custos da gestão científica	22
2.2.2 Gestão Administrativa	24
2.2.2.1 Gestão Administrativa e Financeira	24
2.2.2.2 Produção Editorial e Gráfica.....	25
2.2.2.3 Comunicação e Marketing.....	26
2.2.2.4 Custos da gestão administrativa	27
2.3 MODELO DE NEGÓCIOS.....	30
2.3.1 Proposição de Valor.....	33
2.3.2 Arquitetura de Valor	36
2.3.3 Modelo de Rendimentos / Financiamento	36
2.4 IMPACTO DE PERIÓDICOS	37
2.4.1 Bibliometria	38
2.4.2 Análise de citações e fator de impacto	39
2.4.2.1 Índice H e Google Scholar.....	45
3 METODOLOGIA	49
3.1 PRIMEIRA ETAPA.....	51
3.1.1 Modelo Proposto.....	53
3.1.1.1 Gestão Científica	54
3.1.1.2 Gestão Administrativa	54
3.1.1.3 Modelo de Financiamento	55
3.2 SEGUNDA ETAPA.....	55
4 RESULTADOS.....	56
4.1 PRIMEIRA ETAPA.....	56
4.1.1 Contextualização e caracterização da área.....	56
4.1.2 Caracterização das revistas.....	64
4.1.2.1 Revista de Administração de Empresas.....	64
4.1.2.2 Revista de Administração Contemporânea	66
4.1.2.3 Revista de Administração da USP.....	68
4.1.2.4 Organizações & Sociedade	70
4.1.2.5 Brazilian Administration Review.....	72
4.1.3 Caracterização do modelo de gestão.....	73
4.1.3.1 Gestão Científica	74

4.1.3.1.1 Credibilidade Científica.....	74
4.1.3.1.1.1 Editores	74
4.1.3.1.1.2 Comitê Editorial	78
4.1.3.1.2 Certificação de Conteúdo	80
4.1.3.1.2.1 Processo de Avaliação: RAUSP	80
4.1.3.1.2.2 Processo de Avaliação: RAE	82
4.1.3.1.2.3 Processo de Avaliação: O&S.....	85
4.1.3.1.2.4 Processo de Avaliação: BAR	88
4.1.3.1.2.5 Processo de Avaliação: RAC	89
4.1.3.2 <i>Gestão Administrativa</i>	92
4.1.3.2.1 RAE.....	92
4.1.3.2.2 RAUSP	95
4.1.3.2.3 RAC e BAR.....	96
4.1.3.2.4 O&S	97
4.1.3.3 <i>Modelo de Financiamento</i>	98
4.1.3.3 <i>Tipologia de Modelos de Gestão</i>	101
4.2 SEGUNDA ETAPA.....	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	118
APÊNDICE A – CARACTERÍSTICAS DOS PERIÓDICOS DA AMOSTRA	128
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA EDITORES	129
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ASSISTENTES EDITORIAIS.....	131
APÊNDICE D – RESUMO DO MODELO DE GESTÃO DAS REVISTAS	133

1 INTRODUÇÃO

O rápido desenvolvimento e disseminação de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) têm gerado intensas transformações na economia mundial. As TICs estão no cerne de uma competição globalizada, na qual a capacidade de gerar inovações em curto espaço de tempo é essencial para organizações e países como um todo. O uso intensivo das TICs introduz nos processos produtivos mais racionalidade e flexibilidade, aumentando sua eficiência na utilização de capital, trabalho e recursos naturais. Também proporcionam a criação de meios e ferramentas para auxiliar no processo de produção e disseminação de produtos e serviços inovadores (TAKAHASHI, 2000).

Em especial, a criação e popularização da Internet têm provocado profundas mudanças no campo da comunicação. A web pode ser considerada a manifestação mais completa da chamada nova mídia, onde ocorre a combinação de conteúdos em diferentes formatos, como texto, áudio, imagem, vídeo etc. e sua distribuição em larga escala a custos relativamente baixos. A audiência passa a ser formada por usuários que criam e buscam informação, deixando de ser apenas receptores / espectadores. A nova mídia permite a interatividade e a navegação não linear e, além disso, o conteúdo é encontrado de forma abundante e atualizado em tempo real (ORIHUELA, 2003).

Tal contexto também influencia e modifica o modo de funcionamento específico da comunicação científica. O uso do meio eletrônico permite agilizar as etapas do processo editorial, bem como facilitar a criação, disseminação, pesquisa e uso de informação científica (HURD, 1996). Outros avanços caminham no sentido do acesso aberto à informação científica, significando: a livre disponibilidade da literatura científica na Internet, permitindo que qualquer pessoa utilize-a sem quaisquer barreiras financeiras, legais, técnicas ou outras que não do próprio acesso à Internet (BUDAPEST..., 2002). Seus precursores justificam a iniciativa pela natureza pública da Ciência e de suas pesquisas e pelo fato do impacto ser maior quando a pesquisa é disponibilizada em acesso aberto (ALBERTS, 2002; HARNARD et al., 2004).

A utilização de novas tecnologias na gestão editorial de periódicos científicos parece ser essencial, já que as TICs permitem melhorar a eficiência dos processos necessários a essa gestão, propiciando o alcance do objetivo principal de periódicos, o impacto da publicação no meio acadêmico. Entendendo como finalidade principal de um

periódico científico a disseminação de conhecimento de qualidade que possa ser utilizado por pesquisadores no processo de construção do conhecimento científico de uma área, percebe-se que o impacto é o indicador principal de que o periódico está conseguindo cumprir seu objetivo. Impacto esse entendido no sentido de que o conhecimento divulgado pelo periódico influencia e faz diferença para a comunidade científica da área de influência do periódico e para a sociedade em geral.

Isso pode ser parcialmente medido por meio da leitura, uso e aplicação do conhecimento veiculado, representado principalmente por meio das citações, que simbolizam o nível de interesse de outros pesquisadores pelos artigos publicados na revista e o reconhecimento pela sua qualidade. Existem também outras alternativas para se saber o impacto de uma publicação científica, como número de downloads, visitas ao website do periódico, *altmetrics*¹ entre outras. No entanto, como afirmam Priem et al. (2012), as citações, como todas as suas limitações e ocasional ambiguidade, refletem o uso de publicações científicas. A contagem de citações por si só não é muito utilizada, mas sim os índices, chamados de índices de impacto de periódicos, como o Fator de Impacto (FI) e o Índice H, sendo o primeiro exclusivo para cálculo do impacto dos periódicos da base *ISI Web of Science*, e o segundo de livre utilização em diversas bases de dados, como *Scopus* e Google Scholar.

Ao pensar a gestão de uma revista científica, seja esta impressa ou eletrônica, de acesso aberto ou restrito, um dos aspectos mais abordados na literatura refere-se aos custos de manutenção de um periódico. No entanto, como afirmam Guanaes e Guimarães (2012) e Dubini e Giglia (2009), a análise do modelo de gestão de periódicos científicos é mais do que a simples avaliação dos custos e da viabilidade econômica, e deve considerar em especial a questão da sustentabilidade da revista.

Em linhas gerais, pode-se dizer que gestão de uma revista científica envolve basicamente dois grandes aspectos: científico e administrativo. O primeiro compreende o gerenciamento do processo de certificação científica, visando a seleção e divulgação de conhecimento de qualidade, respaldado pelos atores envolvidos no processo de

¹ *Article Level Metrics*. De acordo com McFedries (2012), esse conjunto de métricas alternativas referem-se a links, posts em blogs, tweets, marcação em favoritos e outras medidas online que supostamente indicam como os leitores foram influenciados por um artigo, ou seja, quanto murmúrio esse artigo está gerando online.

certificação de conteúdo. O segundo refere-se aos processos de produção editorial e gráfica, gerência administrativa e financeira, comunicação e marketing, essenciais para a produção adequada de um periódico científico. O modelo de gestão de um periódico necessita que ambos os aspectos estejam bem alinhados para que o periódico alcance seu objetivo principal de modo sustentável.

A discussão proposta nesta pesquisa ajuda a aprofundar o conhecimento dos modelos de gestão de periódicos científicos, em um momento em que os modelos dominantes estão sendo questionados, avaliando o panorama de publicação acadêmica em um país que começa a despontar no cenário científico internacional. A principal contribuição que se pretende é a construção teórica de um modelo de gestão de periódicos científicos que vá além da mera contraposição entre modelos abertos vs fechados, avançando na descrição dos processos de gestão científica e administrativa que fazem parte de um periódico científico em combinação com seu modelo de rendimentos. Os resultados da presente pesquisa visam se somar ao rol de conhecimentos relativos ao processo de edição e gestão de revistas científicas, inseridas especificamente nas práticas disciplinares do campo da Administração.

A presente pesquisa faz-se relevante em um momento em que a dominância do lucrativo modelo de publicação científica, dominada por um pequeno número de grandes *Publishers*, tem sido crescentemente questionada, apontando para a necessidade de se discutir novos modelos baseados em repositórios abertos e outros formatos não baseados no lucro (BEVERUNGEN et al., 2012; HARVIE et al., 2012). Hoje, o que acontece é que

[...] os insumos básicos necessários à publicação (artigos e serviços editoriais) são providos às editoras (publishers) a custo zero (ou, no máximo, simbólico; alguns editores recebem pequena remuneração) e os compradores do produto ainda subsidiam a produção, uma vez que pagam salários de autores e editores. Adicionalmente, produziu-se um mercado concentrado, do qual se estima que três gigantes (Reed Elsevier, Springer e Wiley) respondam por mais de 40% dos periódicos existentes (CAMARGO Jr, 2013, p. 2).

Assim, o estudo de modelos de gestão relacionados a este ramo de atividade que é fundamental para o desenvolvimento do conhecimento científico necessita ser melhor investigado, particularmente com o objetivo de desvendar o potencial de geração de novos modelos para a atividade de divulgação do conhecimento científico.

O contexto brasileiro é particularmente interessante. A produção acadêmica de pesquisadores brasileiros contada em artigos publicados anualmente em periódicos indexados na *Thomson Reuters* decuplicou entre 1981 e 2008, passando de 2.000 para 20.000 artigos no período (ADAMS; KING, 2009). Com esse aumento, comparando com toda a produção científica mundial, a porcentagem de artigos com pelo menos um brasileiro como autor saltou de 0,44% em 1981 para 2,7%, em 2009, alcançando a 13ª colocação no ranking mundial da produção científica (REZENDE, 2011). Brasil é também o único país da América Latina a investir mais de 1% do seu PIB em pesquisa, motivo pelo qual conta com mais de 60% de toda a produção científica da região (REGALADO, 2010).

Entretanto, este crescimento na produção científica brasileira não é correspondido com crescimento equivalente da relevância dos periódicos científicos do país. Um dos motivos alegados para esta discrepância é a preferência dos pesquisadores brasileiros pelos periódicos estrangeiros em detrimento daqueles de seu próprio país (TEIXEIRA et al., 2012). Camargo Jr (2013, p. 3) afirma que a “lógica atual de classificação de revistas no Qualis, baseada em indicadores de citação, tende indiretamente a privilegiar as publicações fechadas”, as quais são predominantemente estrangeiras, pois no Brasil a quase totalidade das publicações científicas são abertas. Ainda de acordo com o autor, seria importante que o Qualis fosse modificado no sentido de valorizar as revistas abertas, sendo isso, em sua opinião, “um importante passo na superação do atual modelo oligopolista, especialmente se acompanhada de medidas que viabilizassem o financiamento da publicação (CAMARGO Jr, 2013, p. 3)”. Este cenário emergente e paradoxal aponta a relevância do estudo de periódicos científicos brasileiros.

Espera-se que os resultados da pesquisa possam contribuir não só para os editores de revistas científicas, mas também para os responsáveis por decisões que se referem às políticas de avaliação e fomento de periódicos científicos no Brasil.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Diante de tal conjuntura, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a gestão editorial de periódicos científicos da área de Administração no contexto brasileiro e propor uma tipologia de seus modelos de gestão. Para o alcance desse objetivo principal, são elencados os seguintes objetivos específicos.

1.1.2 Objetivos Específicos

- A A partir da literatura científica que se relaciona com a temática da edição e gestão de periódicos científicos, propor um modelo teórico para analisar a gestão de periódicos científicos;
- B Com base no modelo proposto, caracterizar e descrever os modelos de gestão dos periódicos científicos da área de Administração selecionados para estudo, baseado, principalmente, nas percepções dos editores;
- C A partir das características identificadas nos periódicos da amostra e com base no modelo extraído da literatura, propor uma tipologia de modelo de gestão de periódicos;
- D Analisar as citações que os periódicos selecionados receberam durante um período de tempo e calcular o impacto das publicações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ACESSO ABERTO E NOVOS MODELOS DE PUBLICAÇÃO

De acordo com Björk e Hedlund (2009), o acesso aberto pode ser visto como parte de um fenômeno mais amplo, viabilizado pela Web, que envolve a produção colaborativa por pares, o conteúdo gerado pelo usuário e o desenvolvimento de projetos *Open Source*. Cardoso et al. (2009) afirmam que as origens do acesso aberto têm relação direta com as mudanças culturais e econômicas pelas quais a sociedade contemporânea vem passando. Os autores destacam como principais influências ao movimento o surgimento do conceito de *Commons* no contexto digital, trabalhado também por Benkler (2003), além do *Open Source* e do *Creative Commons*.

Além do ambiente favorável, podem ser destacados alguns fatores específicos que propiciaram o surgimento do movimento em favor do acesso aberto à literatura científica. De acordo com Suber (2003), além da questão da crise de preço dos periódicos, é também relevante considerar o problema das barreiras de permissão e de acesso. Harnard et al. (2004) acrescentam a questão da perda do potencial impacto das pesquisas, que acabam ficando, como afirma *The Conversation Media Group* (2011, September 28), *locked behind pay walls*.

Cardoso et al. (2009) afirmam que o acesso aberto pode ser entendido como um processo de descentralização, que permite potencializar a disseminação e o uso do conhecimento científico. Tal possibilidade é ainda mais acentuada com os crescentes avanços da Internet, tanto em termos tecnológicos quanto em termos de alcance. Entretanto, como afirmam Solomon e Bjork (2012), muito do potencial da Web ainda é subutilizado, pois o modelo de negócio da indústria de publicação científica continua sendo baseado na venda de assinaturas para acesso ao conteúdo, que continuam cada vez mais caras.

De fato, o preço de assinaturas de periódicos aumentou substancialmente ao longo das últimas décadas e o orçamento da grande maioria das bibliotecas universitárias não conseguiu acompanhar esse crescimento. Isso tornou difícil para bibliotecas manterem o mesmo número de assinaturas e criou uma barreira de acesso aos conteúdos de conhecimentos que são divulgados (KING; TENOPIR, 1998). Outros

autores como McCartan (2010), McGuigan e Russell (2008) e Luethi (2008) corroboram com o argumento anterior, mostrando que a preocupação continua válida. A Universidade de Princeton recentemente passou a impedir, quase totalmente, a cessão aos *Publishers* dos direitos autorais de artigos publicados por pesquisadores da universidade, mantendo quase toda a publicação institucional em acesso aberto.

A justificativa para essa iniciativa é de fato válida, já que, como exposto pelo The Conversation Media Group (2011), as universidades pagam milhões de dólares ao ano por assinaturas de periódicos e pessoas ou instituições que não os assinam (os custos podem ser de até \$25.000 por ano para um único periódico), são frequentemente impedidas de acessar e ler uma pesquisa que foi financiada com o imposto tirado de seu próprio bolso.

Em razão de barreiras impostas por custos cada vez mais altos, os usuários têm acesso cada vez mais limitado a periódicos científicos, perdendo-se muito do potencial impacto de artigos com acesso restrito/pago. Na medida em que o impacto é crucial para a carreira dos pesquisadores, pois mede o progresso e a produtividade da pesquisa e serve como meio para obter benefícios de suas universidades e das agências de fomento (HARNARD et al., 2004), quanto maior o impacto de um periódico, melhor para a ciência e para a comunidade científica.

As primeiras ações em direção ao acesso aberto (*Budapest Open Access Initiative* (2002) e *Bethesda Statement on Open Access Publishing* (2003)) apontaram para o estabelecimento de duas estratégias para o acesso aberto. A primeira ação é o auto-arquivamento. Neste caso, autores depositam, em um repositório de acesso aberto, seus artigos publicados ou aceitos para publicação em algum periódico referendado. A segunda ação é a criação ou migração de periódicos para acesso aberto, na qual instituições e editores garantem o acesso completo aos conteúdos dos periódicos que editam. A iniciativa define acesso aberto como a disponibilidade livre e irrestrita, em meio eletrônico, da literatura que pesquisadores produzem e repassam a todos interessados sem esperar retorno financeiro (incluem os *post-prints* e os *pre-prints*).

Essas e outras iniciativas deram impulso ao movimento pelo acesso aberto, causando certa pressão nas editoras que continuam detendo o copyright e impondo altos preços para as assinaturas. A questão relevante, no entanto, que é o acesso e o

consequente impacto das pesquisas tem sido o grande debate nos dias atuais. O aumento do impacto pode ser comprovado, de fato, por estudos realizados nos últimos anos.

Segundo um estudo realizado por Swan (2010), as publicações em acesso livre apresentam, em geral, impacto maior que as publicações em acesso restrito. A autora analisou estudos realizados sobre impacto de periódicos em acesso aberto (31 estudos no total) mostrando que em 27 desses estudos foi constatado um impacto maior dos periódicos em acesso aberto, comparados com os em acesso restrito.

Tabela 1 – Ganho em impacto das publicações em acesso aberto

Área do conhecimento	% de aumento das citações com o Acesso Aberto
Biologia	-5 a 36
Filosofia	45
Engenharia elétrica	51
Ciência política	86
Matemática	35 a 91
Ciência da computação	157
Comunicação	200
Física / astronomia	170 a 580
Medicina	300 a 450
Ciências da agricultura	200 a 600

Fonte: Swan (2010).

Outro importante aspecto relativo ao acesso aberto e aos periódicos científicos eletrônicos é o surgimento de novos e diversificados modelos de negócios para os periódicos disponíveis em acesso aberto. Tais modelos, como os dez propostos por Wilinsky (2006), surgem como alternativa ao modelo tradicional das editoras comerciais. A preocupação com essa questão levou ao surgimento de várias iniciativas, entre elas a criação do *Open Journal Systems (OJS)*, software livre para gerenciamento de periódicos eletrônicos, pelo *Public Knowledge Project*, da Universidade de British Columbia, do Canadá.

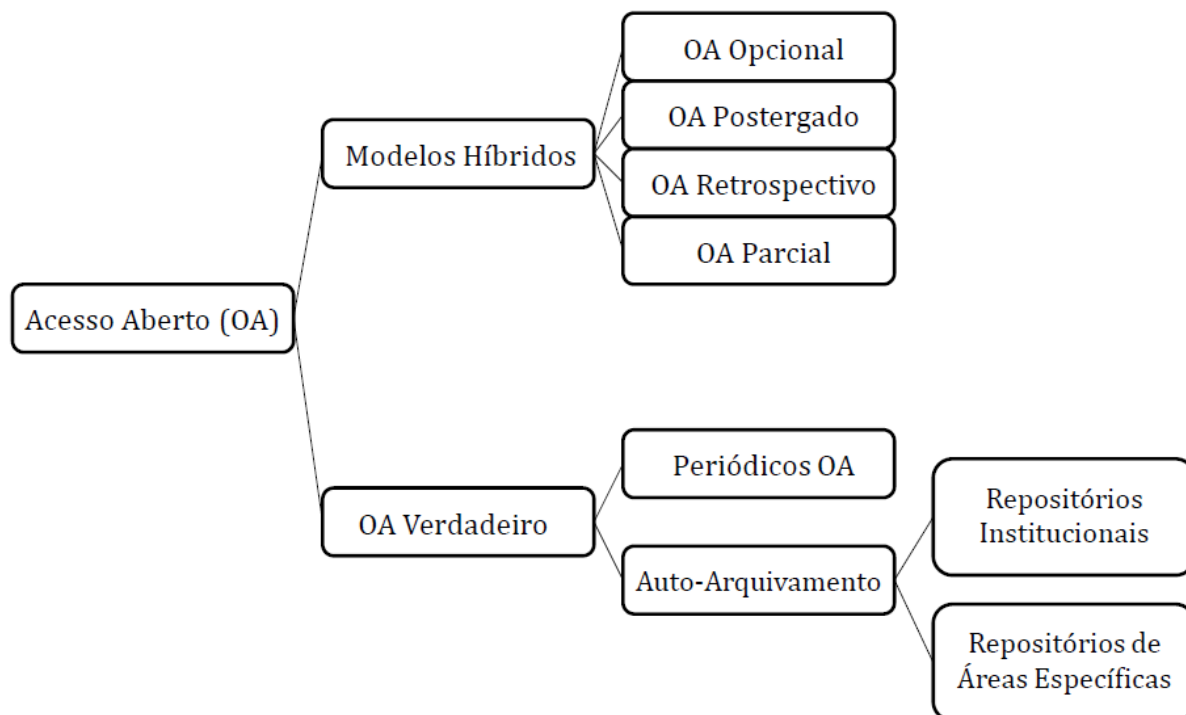
2.1.1 Modelos de publicação e financiamento de revistas científicas

De acordo com Dubini e Giglia (2009), existem dois grandes modelos de publicação de periódicos científicos, o modelo tradicional (*Toll Access*) e o acesso aberto (*Open Access*). Os dois modelos se diferem pela política de direitos autorais – no acesso aberto os autores retêm os direitos autorais sobre o seu trabalho, a fim de reutilizá-lo para fins acadêmicos e de ensino – e pelos modelos de negócio implementados para cobrir os custos de processamento dos artigos (DUBINI; GIGLIA, 2009; CHANG, 2006).

No caso do modelo tradicional, os leitores das revistas pagam pela assinatura de uma revista específica (impressa ou eletrônica), para acessar apenas um artigo online (*Pay-Per-View*) ou, como acontece na maioria dos casos, instituições ou consórcios pagam aos grandes *Publishers* (Elsevier, Emerald, Springer, Taylor & Francis, Willey-Blackwell) ou bases de dados de fontes e referenciais (JSTOR, EBSCO, PROQUEST, Web of Science, Scopus) para acessar um amplo portfólio de periódicos científicos online (*Big Deal*) (GUANAES; GUIMARÃES, 2012; SOLOMON; BJÖRK, 2012). No caso brasileiro, o portal de periódicos da CAPES oferece a praticamente todas as instituições universitárias do país (com programas de pós-graduação) acesso a cerca de 24.000 periódicos em texto completo, custando em torno de 61 milhões ao ano (ALMEIDA; GUIMARÃES; ALVES, 2010).

Para o modelo de acesso aberto, existem diversas formas de publicação e de financiamento das revistas. Em termos de publicação, Bernius et al. (2009) apresentam algumas opções apresentadas na figura a seguir:

Figura 1 – Modelos de Publicação em Acesso Aberto



Fonte: Adaptado de Bernius et al. (2009)

Com relação aos modelos híbridos, Bernius et al. (2009) explicam que a maioria dos periódicos científicos fornece acesso aberto **parcial** ao seu conteúdo, para que o acesso a algumas partes da revista, como sumário, resumos e editoriais, seja livre. Já o acesso aberto **postergado** significa que um *Publisher* permite o acesso aos artigos das revistas depois de um determinado período de tempo (embargo), normalmente um ano, após o qual os direitos exclusivos do artigo voltam para o autor (BERNIUS et al., 2009). O acesso aberto **opcional** significa que os *Publishers* permitem que o autor decida se quer que o artigo seja acessado abertamente ou não. No entanto, é necessário pagar uma taxa, que no caso da *Springer*, por exemplo, custa U\$ 3.000 por artigo, o que pode levar os autores a não escolher essa opção. Finalmente, o acesso aberto **retrospectivo** garante acesso livre aos conteúdos mais antigos da revista, a partir de determinada data para trás (BERNIUS et al., 2009).

No que diz respeito aos modelos de acesso aberto verdadeiro, interessa para a presente pesquisa especificamente os periódicos Open Access (OA) que, diferentemente daqueles que optam pelo modelo tradicional ou mesmo algum tipo de modelo híbrido, necessitam angariar recursos de outras fontes que não as provenientes de assinaturas.

2.1.1.1 Modelos de financiamento para periódicos OA

Para periódicos que querem se manter em acesso aberto, beneficiando os leitores da revista com a isenção de taxas, existem diversas opções que podem ser combinadas para auxiliar no financiamento da revista. Crow (2009) explorou os modelos mais utilizados, dividindo-os em duas categorias: **1) Modelos do lado da oferta:** taxas de processamento de artigos, publicidade, patrocínio, subsídios (internos e externos), doações, angariação de fundos, contribuições em espécie e parcerias. **2) Modelos do lado da demanda:** versionamento (mídia off-line), comércio eletrônico contextual, taxas proporcionais ao uso, licenças em formatos convenientes e serviços com valor adicionado.

Os encargos para submissão/publicação ou taxas para processamento de artigos (*Article Processing Charge – APC*) significam a cobrança de taxas para autores ou suas instituições para subsidiar os custos de processamento e publicação de artigos. De acordo com Crow (2009), as APCs são baseadas na premissa de que autores e suas instituições são os beneficiários diretos da publicação em periódicos científicos. Portanto, as APCs buscam distribuir os custos de publicação dos periódicos por meio daqueles indivíduos e instituições que mais se beneficiam da publicação dos respectivos artigos (CROW, 2009).

De acordo com Solomon e Björk (2012), *BioMed Central* e *Public Library of Science (PLOS)*, são considerados os dois *Publishers* pioneiros na cobrança de APCs e na sensibilização da comunidade acadêmica no que concerne o potencial das APCs para o financiamento de publicações em acesso aberto em maior escala. No entanto, como ressaltam Björk e Hedlund (2009), esses *Publishers* encontraram dificuldades em cobrar taxas de publicação diretamente dos autores e estão tentando atrair financiamento diretamente das Universidades na forma de planos de adesão institucional. De acordo com uma pesquisa realizada por Crow (2009), as APCs são normalmente total ou parcialmente subsidiadas, seja por uma bolsa de pesquisa (34%), bolsa de fundações (5%), do departamento (8%) ou da biblioteca (27%) da instituição à qual o autor está vinculado. O pagamento de tais taxas por parte dos autores é relativamente baixo (5%) (CROW, 2009).

Crow (2009) estima que cerca de metade dos periódicos em acesso aberto cobram APCs, sendo que alguns cobram taxas para todos os artigos submetidos e outros cobram somente daqueles que foram aceitos para publicação. Solomon e Björk (2012) afirmam que a cobrança de taxas para submissão é lógica, já que parte dos custos de publicação de um periódico científico provém da gestão do processo de revisão por pares, que acontece antes da publicação do artigo. Como tanto os artigos rejeitados quanto os aceitos incorrem em custos, a cobrança de taxas de submissão no início do processo pode reduzir o número de submissões inadequadas que um periódico deve tratar (CROW, 2009). Por outro lado, Solomon e Björk (2012) afirmam que essa prática acaba sendo mais incomum do que o esperado devido ao receio dos editores de que isso possa deter potenciais autores. Crow (2009) elaborou um método simples para calcular quanto um periódico deve cobrar pelo processamento de um artigo, descrito na tabela a seguir:

Tabela 2 – Exemplo de cálculo de taxa de artigo

(a) Edições por volume	#a
(b) Artigos por edição aceitos / publicados	#b
(c) Artigos por volume aceitos / publicados	$a \times b = \#c$
(d) Artigos submetidos	#d
(e) Taxa de aceitação para artigos submetidos	$b \div d = e \%$
(f) Custo total líquido do processamento editorial por volume	\$ f
(g) Proporção do custo a ser financiado por taxas de artigo	g %
(h) Taxa por submissão	$f \div d = \$h$
(i) Taxa por artigo publicado	$f \div c = \$i$

Fonte: Adaptado de Crow (2009).

Edgar e Wilinsky (2010) identificaram em sua pesquisa realizada com 989 periódicos que utilizam o *Open Journal Systems* (OJS) que as taxas de submissão e publicação representam um dos modelos de financiamento menos utilizados por esses periódicos (3% utilizam o primeiro e 9% o segundo). As assinaturas para a revista impressa (uma das estratégias de versionamento) e os subsídios provenientes de instituições, do governo e de fundações representam as maiores fontes de recursos (EDGAR; WILINSKY, 2010). Esse baixo uso de APCs por parte das revistas analisadas pode ter a ver com o fato de que quase 50% dos periódicos da amostra de Edgar e

Wilinsky (2010) são editados em países em desenvolvimento e, ao menos no Brasil, o uso de APCs não é uma prática comum.

Mueller (2011) analisou 193 periódicos indexados na SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) em outubro de 2008 e identificou que apenas 19 (9,84%) cobravam taxas para publicação dos artigos. A maior parte dos periódicos (82,9%) contava, no entanto, com alguma forma de apoio financeiro externo, proveniente de: agências federais (76,68%), agências estaduais (11,39%), entidades comerciais (7,25%) e entidades não comerciais (11,39%). No entanto, alguns editores contatados por Mueller (2011) afirmaram que “apoios externos têm contribuído para a manutenção das revistas, mas não são suficientes para cobrir todas as despesas envolvidas na edição, e menos ainda para permitir aprimoramentos (MUELLER, 2011, p. 218)”.

2.2 GESTÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

A utilização de novas tecnologias na gestão editorial de periódicos científicos parece ser essencial, já que as TICs permitem melhorar a eficiência dos processos propiciando o alcance do objetivo principal de periódicos, o impacto da publicação no meio acadêmico. Ao pensar a gestão de um periódico científico, seja ele impresso ou eletrônico, em acesso aberto ou restrito, um dos aspectos mais abordados refere-se aos custos de manutenção de um periódico. No entanto, como afirmam Guanaes e Guimarães (2012) e Dubini e Giglia (2009), a análise do modelo de gestão de periódicos científicos é mais do que a simples avaliação dos custos e da viabilidade econômica, e deve considerar em especial a questão da sustentabilidade da revista.

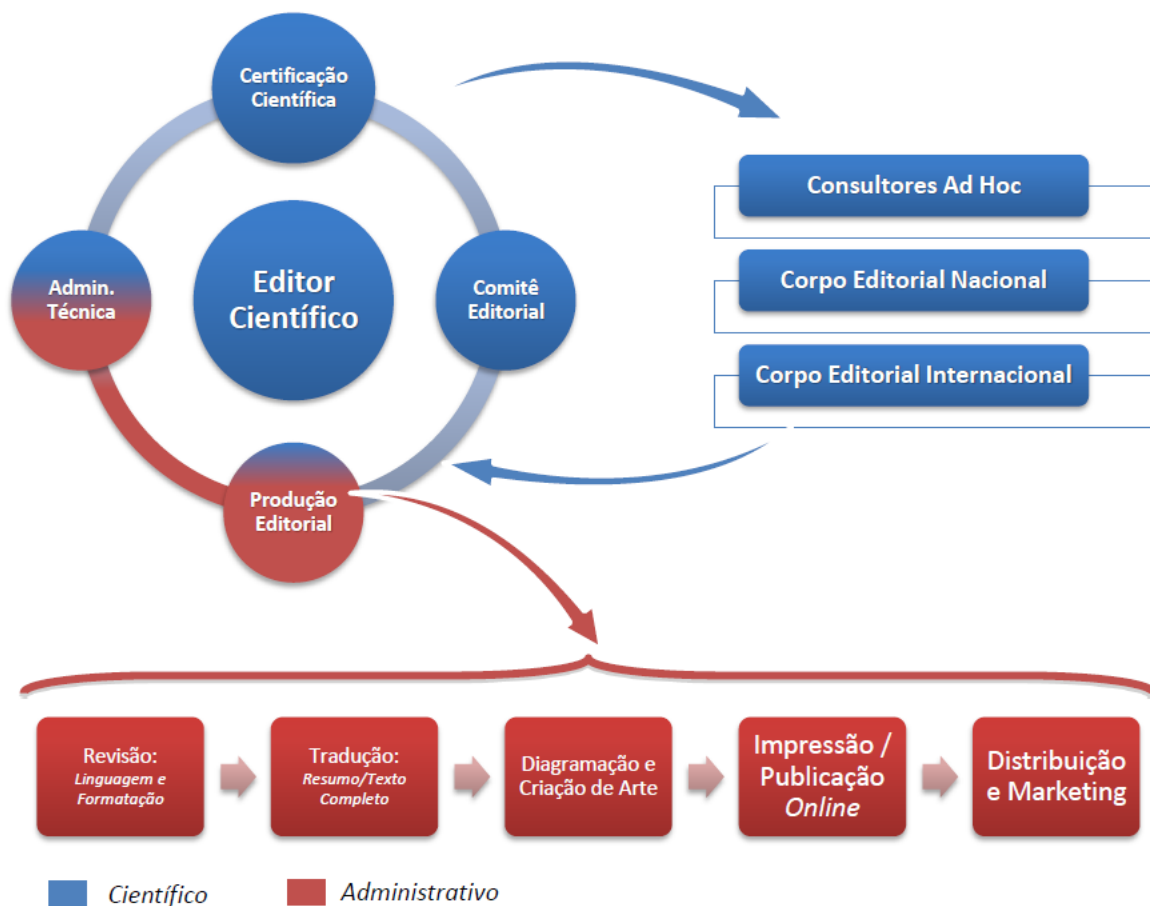
Dubini e Giglia (2009) afirmam que a literatura de administração e economia define sustentabilidade como a reunião de três características: efetividade (alcançar os objetivos propostos), eficiência (minimizar os recursos utilizados para alcançar os objetivos propostos), durabilidade (a possibilidade de operar com o tempo), sendo que este último aspecto frequentemente implica na introdução de soluções inovadoras para lidar com um contexto em constante mudança (DUBINI; GIGLIA, 2009).

Guanaes e Guimarães (2012) acrescentam que a sustentabilidade do periódico envolve, além dos custos, outros aspectos relacionados diretamente ao uso de plataformas online para publicação e edição de revistas científicas (acessibilidade, recuperação de informações, navegabilidade e interatividade), e também os parâmetros

de qualidade que devem estar presentes em qualquer revista científica (avaliação por pares, conselho editorial, corpo editorial entre outros, como os citados por Sandes-Guimarães e Costa (2012)).

Em consonância com as questões de sustentabilidade apontadas anteriormente, para o presente trabalho, optou-se por estabelecer duas grandes categorias para a análise da gestão de uma revista científica: a científica e a administrativa. A maior parte dos aspectos relacionados à sustentabilidade foi inserida em alguma das categorias e para cada uma foram analisados os custos estabelecidos de acordo com a literatura da área. A seguir, apresenta-se um esquema que representa sinteticamente as funções editoriais envolvidas nas categorias de gestão científica e administrativa de periódicos.

Figura 2 – Gestão científica e administrativa



Fonte: Elaboração Própria

2.2.1 Gestão Científica

Em termos de gestão científica, Trzesniak (2009) considera os seguintes requisitos como essenciais para que um periódico mereça receber o adjetivo científico:

- 1) Levar aos seus leitores-pesquisadores o conhecimento novo e relevante dentro de sua área temática; 2) Fazê-lo a tempo e hora e perenizar-se (TRZESNIAK, 2009, p. 88).

Ambos os requisitos, se conectam com as questões de efetividade e durabilidade apontadas por Dubini e Giglia (2009) e a questão da qualidade apontada por Guanaes e Guimarães (2012). A divulgação de conhecimento de qualidade aos pesquisadores da área, com regularidade e continuamente, são aspectos que se relacionam com o que Trzesniak (2009) chama de garantia de perenidade (conselho de política editorial) e garantia de credibilidade científica (editores, corpo editorial científico e revisores *ad hoc*), que serão detalhados a seguir.

2.2.1.1 *Garantia de perenidade e de credibilidade científica*

Comitê de Política Editorial

De acordo com Trzesniak (2009), a perenidade de uma revista científica é garantida por dois fatores principais: a retaguarda institucional (associação científica, instituto de pesquisas, programa de pós-graduação etc.), que deve respaldar formalmente o periódico, e o Comitê de Política Editorial. Esse último consiste em um grupo de 4 a 9 membros, composto por pessoas provenientes da instituição de retaguarda, de outras instituições de pesquisa, das áreas que utilizam a informação publicada no periódico, outras pessoas que a entidade de retaguarda julgar conveniente e, por fim, o próprio editor científico da revista (TRZESNIAK, 2009).

O comitê de política editorial é um grupo que atua e toma decisões em conjunto e que, de acordo com Trzesniak (2009), possui, dentre outras, as seguintes atribuições principais: elaboração da política editorial do periódico; discussão e aprovação de regras para constituição do próprio comitê, do corpo editorial científico e para escolha do editor científico; elaboração da missão e do regulamento da revista; indicação de critérios para aceitação de artigos; discussão e aprovação do balanço e do orçamento do periódico.

Peer Review: Corpo Editorial Científico, Consultores ou Revisores Ad Hoc

Bedeian et al. (2009) lembra que por mais de 300 anos a revisão por pares (*peer review*) tem sido o critério principal para avaliar a qualidade e a credibilidade de artigos científicos submetidos para publicação em periódicos. A expertise dos avaliadores é essencial para que contribuições relevantes e de qualidade sejam inseridas na literatura de uma área do conhecimento. Além de exercer um papel crucial na determinação do “destino” das ideias (publicar ou não), a revisão por pares também influencia no avanço da carreira de pesquisadores, já que a publicação é necessária para a promoção e a estabilidade na carreira acadêmica e se traduz em questões econômicas relacionadas ao salário, bolsas e financiamento de pesquisas (BEDEIAN et al., 2009).

Apesar de seus problemas, apontados por Van Raan (2003), como a presença de subjetividade na análise, a falta de reconhecimento da qualidade de alguns estudos e viés negativo contra pessoas mais jovens ou recém-chegadas no campo, a revisão por pares é e deve permanecer como procedimento principal para o julgamento de qualidade de publicações. Como afirma Martínez (2012), esse sistema se institucionalizou e segue sendo parte central na validação de publicações científicas e é aceito pela maioria dos pesquisadores como a melhor alternativa dentre as disponíveis. Para efetuar a avaliação por pares, as revistas científicas podem contar com dois grupos de pesquisadores: corpo editorial científico e os revisores *ad hoc*.

Corpo Editorial Científico e Revisores Ad Hoc

De acordo com Trzesniak (2009, p. 90) o corpo editorial científico é um “colegiado necessariamente multi-institucional” e sua composição deve primar pela diversidade de pesquisadores tanto em termos científicos, cobrindo todas as áreas do conhecimento às quais o periódico se dedica, quanto em termos geográficos, abrangendo as regiões nas quais o periódico pretende circular e onde se localiza seu público-alvo. Ainda sobre esse colegiado, Lo Bianco et al. (2002) o designa como:

[...] grupo de pesquisadores, eleito ou escolhido, para auxiliar o editor na tomada de decisões sobre os originais a serem publicados (decisões sobre o encaminhamento do processo editorial, escolha de consultores ad hoc, discussão de dúvidas sobre pareceres e sobre a publicação ou rejeição de originais). Este grupo pode ter um mandato e é consultado com frequência pelo editor. Deve ser integrado por pesquisadores

reconhecidos na área e subáreas nas quais a revista publica (LO BIANCO et al, 2002, p. 6).

De acordo com Trzesniak (2009), o corpo editorial científico se difere do comitê de política editorial, pois o primeiro não atua em conjunto e nem se reúne para discutir algum assunto ou tomar alguma decisão, são pesquisadores que trabalham sozinhos e interagem separadamente com o editor. Além disso, o envolvimento do corpo editorial com o conteúdo dos artigos é maior, “[...] preocupando-se com a uniformidade, a continuidade, a qualidade e o rigor científico do que é publicado (TRZESNIAK, 2009)”.

Os pareceristas ou revisores *ad hoc* são avaliadores que não fazem parte do corpo editorial científico e são consultados para avaliar determinado artigo submetido à revista. Não possuem, no entanto, nenhum vínculo permanente com o periódico e encerram sua participação ao término da avaliação do artigo que lhe foi designado (TRZESNIAK, 2009; LO BIANCO et al, 2002).

Como sugerem Bedeian et al. (2009), de um ponto de vista mais amplo, a influência dos membros do corpo editorial vai além da simples determinação de quais pesquisadores devem receber aprovação para publicar suas descobertas. Suas recomendações sobre quais manuscritos devem ser publicados e as diretrizes que eles fornecem aos autores para revisões estabelecem os padrões científicos de uma disciplina (BEDEIAN et al., 2009). Rockwell (2006) explica que as opiniões dos membros desse corpo de voluntários acerca de questões como quais técnicas são atuais, válidas e apropriadas, como os dados devem ser analisados e apresentados e o quão rigorosos devem ser os autores ou o quão especulativos eles podem ser na interpretação dos dados, se tornam de fato padrões para a área do conhecimento.

Kirschbaum e Mascarenhas (2009) ao tentarem entender as diferenças entre revistas nacionais e estrangeiras em termos de papel dos revisores e dos editores no processo de avaliação de originais, identificaram que para as revistas estrangeiras analisadas, os pareceres dos avaliadores servem apenas como uma espécie de consultoria, mas na verdade é o editor quem decide sobre a aprovação ou rejeição de um artigo, apresentando um papel essencial na construção do conhecimento. Já no caso das revistas brasileiras, os revisores tem um alto grau de autonomia e são considerados guardiões do processo de construção do conhecimento, ou seja, “enquanto o artigo não

se adequar as suas exigências, eles não serão publicados na revista (KIRSCHBAUM; MASCARENHAS, 2009, p. 12)”.

Equipe de Certificação Científica

Para a publicação eficiente de um periódico científico, Trzesniak (2009) afirma ser essencial que sejam separadas as tarefas administrativas das relativas ao conteúdo publicado, designando para as tarefas científicas que envolvem a editoração no mínimo dois editores distintos, um executivo (ou gerente) e um científico, respectivamente. É importante que o editor científico não seja onerado com tarefas que não são de sua especialidade e que poderiam ser realizadas por outras pessoas, já que normalmente o editor científico é também um pesquisador da área, que já possui outras atribuições além da edição e gestão da revista. O editor executivo, por ser, de acordo com Trzesniak (2009), o responsável pelos aspectos de caráter não científico do periódico, foi inserido na categoria de gestão administrativa.

Población et al. (2003) definem o editor científico como “pesquisador, de alto nível, responsável pela execução da Política Editorial e pelo conteúdo científico do periódico (p. 499)”. Como atividades científicas a serem realizadas por esse editor e sua equipe Trzesniak (2009) identificou as seguintes:

[...] natureza e ética dos anúncios; execução da política editorial; controle das dimensões de qualidade da revista; recebimento de manuscritos; estoque e encomenda de artigos; articulação com membros do corpo editorial; contato e encaminhamento de trabalhos aos assessores científicos; decisão final sobre a publicação dos trabalhos; preparação de originais; revisão integral de provas (TRZESNIAK, 2009, p. 93).

Tanto para auxiliar o editor científico quanto para realizar a mediação entre as esferas gerencial e científica o periódico pode contar com um ou mais editores assistentes, tendo em conta o volume de trabalho. Esse editor deve ser um pesquisador da área e suas tarefas são designadas pelo editor científico, que também pode dar liberdade a esse editor para tomada de decisões, de acordo com a maturidade científica e tempo de exercício no cargo (Trzesniak (2009) afirma que nesse momento o editor passa a ser denominado adjunto) (TRZESNIAK, 2009). Para Gomes (2010), o editor assistente:

[...] preocupa-se com o recebimento, a organização e a sistematização dos processos de seleção e arbitragem de textos em geral, que são a matéria-prima e razão de ser de uma publicação científica. Deve possuir amplos conhecimentos sobre as formas e meios eletrônicos de editoração de conteúdo, que supõe as fases de captação, avaliação e preparação editorial para impressão, além de capacidade de coordenação de equipe editorial (GOMES, 2010, p. 166).

Trzesniak (2009), Gomes (2010) e Población et al. (2003) ainda apontam a existência em algumas revistas de editores com outras responsabilidades científicas, como: **editor associado**, “especialista da área e/ou pesquisador que participa frequente e intensivamente da preparação científica de originais nas áreas de sua especialidade [...] (POBLACIÓN et al., 2003, p. 499)”, **editor de seção**, responsável por alguma seção permanente do periódico, **editor convidado**, chamado especialmente para coordenar a edição de determinado fascículo voltado a um assunto de sua especialidade (TRZESNIAK, 2009) e **editor consultivo**, “profissional de larga experiência, com conhecimentos de editoração e domínio da comunicação científica, a quem o Editor Científico recorre para se aconselhar e discutir as suas dúvidas e as questões relativas à visibilidade e ao impacto da publicação (POBLACIÓN et al., 2003, p. 499)”.

2.2.1.2 Custos da gestão científica

Os custos da gestão científica estão relacionados essencialmente ao que Dubini (2011) chama de certificação de conteúdo. A atividade que a certificação de conteúdo envolve é a gestão do processo de revisão por pares, que inclui de acordo com Houghton e Oppenheim (2010) o gerenciamento das submissões recebidas, a revisão inicial para verificação de adequação à política editorial da revista (*desk review*) e o gerenciamento do processo de revisão por pares externos. Tudo isso está ligado aos esforços que o periódico dispense para selecionar os artigos de melhor qualidade para publicação.

Os fatores que influenciam esse custo são, de acordo com Dubini (2011): número de artigos recebidos; taxa de rejeição do periódico; número de avaliadores por artigo; número de rodadas de revisão. De fato, cada artigo submetido passa pelo processo de revisão por pares e quando uma grande quantidade de artigos é rejeitada, isso, por consequência, aumenta os custos daqueles aceitos para publicação (SQW, 2004). Em alguns casos, editores científicos pré-selecionam os manuscritos recebidos diminuindo o número daqueles que efetivamente passam pela revisão por pares, o que reduz os custos

de encontrar avaliadores e gerenciar o processo de avaliação, aumentando, entretanto, os custos internos (DUBINI, 2011).

Dubini (2011) identificou em sua pesquisa, realizada com alguns dos grandes *Publishers* comerciais e abertos (Elsevier, Sage, Taylor & Francis, Wiley-Blackwell, Springer, PloS etc.), que, para, por um lado, garantir a reputação e, por outro, controlar os custos a maioria dos *Publishers* possui em seu portfólio periódicos com taxas de rejeição diferenciadas, apresentando assim, um grupo de periódicos com altas taxas de rejeição, reputação e impacto e um outro grupo significativo de periódicos mais acessíveis.

O custo médio do processo de certificação de conteúdo no estudo realizado por Dubini (2011) é de cerca de 250 USD por artigo publicado, o que inclui os custos internos (salário pago ao pessoal da revista responsável por essa etapa) e externos do processo de organização e gerenciamento da revisão por pares. Um valor similar é apresentado por SQW (2004), que estimou em cerca de 200 USD o custo por artigo publicado. No entanto, SQW (2004) ressalta que, em entrevistas com responsáveis por periódicos científicos, esse valor parece ser relativamente baixo, provavelmente pelo fato de que o processo de revisão por pares compreende algumas variáveis (como o próprio tempo de envolvimento da equipe) que não são facilmente representadas em termos monetários.

Houghton e Oppenheim (2010) estimaram também os custos que se incorrem no processo de *peer review* em si, em termos do custo de oportunidade do tempo dos acadêmicos que avaliam os artigos. Sua estimativa, sem considerar a revisão em si, somente a gestão do processo por parte da revista (como o fizeram Dubini (2011) e SQW (2004)), ficou em média £344 por artigo publicado. No entanto, considerando uma média 2.5 avaliadores gastando em média 4.5 horas por revisão, os custos seriam aumentados em £630 por artigo avaliado. No fim das contas, considerando a questão apontada anteriormente de que o custo dos artigos avaliados e não publicados aumenta os custos dos publicados, Houghton e Oppenheim (2010) estimaram um total de £1,390 por artigo publicado.

No entanto, como ressaltaram Dubini (2011) e SQW (2004), os custos desse processo variam significativamente entre periódicos, dependendo da extensão e da

complexidade do processo de revisão por pares e também da taxa de rejeição do periódico. SQW (2004) estima que os custos da certificação de conteúdo compreendem entre 10% e 30% dos custos totais de publicação do periódico sendo com frequência um dos itens mais representativos.

2.2.2 Gestão Administrativa

A gestão administrativa do periódico, impresso ou eletrônico, refere-se aos “processos de produção editorial e gráfica, de gerência administrativa e financeira, de comunicação e de marketing (DIAS, 2006, p. 80)”. Os profissionais envolvidos nestas atividades não precisam ser pesquisadores da área na qual o periódico se insere, mas precisam possuir os conhecimentos técnicos necessários para execução das atividades e também necessitam estar em sintonia com os objetivos e com a política editorial da revista. É muito importante que o periódico possua uma equipe adequada para realização das atividades editoriais, afinal, como afirma Trzesniak (2009):

Preparar uma revista científica exige uma grande dedicação e implica dar seu tempo para melhorar o trabalho de outros pesquisadores, em detrimento de seus próprios projetos. Somente com o envolvimento de uma equipe isso pode ser feito sem que o editor fique seriamente prejudicado em sua carreira de pesquisador (TRZESNIAK, 2009, p. 97).

2.2.2.1 Gestão Administrativa e Financeira

Para a produção adequada de um periódico científico e para garantir seu bom funcionamento como veículo de comunicação, Dias (2006) afirma ser imprescindível a existência de determinados processos administrativos, que incluem: “a manutenção de instalações e equipamentos; a gerência financeira e o controle de fluxo de caixa e pagamentos; a proteção dos direitos sobre a propriedade intelectual e autoral (p. 88)”. Trzesniak (2009) também sugeriu como atividades gerenciais de um periódico científico: “aspectos administrativos, financeiros e de produção; levantamento de recursos financeiros e humanos para a revista; acompanhamento de serviços gráficos; distribuição e venda; divulgação; venda de anúncios (p. 93)”.

É essencial que a equipe se preocupe com a manutenção de uma infraestrutura adequada para o processo de edição do periódico, prevendo a existência do “espaço físico a ser utilizado, dos equipamentos e recursos tecnológicos prioritários – computadores [...], impressoras, scanners, softwares de edição de texto e de layout, [...]

instalação de rede informática, contratação de servidor seguro para arquivamento e publicação de arquivos (GRUSZYNSKI; GOLIN; CASTEDO, 2008, p. 10)”.

Um dos personagens principais dessa equipe administrativa é o editor executivo, que de acordo com Gomes (2010) apresenta as seguintes características e responsabilidades:

[...] o editor executivo possui um nível de informação geral e estrutural do periódico, com amplos conhecimentos administrativos e técnicos. É importante, por exemplo, que ele entenda todas as etapas da editoração, mesmo que não esteja diretamente envolvido em sua execução. É ainda responsável pela gestão dos recursos financeiros e pela observação constante das tendências editoriais e de mercado, tanto como de avaliação e visibilidade editoriais, oferecendo ao editor-chefe e ao comitê editorial informações e parâmetros essenciais para balizar as decisões a serem tomadas (GOMES, 2010, p. 166).

2.2.2.2 Produção Editorial e Gráfica

Em termos de produção editorial e gráfica, os periódicos impressos e eletrônicos adotam basicamente os mesmos procedimentos, de acordo com Dias (2006): tratamento e edição de textos e imagens, elaboração e edição de layouts para capas e miolo, formatação e diagramação de conteúdos, revisão final de provas e, finalmente, impressão / publicação em meio eletrônico. Gomes (2010) lembra que “neste momento, entende-se que os níveis possíveis de qualidade do conteúdo já devem estar assegurados pelos processos de pré-seleção, análise editorial e avaliação por pares (p. 167)”. Essa é uma das etapas essenciais para que o periódico científico alcance os padrões de qualidade formal e técnico-normativos exigidos especialmente de agências de fomento, sistemas de avaliação e bases de dados (TRZESNIAK; PLATA-CAVIEDES; CÓRDOBA-SALGADO, 2012; GOMES, 2010).

A etapa de edição de textos já se inicia no próprio processo de revisão por pares e se completa, para os artigos aceitos, com a revisão de ortografia, de gramática e com a normalização do texto de acordo com as regras adotadas pelo periódico (ABNT, APA, Vancouver etc.) (GRUSZYNSKI; GOLIN; CASTEDO, 2008). Faz também parte desta etapa a tradução e revisão dos resumos e textos completos em outras línguas, de acordo com os idiomas de publicação do periódico.

A edição de layout do periódico pressupõe a elaboração preliminar de um projeto gráfico para a publicação, no qual são definidas as características que atribuem à coleção uma unidade visual, como: “diagrama [...], tipografia, estilos para ilustrações (tabelas, quadros, fotos) e recursos de produção a serem utilizados (GRUSZYNSKI; GOLIN; CASTEDO, 2008, p. 11)”. No caso das revistas impressas, a criação de uma arte para a capa que utilize cores e imagens que chamem a atenção é importante, pois é por meio da capa que se realiza o primeiro contato com os leitores da revista (GRUSZYNSKI; GOLIN; CASTEDO, 2008). Para a revista eletrônica, Gruszynski, Golin e Castedo (2008) afirmam que:

[...] o trabalho de projeto gráfico é substituído pela definição da arquitetura da informação e interface do site – com a proposta de consistência entre as páginas, tipos de recursos utilizados pelos artigos, formato dos fascículos e textos (PDF, html), sistemas de busca, ferramentas contextuais (mecanismos de recuperação contextualizada do conteúdo) e acessibilidade (GRUSZYNSKI; GOLIN; CASTEDO, 2008, p. 12).

Posteriormente, passa-se à etapa de diagramação dos artigos, de acordo com as determinações do projeto gráfico, que significa basicamente distribuir as ilustrações e os textos nas páginas do periódico. Depois da diagramação é realizada a leitura ou revisão de provas para identificar se há alguma correção a ser feita nos textos ou no layout e, finalmente, com tudo pronto e devidamente revisado e aprovado pelo editor científico, a revista pode ser impressa e publicada online (GRUSZYNSKI; GOLIN; CASTEDO, 2008).

Sendo uma etapa não científica da produção de um periódico, praticamente todos os processos envolvidos na produção editorial e gráfica podem ser realizados por uma equipe externa de prestadores de serviço, caso a revista possua recursos financeiros para isso. Como afirma Gomes (2010), “são muitos os exemplos de revistas que têm as etapas finais de sua produção sendo executadas por uma editora universitária [...] assim como há outras que [...] repassam toda a produção final para uma editora comercial ou mesmo empresa de serviços gráficos (GOMES, 2010, p. 167)”.

2.2.2.3 Comunicação e Marketing

Dias (2006) sugere que o processo de edição de periódicos científicos também precisa contar com atividades de comunicação (disseminação e divulgação) e de marketing (comercialização e distribuição). A disseminação tem por objetivo fazer com

que o periódico alcance a atenção da comunidade científica e de seus leitores, para que seus artigos, que já apresentam qualidade gráfica e científica, sejam acessados, lidos e utilizados pelos pesquisadores.

Para isso, é necessário divulgar e promover a visibilidade da publicação, o que se dá essencialmente por meio da indexação em diretórios e bases de dados referenciais, de citações ou de texto completo, que facilitam a recuperação da informação por parte dos pesquisadores, os quais possuem cada vez menos tempo para apreender toda literatura de sua área (GRUSZYNSKI; GOLIN; CASTEDO, 2008; DIAS, 2006). Dias (2006) afirma que muitos países têm optado por desenvolver suas próprias bases de dados regionais para auxiliar no aumento da visibilidade e difusão da literatura produzida por seus pesquisadores, “em face das restrições que geralmente encontram nas bases de dados controladas pelos países ricos, da ciência *mainstream* (DIAS, 2006, p. 98)”.

Em termos do que Dias (2006) chama de estratégias de marketing, a comercialização refere-se ao processo de venda do periódico e captação de recursos para a publicação (DIAS, 2006), sendo necessário que a equipe editorial defina a tiragem para cada edição, bem como as possíveis formas de aquisição (assinatura, exemplares avulsos, permuta etc.) e os formatos de disponibilização (impresso e online) (GRUSZYNSKI; GOLIN; CASTEDO, 2008). Dias (2006) entende a distribuição como processo de intermediação entre a editora e os seus leitores, compreendendo a gestão dos canais de venda direta ou indireta (por agentes intermediários) de exemplares e a logística para sua entrega aos consumidores finais.

2.2.2.4 Custos da gestão administrativa

Com relação aos custos das atividades de gestão administrativa, Dubini (2011) buscou dividi-los em duas categorias. Primeiramente a publicação do conteúdo, que considera os custos de formatação, referência cruzada, metadados, composição tipográfica, edição, transformação em HTML e transferência de dados para a plataforma que hospeda o conteúdo (DUBINI, 2011). Posteriormente, a gestão e preservação do conteúdo, que considera os custos de depreciação da plataforma instalada ou o custo de licenciamento da plataforma, os custos de manutenção anual de software e hardware e os custos com recursos humanos associados à gestão da plataforma (DUBINI, 2011).

Percebe-se que a autora não incluiu na sua análise os custos da eventual impressão da revista, somente sua publicação em ambiente eletrônico.

Dubini (2011) identificou que os custos de publicação de conteúdo variam entre 170 e 400 USD por artigo e dependem das decisões tomadas em termos de “fazer ou comprar”, ou seja, ter uma equipe interna para realizar as tarefas ou terceirizá-las, e também do tamanho do periódico. Houghton e Oppenheim (2010) estimam que a publicação de conteúdo custe em média £480 por artigo publicado, para edição e revisão de provas, e em média £335 para diagramação e composição tipográfica em edições impressas. Além disso, caso o artigo possua ilustrações e gráficos, adiciona-se mais £45. No caso de periódicos editados somente em formato eletrônico, os autores estimam que os custos de diagramação, composição tipográfica, ilustrações e gráficos, diminuam em 75%. Houghton e Oppenheim (2010) consideraram também os custos de preparação e processamento de conteúdos do periódico que não são artigos científicos, como as capas, índices, editoriais, revisões de literatura e resenhas de livros. Considerando que cerca de 14% do conteúdo de um periódico é composto por tais partes, os autores estimaram um valor de cerca de £100 por artigo publicado, sendo que, como no caso anterior, caso o periódico seja somente eletrônico, os custos diminuem em 75%. SQW (2004) estima que todo esse processo de publicação de conteúdo corresponda a cerca de 30% dos custos totais de publicação de um periódico.

Já com relação aos custos associados à gestão, disponibilização e preservação de conteúdos em plataformas digitais, Dubini (2011) identificou que tais custos podem variar bastante, dependendo do fato da plataforma ser proprietária ou baseada em software livre, da idade e das características da plataforma, do número de artigos e documentos armazenados e da complexidade das plataformas em termos de serviços oferecidos aos autores e leitores. Portanto, a incidência do investimento na plataforma no preço dos artigos é difícil de calcular e mostra ser bastante variável entre os *Publishers* estudados (DUBINI, 2011). Já os custos de manutenção da plataforma são mais fáceis de serem contabilizados e os *Publishers* que Dubini (2011) entrevistou relataram gastos anuais variando de 170.000 a 400.000 USD, e sua incidência nos custos por artigo dependerá do número de periódicos editados e do número de artigos publicado por periódico.

Dubini (2011) afirma que a disponibilidade de plataformas de publicação de periódicos baseadas em software livre permitem a drástica redução dos custos do processo de certificação, publicação e gestão de conteúdo, reduzindo conseqüentemente as barreiras para publicação de periódicos por parte de grupos de pesquisadores e favorecendo a criação de novos periódicos. De fato, Meirelles (2009) ressalta que a utilização de sistemas baseados no modelo Open Access, como o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER),

[...] promove mais do que a transposição de métodos tradicionais para a gestão via sistema, mas também novos procedimentos, técnicas e mecanismos de editoração que otimizam a gestão das revistas e proporcionam um processo editorial mais ágil, a um menor custo (MEIRELLES, 2009, p. 105).

Houghton e Oppenheim (2010), baseados em uma extensa literatura sobre o assunto, estimaram outras fontes de custos, muitas não consideradas na análise de Dubini (2011), apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 1 – Fontes de custos da gestão de periódicos e seus valores

<i>Fonte de Custo</i>	<i>Valor</i>	<i>Observações</i>
Gestão de Direitos Autorais	£50 por artigo para periódicos <i>toll access</i> ² que atribuem <i>copyright</i>	£10 por artigo para periódicos <i>open access</i> .
Processamento das taxas cobradas dos autores	£20 por artigo.	
Marketing	£120 por artigo para os periódicos <i>toll access</i> .	£40 por artigo para os periódicos <i>open access</i> .
Hospedagem Online	£200 por artigo para os periódicos <i>toll access</i> .	£100 por artigo para os periódicos <i>open access</i> .
Relacionamento com o cliente / <i>Helpdesk</i>	£50 por artigo para os periódicos <i>toll access</i> .	£10 por artigo para os periódicos <i>open access</i> .
Administração das vendas e dos usuários online	£10 por assinante.	
Impressão e gestão de inventário	£15 por assinante.	
Distribuição das edições	£12 por assinante para edições impressas.	£3 por assinante para edições somente eletrônicas.

Fonte: Adaptado de Houghton e Oppenheim (2010)

² Que cobram pela assinatura do periódico impresso / eletrônico.

2.3 MODELO DE NEGÓCIOS

Entende-se que a principal função do periódico científico é registrar, disseminar e comunicar o conhecimento científico de qualidade e de interesse social. Com isso, permite-se estabelecer a prioridade das descobertas, indicar a evolução de uma ciência e o andamento de atividades científicas, além de “servir como fonte de informações para o início de novas pesquisas e trabalhos científicos (ADAMI; MARCHIORI, p. 77, 2005)”. Como lembra Carvalho (2011, p. 39), “do impresso ao eletrônico as revistas persistem com o propósito de comunicar o conhecimento produzido pelo homem [...] e atravessa os séculos chamando para si a responsabilidade de veicular o conhecimento científico e contribuir para a história humana”.

Para cumprir sua função, os periódicos precisam pensar na gestão sustentável do negócio, que envolve, de acordo com Dubini e Giglia (2009) as questões de efetividade (alcançar os objetivos propostos), eficiência (minimizar os recursos utilizados para alcançar os objetivos propostos) e durabilidade (a possibilidade de operar com o tempo).

Com base na análise da literatura que se refere à edição e publicação de periódicos científicos, apresentada na seção 2.2, foi possível identificar que a gestão de uma revista científica envolve dois grandes aspectos, um científico e outro administrativo, cada qual com seus respectivos custos. O primeiro compreende o gerenciamento do processo de certificação científica, visando a seleção e divulgação de conhecimento de qualidade, respaldado pelos atores envolvidos no processo de certificação de conteúdo. O segundo refere-se aos processos de produção editorial e gráfica, gerência administrativa e financeira, comunicação e marketing, essenciais para a produção adequada de um periódico científico.

No entanto, para se pensar em um modelo de gestão para a publicação de periódicos científicos, faz-se necessário conectar os aspectos identificados relativos à gestão científica e administrativa dentro de uma perspectiva mais ampla, que permita compreender os fundamentos do negócio de edição de periódicos científicos. Para isso, pode-se tomar por base os pilares que fazem parte de um modelo de negócio, já que um dos objetivos deste é a compreensão dos mecanismos chave de um empreendimento (ERIKSSON; PENKER, 2000).

Dentro da literatura sobre modelos de negócio, uma das primeiras definições para o conceito, surgida no contexto do comércio eletrônico, é a de Timmers (1998) que afirma que um modelo de negócio é uma arquitetura dos fluxos de produtos, serviços e informações, incluindo a descrição: dos principais atores do negócio e seus papéis; dos potenciais benefícios para cada um dos atores e; das fontes de receita. Para Osterwalder, Pigneur e Tucci (2005), um modelo de negócio consiste em uma descrição do valor que uma empresa oferece aos seus clientes, da arquitetura da empresa e sua rede de parceiros para a criação, comercialização e distribuição deste valor de modo a gerar fluxos de receitas lucrativas e sustentáveis. Já para Teece (2010), um modelo de negócio articula a lógica do empreendimento, fornece dados e outras evidências que suportam a proposição de valor para o cliente, e delinea uma estrutura viável de receitas e custos para que a empresa possa entregar esse valor.

Magretta (2002) acrescenta que o desenvolvimento de um modelo de negócio deve responder a três perguntas: Quem você vai servir?, ou seja, quem serão seus clientes e quais são suas necessidades e seu comportamento; O que você vai oferecer?, ou seja, qual produto ou serviço será ofertado ao cliente, a que preço e como essa oferta é diferente das outras disponíveis no mercado; Como vai organizar isso?, ou seja, como serão configuradas as principais atividades da cadeia de valor para o desenvolvimento do negócio. O autor ainda acrescenta que após a definição de quem, o que e como, é necessário entender quais são os rendimentos derivados do modelo e seus custos associados (MAGRETTA, 2002).

Para Baden-Fueller e Morgan (2010), um dos papéis de um modelo de negócio é fornecer um conjunto de descritores genéricos de como uma empresa se organiza para criar e distribuir valor de forma rentável. Para isso, muitos trabalhos focam na descrição de formas típicas de organização e comportamento em empresas, de tal forma que se possa rotular os diferentes tipos de comportamento e, em seguida, classificar as empresas (BADEN-FUELLER; MORGAN, 2010). Para os autores, o uso da noção de modelo de negócio como mecanismo de classificação fornece valiosas maneiras para expandir a compreensão dos negócios e no desenvolvimento de tipos ideais (BADEN-FUELLER; MORGAN, 2010).

Krcmar et al. (2012) afirmam que embora existam diversas definições para o conceito de modelo de negócios, a maior parte destas destaca a questão da proposição de valor ao cliente e como esse valor é criado por meio da combinação de certas atividades. Não se pode esquecer, certamente, das estratégias de geração de receitas para apoiar tais atividades (RIEHLE, 2012).

Osterwalder et al. (2005) identificaram os elementos fundamentais que compõem um modelo de negócio a partir da análise de diversos autores (14 ao todo) que tratam sobre o assunto, chegando a nove pilares que englobam os componentes de um modelo de negócio mencionados por pelo menos dois autores. Os nove pilares são (OSTERWALDER et al., 2005): 1) Proposição de valor: oferece uma visão global do conjunto de produtos e serviços oferecidos por uma empresa; 2) Cliente alvo: descreve os segmentos de clientes para os quais a empresa quer oferecer valor; 3) Canal de distribuição: descreve os diversos meios da empresa para entrar em contato com seus clientes; 4) Relacionamento: explica os tipos de ligações que uma empresa estabelece entre si e seus diferentes segmentos de clientes; 5) Configuração de valor: descreve o arranjo de atividades e recursos; 6) Competências essenciais: delinea as competências necessárias para executar o modelo de negócio da empresa; 7) Rede de parceiros: descreve a rede de acordos cooperativos com outras empresas necessários para oferecer e comercializar valor de modo eficiente; 8) Estrutura de custos: resume as consequências monetárias dos meios empregados no modelo de negócio; 9) Modelo de receita: descreve o modo como uma empresa ganha dinheiro por meio de uma variedade de fluxos de receitas.

Entretanto, para a presente pesquisa, a proposta mais interessante que delinea os componentes de um modelo de negócio parece ser a de Stahler (2002), que segmentou o modelo de negócio em quatro partes: proposição de valor, produtos ou serviços, arquitetura de valor e modelo de rendimentos. Para o autor, enquanto a proposição de valor e a arquitetura de valor escolhida definem os custos de um modelo de negócio, o modelo de rendimentos contém uma descrição de quais fontes e de que forma a empresa gera suas receitas (STAHLER, 2002).

Para Stahler (2002) a proposição de valor deve compreender uma descrição de que valor os clientes e parceiros estão recebendo do negócio, sendo a criação de valor

essencial para atender as necessidades do cliente e motivar os parceiros a participar do negócio. O produto ou serviço oferecido pela empresa deve buscar cumprir a proposição de valor e gerar o benefício prometido ao cliente, sendo portanto o elo que faz a ligação entre a empresa e seus clientes (STAHLER, 2002).

Roosendaal et al. (2010) dizem que, de modo mais genérico, a proposição de valor da publicação de periódicos científicos é servir a produção de conhecimento por meio do compartilhamento de informação: tornar os resultados de pesquisas públicos e adquirir ou obter informações na hora certa. Para cumprir sua proposição de valor, Roosendaal et al. (2010) acreditam que os periódicos devem, portanto, preocupar-se com alguns aspectos chave, sendo esses: disponibilização e acesso ao conhecimento (para que pesquisadores possam a todo o momento obter as informações que precisam para suas pesquisas), organização da proteção à propriedade da propriedade intelectual dos pesquisadores (para garantir aos autores a prioridade dos resultados de pesquisa) e seleção de qualidade (para que os leitores-pesquisadores tenham sempre bons materiais em suas mãos).

2.3.1 Proposição de Valor

Analisando o caso da publicação de periódicos científicos, quem seriam seus clientes e parceiros e que valor esperam que seja entregue? Pode-se dizer que os clientes e parceiros de um periódico são essencialmente os seguintes: autores, leitores/pesquisadores, bibliotecas e avaliadores.

Easton (2007), adotando uma perspectiva mais mercadológica, sugere que os leitores/pesquisadores (em geral acadêmicos, estudantes e profissionais) são os consumidores de periódicos que estão, em teoria, adquirindo novos conhecimentos. Já as bibliotecas (em geral de instituições de ensino superior) são os compradores de periódicos e recebem influência dos leitores/pesquisadores no processo de seleção e compra, uma vez que são esses os consumidores finais do produto (EASTON, 2007). Os autores (reais ou potenciais) são os fornecedores de um periódico e o que eles oferecem é um novo conhecimento que espera-se que seja de qualidade e de interesse aos clientes do periódico (EASTON, 2007). Eles não são na maioria dos casos pagos por esse “fornecimento”, mas em vez disso recebem recompensas intrínsecas ao processo de

publicação de um artigo, que são uma mistura de estima, status, prestígio, crença na importância da criação de conhecimento e reputação acadêmica (EASTON, 2007).

Os avaliadores são essenciais no processo editorial de um periódico científico e são os principais responsáveis para que sejam selecionados trabalhos de boa qualidade para publicação, permitindo, portanto que parte da proposição de valor de periódicos proposta por Roosendal et al. (2010) seja cumprida. Eles podem ser considerados, portanto, os principais parceiros de um periódico científico. Selecionar e manter um quadro de bons avaliadores não é tarefa fácil. A principal razão para isso é que esse grupo está contribuindo com seu tempo, conhecimento e expertise em troca de praticamente nenhuma forma de compensação (DeNISI, 2008). Ter o nome incluído no cabeçalho de um periódico ou o reconhecimento por seu trabalho ao final da última edição de um volume não são recompensas justas pelo tempo e esforço requeridos para ser um bom avaliador (DeNISI, 2008). Um bom avaliador, de acordo com DeNisi (2008), é aquele que ajuda o editor a tomar a decisão certa. Para DeNisi (2008) uma boa avaliação descreve o que há de bom em um artigo e que precisa ser feito para torná-lo aceitável, e um bom avaliador fornece esse tipo de informação em tempo hábil. Além disso, embora todos os acadêmicos tenham preconceitos e preferências por métodos ou formas de tratar um tema, um bom avaliador não vai permitir que isso interfira no processo de avaliação (DeNISI, 2008).

De acordo com Gumieiro (2009, p. 95), os leitores/pesquisadores e as bibliotecas esperam que o periódico proporcione um valor para eles que inclua os seguintes atributos: preço acessível; qualidade elevada; possibilidade de acessar prontamente os artigos publicados; utilização do protocolo OAI-PMH³ para transferência de dados; possibilidade de, em meio digital, copiar, utilizar, distribuir, transmitir e exibir o artigo publicamente, com a devida atribuição de autoria; permissão para efetuar uma quantidade pequena de cópias impressas para uso pessoal.

Dubini e Giglia (2009) acreditam que os leitores buscam acessibilidade e confiabilidade, sendo que isso pode ser avaliado por meio da disponibilização do conteúdo em meio digital e sem cobrança de encargos e pela existência do processo de avaliação por pares. Para os pesquisadores, os benefícios que eles esperam envolve:

³ *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting*

facilidade de uso do material publicado como ponto de partida para um posterior processo de referenciação (disponibilização online das referências citadas nos artigos e mecanismos de exportação de citações); presença de características que agregam valor à pesquisa, compartilhamento e atualização, como *feed* RSS, possibilidade de postar comentários, marcar artigos e compartilhá-los em diversas redes sociais (DUBINI; GIGLIA, 2009).

Especificamente no caso de leitores/pesquisadores, esse grupo deseja ser mais eficiente, ler menos, mas estar informado sobre tudo o que é relevante para sua pesquisa e ter as informações de que necessitam a tempo (ROOSENDAAAL, 2010). Portanto, um periódico que ofereça, em sua área de especialidade, artigos de boa qualidade, nas temáticas mais relevantes aos seus leitores, e que mantenha-os informados sobre novas edições de interesse, certamente adicionam maior valor ao seu produto.

Para os autores, Gumieiro (2009) destaca que as proposições de valores a serem ofertadas a esse grupo envolvem:

a) alto fator de impacto da revista; b) alta qualidade da revista; c) adoção do protocolo OAI-PMH; d) diminuição do tempo entre o momento de submissão e publicação do trabalho; e) possibilidade de deter os direitos do trabalho; f) direito de arquivar em um repositório público a versão preprint do trabalho; g) direito de arquivar em um repositório público a versão postprint do trabalho; h) cobrança de encargos para submissão / publicação; i) revista ser indexada por bases de dados (p. 95).

Dubini e Giglia (2009) acreditam que o importante para os autores é a visibilidade obtida por meio da publicação e divulgação de seus resultados de pesquisa. Portanto, para tal grupo seria importante: facilidade de recuperação nos motores de busca online; indexação em bases de dados da sua área de especialidade; possibilidade de auto-arquivamento (*post-print* e *pre-print*); possibilidade de obter o artigo em um formato diferente do PDF; possibilidade de acessar o artigo online antes de sua publicação impressa; estatísticas por artigo (DUBINI; GIGLIA, 2009).

Ainda dentro da perspectiva de valor para autores, Bjork e Holmstrom (2006) apresentaram um modelo para guiar futuros autores na determinação do valor de se submeter um artigo para determinado periódico. Esse modelo inclui oito fatores que influenciam de forma direta a decisão do autor e outros 21 fatores subjacentes. Os

principais fatores são: valor da publicação no currículo, que tem conexão com o prestígio do periódico e seu fator de impacto; impacto sobre cientistas, pesquisadores e profissionais; qualidade do processo de avaliação; atraso da publicação; risco de rejeição da submissão; nível de serviço da revista (ex.: acompanhamento eletrônico do processo de avaliação, avaliação no tempo adequado, respostas rápidas às consultas, recebimento da versão impressa etc.); características técnicas do periódico (ex.: imagens coloridas, recursos de hipermídia); cobrança de taxas de publicação aos autores.

Para os avaliadores, Gumieiro (2009) acredita que a proposição de valor para avaliadores é composta de status, reconhecimento por parte dos pares acadêmicos e experiência editorial.

2.3.2 Arquitetura de Valor

Para Stahler (2002) a arquitetura de valor delinea a cadeia de valor apresentando os agentes econômicos que participam da criação de valor e seus respectivos papéis. O objetivo da arquitetura de valor é criar o benefício prometido para o cliente de um modo eficiente, assegurando a produção e entrega do produto (STAHLER, 2002). Para Gumieiro (2009), é a arquitetura de valor que organiza de modo mais adequado e eficiente a casa publicadora para que esta possa oferecer aos seus clientes e parceiros as proposições de valor correspondentes. Percebe-se, portanto, que é dentro da arquitetura de valor que se inserem as categorias de gestão científica e administrativa. São as atividades e os atores desse processo que permitem criar valor no processo de publicação de um periódico científico, e tais atividades certamente apresentam custos.

Para que a arquitetura de valor funcione adequadamente é necessário estabelecer o modelo de rendimentos ou as fontes de receita do periódico, pois será esse o insumo que impulsionará esse componente (GUMIEIRO, 2009). Stahler (2002) acredita que é o modelo de receitas que vai dizer se o modelo de negócio é sustentável.

2.3.3 Modelo de Rendimentos / Financiamento

Teece (2010) lembra que a indústria da informação sempre levantou questões desafiadoras relacionadas ao modelo de negócio, pois muitas vezes é difícil precificar a informação e os consumidores têm muitas maneiras de obter certos tipos sem pagar.

Descobrir como obter receitas (ou seja, capturar valor) a partir do fornecimento de informações aos clientes / usuários é um dos elementos essenciais no design de um modelo de negócio no setor informacional (TEECE, 2010).

No entanto, para um periódico científico, que, diferentemente de outros setores da indústria da informação e mais especificamente da indústria de publicação (jornais diários, revistas, livros etc.), não tem por objetivo a obtenção de lucro com a venda do produto, mas sim a disseminação de conhecimento científico de qualidade, as receitas devem ser suficientes para no mínimo cobrir os custos advindos da arquitetura de valor.

Certamente, se analisarmos os grandes *Publishers* comerciais que concentram a publicação de grande parte dos periódicos editados nos Estados Unidos e na Europa, veremos que eles apresentam uma margem de lucro alta: 36% - Elsevier, 33.9% - Springer, 42% - John Wiley & Sons, 32.4% - Informa (MORRISON, 2011). No entanto, interessa para a presente pesquisa analisar especificamente os periódicos no contexto brasileiro. Para isso, deve-se notar o fato de que o acesso aberto no Brasil é praticamente mandatório, influenciado por políticas da agência que realiza a avaliação de periódicos no Brasil (CAPES) e pela criação da SciELO.

Para entender o modelo de rendimentos de periódicos brasileiros, parece interessante a perspectiva adotada por Mueller (2011), que segmenta as modalidades de financiamento de periódicos em duas categorias: interna e externa. O financiamento interno seriam “recursos originados pela própria entidade que publica o periódico [...]: recursos advindos de assinaturas, vendas de fascículos avulsos e taxas cobradas aos autores [...] (MUELLER, 2011, p. 208)”. Já financiamento externo é considerado pela autora “entidades que concedem apoio financeiro aos periódicos, mas que não são e não tem ligação com a entidade que edita o periódico beneficiado (MUELLER, 2011, p. 208)”. Como exemplos dessa última categoria, a autora cita as agências federais CAPES e CNPQ, as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, Entidades Comerciais entre outros.

2.4 IMPACTO DE PERIÓDICOS

Uma das abordagens para avaliação da qualidade de periódicos científicos, centrada na análise quantitativa de desempenho da pesquisa, envolve a utilização de indicadores bibliométricos de impacto. Com base no número de citações, verifica-se o

nível de interesse de outros pesquisadores pelos artigos publicados em determinado periódico. O cálculo do impacto de publicações na comunidade científica faz parte dos estudos ou análises de citações, ramo pertencente à Bibliometria.

2.4.1 Bibliometria

Segundo Tague-Sutcliffe (1992), bibliometria é o estudo dos aspectos quantitativos relativos à criação, comunicação e uso de informação registrada. Busca descrever tais processos desenvolvendo medidas e modelos matemáticos que comportem a realização de previsões e auxiliem na tomada de decisões.

Os campos mais frequentes de aplicação da bibliometria são: seleção de livros e publicações periódicas; identificação de características temáticas da literatura; avaliação de bibliografias e coleções; determinação dos periódicos centrais em uma área específica; identificação dos países, instituições e autores mais produtivos em um determinado período; aspectos estatísticos da linguagem, palavra e frase; análise de citações e mapeamento de co-citações em disciplinas; crescimento e obsolescência da literatura de uma área do conhecimento (RUIZ; JORGE, 2002; TAGUE-SUTCLIFFE, 1992).

Antes de ser assim intitulada, a disciplina era conhecida como bibliografia estatística, termo criado por Eduard Wyndham Hulme em 1923. Foi Paul Otlet que em 1934 utilizou pela primeira vez a palavra Bibliometria (*Bibliométrie*) em sua famosa obra, *Traité de Documentation*. Entretanto, o termo só foi difundido em 1969, graças a um artigo escrito por Alan Pritchard intitulado *Statistical bibliography or bibliometrics?*, no qual distinguiu a primeira da segunda e propôs um escopo e método para a análise bibliométrica (FONSECA, 1973; ARAÚJO, 2006).

O desenvolvimento inicial da disciplina foi marcado pela presença de três pesquisadores que cunharam leis sobre o comportamento da literatura científica. Lotka propôs em 1926 uma maneira de medir a produtividade de autores. Criou o primeiro modelo para a distribuição de frequência de itens, no caso artigos, dentre diversas fontes, no caso autores. A lei baseia-se no pressuposto de que, em uma determinada área, sempre existem poucos pesquisadores que produzem muito e uma vasta quantidade de pesquisadores que pouco contribuem para a área. Em 1934, Bradford propôs a lei da dispersão do conhecimento científico, calculando, em uma determinada

área, qual seria a distribuição de artigos dentre periódicos. O objetivo era identificar a proporção de artigos, que tratavam de um assunto específico, publicados em periódicos de diferentes temáticas, e se isso estava relacionado à produtividade dos periódicos. Por fim, Zipf desenvolveu em 1949 a lei para calcular a distribuição e frequência de palavras em uma variedade de textos (TAGUE-SUTCLIFFE, 1992; ARAÚJO, 2006).

Posteriormente, outros estudos integraram o corpo de preocupações da bibliometria, como por exemplo, a teoria epidêmica de Goffman, que assemelha a difusão do conhecimento em uma comunidade científica ao processo de transmissão de uma doença infecciosa. No entanto, o desenvolvimento da área após a década de 1960 foi permeado por estudos relacionados à análise de citações, tópico que será aprofundado a seguir.

2.4.2 Análise de citações e fator de impacto

A criação e disseminação de conhecimento em uma área são facilitadas por meio da circulação de ideias entre grupos de pesquisadores. Cada autor contribui para o corpo de conhecimento de sua área criando e adicionando uma nova informação descoberta. No entanto, deve-se destacar que um artigo nunca está sozinho, mas sim inserido na literatura sobre o assunto, que forma a base para constituição de novos estudos. Neste processo, as citações são extremamente importantes, pois simbolizam o reconhecimento pela qualidade de trabalhos previamente escritos e publicados.

De acordo com Guedes e Borschiver (2005), a análise de citações apresenta três aplicações principais: em bibliotecas auxilia no gerenciamento das coleções; na ciência possui o papel de mapear o desempenho de autores; e na administração fornece bases para a tomada de decisão com relação a financiamento de pesquisas, auxílios, bolsas de estudo, orçamento de sistemas de informação etc. A técnica também é utilizada na avaliação de periódicos científicos, cálculo da produtividade de autores, medição de qualidade da informação, medição do fluxo de informação, indicação de estruturas e tendências científicas etc.

As citações representam uma ligação entre o documento citado e o citante. A natureza dessa relação é difícil de caracterizar, devido às múltiplas razões pelas quais autores citam uns aos outros, como as quinze enumeradas por Garfield: homenagear aos

pioneiros; dar crédito aos trabalhos relacionados (homenagem aos pares); identificar equipamentos, metodologias etc.; fornecer uma bagagem de leituras sobre o tema; corrigir o trabalho de outros; corrigir seu próprio trabalho; criticar estudos anteriores; justificar reivindicações; alertar para futuros trabalhos; evidenciar trabalhos mal disseminados, mal indexados, ou sem citações; autenticar dados e classes de fatos físicos constantes etc.; identificar publicações originais nas quais uma ideia ou conceito foi discutido; identificar publicações originais ou outros trabalhos descrevendo um conceito ou termo epônimo; negar trabalhos ou ideias de outras pessoas (alegações negativas); contestar alegações de prioridade de outros (homenagem negativa) (SMITH, 1981).

O aperfeiçoamento da análise de citações tem sido caracterizado pelo desenvolvimento de novas técnicas e medidas, pela pesquisa de novas ferramentas e pelo estudo de unidades de análise distintas. Tais tendências acarretam um acelerado aumento da quantidade e dos tipos de estudos que utilizam a análise de citações. Os primeiros estudos de citação baseavam-se, em geral, em listas de referências localizadas em artigos publicados e divulgados em um restrito conjunto de periódicos. Os dados sobre citações eram transcritos e manipulados manualmente. Portanto, devido a tal enfadonho processo, a maior parte dos estudos apresentava necessariamente um escopo limitado. Porém, com a introdução do computador e de sistemas informatizados, foi possível otimizar de maneira significativa esta situação de duas formas: por meio da impressão de índices contendo dados de citação de uma enorme quantidade de documentos e por meio da análise de dados de citação disponíveis em formato legível por máquina (SMITH, 1981).

Segundo Araújo (2006) o método de contagem de referências foi utilizado por Gross & Gross pela primeira vez em 1927, dois anos depois foi empregado por Allen, e posteriormente, em 1931, por Gross & Woodford. No entanto, foi na década de 1960, com a utilização de novas ferramentas computacionais, que a técnica ganhou novo fôlego. Foi o ano de 1963 que marcou a passagem da bibliometria para uma nova fase, quando Eugene Garfield, fundador do *Institute of Scientific Information* (ISI), criou o primeiro índice de citações, o *Science Citation Index* (SCI). Posteriormente, Garfield criou outros índices buscando englobar mais áreas do conhecimento, o *Social Sciences Citation Index* (SSCI) e o *Arts & Humanities Citation Index* (A&HCI). Garfield também cunhou um dos conceitos mais relevantes nos estudos de citações, o Fator de Impacto.

Em princípios da década de 1960, Irving Sher e Eugene Garfield criaram o Fator de Impacto de periódicos para auxiliar no processo de seleção de revistas a serem inseridas no *Science Citation Index* (SCI). Ambos sabiam que o SCI precisava incluir um grupo central de grandes periódicos altamente citados. Entretanto, também reconheciam que pequenos, mas importantes, periódicos de revisão não seriam selecionados se os critérios fossem pautados somente na publicação por si só ou na contagem de citações. Era necessário, portanto, utilizar um método simples para comparar periódicos independentemente do seu tamanho, e por isso criou-se o Fator de Impacto (GARFIELD, 1999).

O fator de impacto de um periódico é baseado em dois elementos: o numerador, que é o número de citações no ano corrente a quaisquer itens publicados em uma revista nos últimos dois anos, e o denominador, que é o número de artigos publicados nos mesmos dois anos. Os dados sobre o Fator de Impacto de todos os periódicos indexados (hoje agregados na base de dados *Web of Science*) são publicados anualmente, desde 1976, no *Journal of Citations Reports* (JCR).

Tabela 3 – Exemplo de cálculo do Fator de Impacto

FI 2006 do periódico Physical Review Letters

Nº de citações recebidas em	2005=	28078
2006 para os artigos publicados	2004=	23332
em:	Total=	51410
Nº de artigos publicados em:	2005=	3694
	2004=	3575
	Total=	7269

Cálculo

Citações recebidas	<u>51410</u> =	7.072
Número de artigos	7269	

Fonte: adaptado de Mugnaini e Strehl (2008)

Garfield (1999) acredita que os estudos de citação devem ser normalizados levando em consideração algumas variáveis como área do conhecimento ou disciplina, e as práticas de citação. A densidade de citação e a meia-vida também são variáveis importantes. A densidade de citação (número médio de referências citadas por artigo) seria significativamente menor para um artigo de matemática do que para um artigo de ciências da vida. A meia-vida (número de anos que cobrem 50% das citações no ano corrente para o periódico) de uma revista de fisiologia seria mais longa do que a de um periódico da biologia molecular ou astronomia. Apesar de tal ressalva de Garfield, o cálculo do índice continua desconsiderando as variáveis citadas por Garfield (meia-vida e densidade de citação de cada área do conhecimento) e a interpretação de tais dados também.

Dong, Loh e Mondry (2005) afirmam que a imediata disponibilidade do FI e a falta de outros indicadores de qualidade reconhecidos contribuíram para a atribuição do FI como o indicador de qualidade de periódicos. Entretanto, os autores lembram que o cálculo do FI é enviesado por vários fatores, incluindo: idioma e abrangência preferencial das bases de dados; procedimentos utilizados para coletar citações; algoritmo utilizado para calcular o FI; distribuição das citações de periódicos; citações de artigos inválidos; preferência dos *Publishers* por artigos de determinado tipo; comportamento das citações em diversas disciplinas; possibilidade de exercício de influência de editores de periódicos.

De acordo com os autores, as bases do *ISI Web of Science* abrangem menos de um quarto dos periódicos científicos do mundo, e exibem preferência por periódicos publicados em língua inglesa. Periódicos que não estão neste idioma possuem FI relativamente baixo devido à baixa cobertura de periódicos em “língua estrangeira” nessas bases (DONG; LOH; MONDRY, 2005). Os autores lembram que hoje o inglês é a língua franca da ciência, assim como foi o alemão no século XIX e início do XX, e o Latim e Grego anteriormente.

Além disso, no cálculo do FI e na contagem de citações, são consideradas apenas as citações recebidas de artigos de revistas indexadas nas bases do *ISI Web of Science*. Portanto, o cálculo do índice não computa citações provenientes de livros, artigos de eventos, teses, dissertações e outros periódicos não indexados na base (HARZING; VAN

DER WAL, 2008). Este ponto prejudica periódicos brasileiros, pois, além da questão do idioma, há baixa representatividade desses periódicos na base, resultando em um FI que representa apenas parcialmente o impacto de dada publicação.

Outra questão apontada em alguns estudos é a diferença dos padrões de publicação e citação nas diversas disciplinas (LEITE; MUGNAINI; LETA, 2011; MUGNAINI; POBLACIÓN, 2010; HARZING; VAN DER WAL, 2008; MUGNAINI; STREHL, 2008; DONG; LOH; MONDRY, 2005; AMIN; MABE, 2000; NARIN, 1976). Artigos de áreas de crescimento acelerado tendem a citar referências muito mais recentes que campos de pesquisa mais tradicionais, em particular as áreas teóricas e matemáticas, levando a substanciais variações de FIs entre distintas disciplinas. Além disso, a coleta de citações num período de apenas dois anos após a publicação tem um efeito importante sobre o FI. Periódicos de campos de pesquisa que crescem rapidamente tendem a publicar trabalhos com um curto intervalo de tempo entre a submissão e a aceitação. Um grande percentual dos trabalhos é citado dentro de dois anos e, por consequência, o periódico apresenta alto FI. No entanto, existem muitos periódicos de outras áreas que apresentam mais longa meia-vida de citações e muitos trabalhos dessas revistas ainda são citados por um período de tempo bem maior do que dois anos pós-publicação.

Mugnaini e Población (2010) realizaram um estudo sobre o impacto dos tipos de documentos (artigo, livro, anais, teses etc.) nas citações de cinco revistas científicas de distintas áreas do conhecimento. Os autores constataram que o livro foi mais citado numa revista de Ciências Sociais Aplicadas, enquanto que na revista da área de Saúde Coletiva esse tipo de documento é utilizado nas mesmas proporções dos artigos científicos. Citações a periódicos internacionais prevalecem na revista de Física e na de Medicina. Anais e teses são destacados na revista de Veterinária e na de Ciência da Informação. As constatações são importantes para compreender a cultura de comunicação científica de cada área.

Leite, Mugnaini e Leta (2011) propuseram uma nova abordagem para investigar a produtividade científica. O *International Publication Ratio* (IPR) - índice internacional de publicação - foi desenvolvido para permitir a distinção entre grupos com diferentes tendências de publicação. Os autores coletaram por meio do banco de dados Lattes informações dos doutores da comunidade científica brasileira, incluindo área do

conhecimento, afiliação e publicações. No total, 34.390 pesquisadores tiveram seus currículos analisados e suas publicações foram classificadas em cinco grupos de acordo com o IPR: (1) altamente internacional (entre 80.1-100% de publicações internacionais), (2) principalmente internacional (com 60.1-80%), (3) intermediário (com 40.1-60%), (4) principalmente nacional (com 20.1-40%) e (5) altamente nacional (com 0-20%). Os dados do IPR foram associados com as áreas do conhecimento dos pesquisadores.

Foram encontradas evidências de que o desempenho internacional é uma variável dependente da área do conhecimento. Áreas dedicadas a questões com interesses internacionais, tais como Biologia, Engenharia e Ciências Exatas e da Terra, apresentam uma grande fração de pesquisadores com IPR mais alto. Mas isso não é verdade para os campos essencialmente devotados às questões com os interesses locais e nacionais. A utilização do IPR oferece um bom exemplo da importância das idiossincrasias de cada campo como fatores críticos a serem considerados ao comparar desempenhos em diferentes áreas, dentro de um cenário onde a avaliação geral determina o destino dos recursos (LEITE; MUGNAINI; LETA, 2011).

De acordo com Dong, Loh e Mondry (2005), devido à preferência que autores e pesquisadores dão às revistas com alto FI, editores podem ser tentados a aumentar artificialmente o FI de seu periódico. Uma forma muito rudimentar de fazer isso é solicitando a autocitação ao autor. Em 1997, o periódico *Leukemia* foi acusado de tentar manipular o seu FI. A revista solicitou aos autores que haviam submetido um artigo ao periódico que citassem mais artigos da própria revista. Mais tarde, em 2002, outro caso semelhante, o editor de um periódico sugeriu a inclusão de mais referências do próprio periódico. Sevinc (2004) também cita outros quatro casos de manipulação de FI e Falagas e Alexiou (2008) citam outros dez casos.

Mugnaini e Strehl (2008) destacam que durante um longo período de tempo somente os dados produzidos a partir bases do *ISI Web of Science* e os indicadores disponibilizados no JCR proporcionavam uma noção do impacto dos periódicos na comunidade científico-acadêmica. Segundo os autores, tal hegemonia também se estabeleceu em países com baixa representatividade de periódicos científicos nessas bases de dados internacionais.

Entretanto, Mugnaini e Strehl (2008) afirmam que a situação está mudando, pois outras bases de dados com capacidade de indexar citações foram criadas, disputando, portanto, espaço com o *ISI Web of Science* na produção de dados para calcular medidas de impacto de periódicos científicos. Os autores destacam, considerando o contexto da ciência dos países em desenvolvimento, as bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Scopus* e *Google Scholar*. Além disso, outros índices para aferição de impacto foram constituídos, dentre os quais se destaca o Índice H.

2.4.2.1 Índice H e Google Scholar

O índice H foi proposto de pelo pesquisador Jorge Hirsch (2005) e, inicialmente, tinha a função de subsidiar a avaliação qualitativa de pesquisadores da área da física. No entanto, a medida também ganhou destaque em outras áreas do conhecimento, sendo hoje intensamente utilizada na avaliação de impacto de pesquisadores. Além disso, passou a ser também utilizada para calcular o impacto de periódicos científicos, função proposta posteriormente por Braun, Glanzel e Schubert (2006). O seu cálculo é feito da seguinte maneira: um cientista/periódico tem índice H se H dos seus N artigos possuem pelo menos H citações cada, e os outros artigos tem menos de H citações cada (HIRSCH, 2005). Por exemplo, um pesquisador/periódico com índice H de valor sete possui sete artigos com pelo menos sete citações cada.

Como resultado, o índice H fornece uma combinação tanto de quantidade (número de artigos publicados) como de qualidade (impacto, ou citações que estes documentos receberam). Portanto, o índice H é preferível à simples medição do número total de citações, uma vez que faz a correção para os *One Hit Wonders*, ou seja, acadêmicos que são autores de um ou de um número limitado de artigos altamente citados, mas que não demonstraram desempenho acadêmico sustentado por um longo período de tempo. O índice H também é preferível à contagem do número de trabalhos publicados, pois faz a correção para artigos que não são citados, que apresentam impacto limitado sobre o campo. Em suma, o índice H favorece acadêmicos que publicam um fluxo contínuo de artigos com impacto duradouro e acima da média (HARZING; VAN DER WAL, 2009).

Ainda segundo os autores, assim como o índice H para autores provê uma medida de performance acadêmica sustentada e durável, o índice H para periódicos provê uma

medida robusta de performance de periódicos sustentada e durável. Os autores fizeram uma comparação entre o índice H calculado com as citações obtidas no *Google Scholar* e o Fator de Impacto calculado pela base de dados *Web of Science* para uma amostra de 838 periódicos de economia e administração e mostraram que o primeiro provê uma mais abrangente e correta medida de impacto dos periódicos. O *Google Scholar* e suas ferramentas para auxiliar na análise de citações serão abordados a seguir.

O *Google Scholar* foi desenvolvido por Anurag Acharya, um cientista da computação indiano, e permite que pesquisadores localizem uma enorme variedade de literatura acadêmica na Web, incluindo periódicos científicos, resumos, artigos avaliados por pares, teses, dissertações, livros, *pre-prints*, e relatórios técnicos de universidades, instituições acadêmicas, organizações profissionais, grupos de pesquisa, e repositórios de *pre-prints* ao redor do mundo. O *Google Scholar* possui acordos com as principais bases de dados, editoras e associações para indexar as informações básicas, resumo e referências dos artigos disponíveis em acesso restrito. Como tal, tornou-se um portal para acesso a informações científicas e acadêmicas na web (NORUZI, 2005).

De acordo com Noruzi (2005), a maior vantagem do *Google Scholar* é a sua característica distintiva de índice de citação. Cada artigo recuperado pelo motor de busca acadêmico apresenta duas sub-listas: uma contendo documentos com temas correlatos ao do artigo em questão e outra que contém as publicações que citaram o artigo em um momento posterior no tempo. Artigos que apresentam muitas citações são geralmente classificados no topo do ranking e ganham novo impulso se são referenciados por artigos altamente citados. O *Google Scholar* classifica os resultados da pesquisa considerando o quão relevante eles são para a consulta, levando em conta o título e o texto integral de cada artigo, bem como a publicação na qual o artigo apareceu e quantas vezes ele foi citado em outras publicações acadêmicas (NORUZI, 2005).

Harzing e Van der Wal (2008) listaram as vantagens e desvantagens na utilização do *Google Scholar* para análises de impacto:

Vantagens:

- 1) Inclui citações a diversos tipos de publicação (livros, anais, teses etc.) e a uma maior variedade de periódicos. Isso permite aumentar o escopo de análise e

corroborar com o fato citado anteriormente, referente ao padrão de publicação e citação das áreas do conhecimento, pois nem todas valorizam o periódico (nacional ou internacional) da mesma maneira. Além disso, para áreas e países pouco representados nas bases de dados internacionais, o Google Scholar oferece uma noção de impacto bem mais próxima do real (HARZING; VAN DE WAL, 2008).

2) Resolve muito bem os problemas de ambiguidade decorrentes de referências ligeiramente diferentes a algum artigo, pois consegue reconhecer os erros e utilizar o mecanismo de agrupamento das citações, facilitando análises.

3) Inclui um número muito maior de publicações em outros idiomas e índices em francês, alemão, espanhol, italiano e português. Isso também favorece, por exemplo, os periódicos brasileiros, já que muitos artigos são publicados em português e citados por periódicos em outros idiomas que não o inglês, mas não aparecem no cálculo de citações restrito às bases internacionais (HARZING; VAN DER WAL, 2008).

Desvantagens:

1) Inclui citações não acadêmicas, como as advindas de manuais, guias de biblioteca ou notas editoriais. No entanto, problemas incidentais a este respeito são pouco suscetíveis de distorcer as métricas de citação, especialmente aquelas robustas, como o índice H. Além disso, os autores argumentam que mesmo citações nestes tipos de documento mostram que o periódico tem impacto sobre o campo (HARZING; VAN DER WAL, 2008).

2) Não é atualizado tão frequentemente como o *ISI Web of Science*. Os autores sugerem que, de acordo com experiência própria, todos os registros da base são atualizados a cada 2 ou 3 meses, mas pequenas atualizações podem ocorrer com mais frequência. A falta de atualização diária pode ser problemática para acessar informações sobre pesquisas mais recentes nos campos que mudam rapidamente. No entanto, para a finalidade de análise de citações, este não deve ser um grande problema, pois muitas revistas acadêmicas têm entre quatro e seis

edições ao ano e, portanto, o Google Scholar geralmente não fica mais do que uma edição atrás (HARZING; VAN DER WAL, 2008).

Vale ressaltar que os dados sobre citações obtidos com o *Google Scholar* podem ser utilizados para calcular qualquer métrica de impacto, seja o Fator de Impacto, Índice H ou outros. Um programa que auxilia na coleta de dados e já fornece alguns índices de impacto é o software *Publish or Perish*. Foi desenvolvido pela *Tarma Software Research* com o auxílio da pesquisadora Anne-Will Harzing, da Universidade de Melbourne na Austrália. O programa recupera e analisa as citações do *Google Scholar* e apresenta algumas métricas de impacto, como por exemplo, o Índice H (HARZING; VAN DER WAL, 2008).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa abordará o problema qualitativamente. Como afirma Richardson (1999, p. 80), “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. Além disso, esse tipo de pesquisa pode “contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos” (RICHARDSON, 1999, p. 80). Stake (2011, p. 42) acredita que a visão dos pesquisadores qualitativos é construtivista e existencial, entendendo que os fenômenos devem ser compreendidos dentro de diversos contextos (político, econômico, social, histórico, cultural etc.) sem, no entanto, deixar de notar sua singularidade.

Diniz et al. (2006) afirmam que os projetos de pesquisa qualitativa devem considerar essencialmente quatro dimensões na definição de sua metodologia: postura epistemológica, método de pesquisa, técnica de coleta de dados e modo de análise e interpretação dos dados. Enquanto os dois primeiros “fornecem a base teórica e são os direcionadores da postura adotada pelo pesquisador”, os dois últimos “são as dimensões que operacionalizam a postura escolhida (DINIZ et al., 2006 p. 4)”.

Nesse sentido, a presente pesquisa adota uma postura epistemológica próxima do paradigma interpretativista e utilizará o método de estudo de caso como estratégia para alcançar os objetivos propostos. Diniz et al. (2006, p. 5) lembram que o “objetivo do interpretativismo é compreender a produção real dos significados e conceitos usados por atores sociais no local onde eles interagem” e que nesse tipo de abordagem o conhecimento é percebido como algo relativo, que “só pode ser entendido do ponto de vista dos indivíduos que estão diretamente envolvidos (DINIZ et al., 2006, p. 3)”.

Para Yin (2009), o uso do método de estudo de caso nasce da necessidade de entender um fenômeno social complexo e permite que os pesquisadores conservem as características holísticas e significativas de eventos da vida real. Creswell (2012) afirma que o estudo de caso é uma abordagem de pesquisa qualitativa na qual o pesquisador explora um ou mais sistemas contemporâneos da vida real (casos), limitados no tempo e espaço, por meio de coleta de dados aprofundada envolvendo múltiplas fontes de

informação (observações, entrevistas, material audiovisual, relatórios e documentos). Walsham (1995) acredita que para os estudos de caso interpretativistas nos quais os pesquisadores assumem o papel de observador externo, entrevistas podem ser consideradas a principal fonte de dados, já que é por meio deste método que o pesquisador pode melhor acessar as interpretações que os participantes têm sobre as ações e eventos estudados.

Para a realização da presente pesquisa foram escolhidos cinco casos para análise, o que caracteriza um estudo de casos múltiplos, que pode ser útil, na perspectiva interpretativista, para entender uma questão sob múltiplos aspectos e identificar tendências, e na perspectiva positivista, para generalização e replicação (CRESWELL, 2012; WALSHAM, 1995). Os casos foram escolhidos por amostra intencional, que de acordo com Patton (1990) é interessante para que sejam selecionados casos que forneçam informações ricas para que se possa aprender mais sobre as questões de central importância para o objetivo da pesquisa. Para isso, foi utilizado essencialmente um critério de seleção, sendo esse a importância e impacto do periódico para a área da Administração como um todo (não apenas uma subárea específica).

A questão da importância e do impacto do periódico para a área foi identificada principalmente em um estudo bibliométrico exaustivo realizado por Machado-da-Silva et al. (2008). Os autores analisaram as citações recebidas e concedidas entre 2005 e 2007 por 4.081 artigos publicados em 22 periódicos da área de Administração e nos anais de um dos eventos mais importantes da área no Brasil, o ENANPAD.

Machado-da-Silva et al. (2008) elaboraram um ranking com os periódicos que mais receberam citações no período de análise, apresentando, assim, maior impacto na área, do qual se destacaram os cinco periódicos escolhidos para compor a amostra: Revista de Administração de Empresas (RAE), da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-EAESP); Revista de Administração Contemporânea (RAC), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD); Revista de Administração (RAUSP), da Universidade de São Paulo (USP); *Brazilian Administration Review* (BAR), da ANPAD; Organizações & Sociedade (O&S), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Também colaboraram para a escolha desses periódicos: o estudo de Wood Jr. e Chueke (2008) sobre a produção científica dos pesquisadores da área de Administração, que

identificaram quatro das revistas citadas como sendo as principais e mais importantes da área; e também a classificação dessas revistas no Qualis da CAPES de 2012, no qual quatro delas foram classificadas na categoria A2 e uma na categoria B1.

Para coletar os dados necessários para a realização da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os editores e com membros da equipe editorial dos periódicos, além de pesquisas nos websites das revistas para obter algumas informações específicas sobre cada periódico estudado. Os resultados das entrevistas com editores e equipe editorial dos periódicos foram utilizados para identificar coerência com o modelo de gestão de periódicos proposto (ver seção 3.1.1). Para fins de sistematização, a pesquisa foi dividida em duas etapas apresentadas a seguir.

3.1 PRIMEIRA ETAPA

A primeira etapa da pesquisa tem caráter exploratório e descritivo. Primeiramente, identificou-se algumas características dos periódicos nacionais e internacionais da área de Administração e Contabilidade classificados no Qualis de 2012, um total de 267 periódicos. Foi identificado o ano de início de cada periódico e o tipo de instituição que o edita. Além disso, ainda nesta parte, fez-se um breve histórico sobre a evolução dos periódicos da área e das avaliações realizadas pela CAPES para averiguar sua qualidade (Qualis). Para as cinco revistas que compuseram a amostra, foi realizada uma caracterização, em termos do que as distinguem como produto de veiculação da comunicação científica da área de Administração. Para Gumieiro (2009), deve-se levar em consideração as questões disciplinares, pois “o sucesso de um periódico dependerá de quão compatível for o seu design com as práticas sociais de sua disciplina correspondente (GUMIEIRO, 2009, p. 116)”.

Portanto, faz-se necessário identificar no periódico as características que o configuram como veículo de comunicação em determinada área do conhecimento, que para Gumieiro (2009) envolve o entendimento dos seguintes aspectos: estilo de escrita (tipos e tamanho das sentenças); apresentação gráfica (posicionamento das seções, uso de recursos visuais); número médio de páginas por artigo; periodicidade; número médio de artigos publicados por ano; número médio de autores por artigo; taxa média de rejeição de trabalhos submetidos ao periódico.

É importante também entender algumas características da disciplina à qual o periódico pertence, como: uso dos veículos de comunicação (periódico, livro, anais etc.) nas citações; velocidade de publicação e de citação da área; volume e tipo (periódico, livro, anais etc.) de produção científica da área; uso de canais informais para veiculação de resultados de pesquisa.

Com relação às características dos periódicos, nenhum trabalho foi feito especificamente na área de Administração, no entanto sabe-se que nos periódicos de Ciências Sociais, em geral: os textos possuem sentenças mais longas e menos sentenças passivas; o referencial teórico e a metodologia são separados em seções nos trabalhos; as referências são listadas ao final do texto; a literatura se apresenta em forma de texto com poucas ilustrações ou tabelas; o número de páginas por artigo é maior, quando comparado às Ciências (*hard sciences*); há menor incidência de artigos com múltipla autoria do que nas Ciências (*hard sciences*); as taxas de rejeição de originais são maiores (GUMIEIRO, 2009).

Com relação às características da disciplina, poucos trabalhos foram realizados nesse sentido. Machado-da-Silva et al. (2008) identificaram que nos 4.081 artigos dos 22 periódicos e anais do EnANPAD estudados, apenas 5% das citações eram direcionadas à esse mesmo conjunto e a dominância nas citações é de publicações estrangeiras, que corresponderam a 52,4% das citações atribuídas. Em outro estudo, Mugnaini e Población (2010) identificaram nas citações de um periódico de Ciências Sociais Aplicadas que os livros e os anais de evento são importantes fontes para a área. Em termos de produção científica, o estudo mais representativo nesse sentido, apesar de não ser específico para a área de administração, é o de Leite, Mugnaini e Leta (2011). Os autores identificaram após análise de um número substantivo de currículos Lattes de pesquisadores brasileiros em um período de oito anos (1997-2004) que os pesquisadores de Ciências Sociais apresentam uma produção científica altamente nacional, com cerca de 80% dos autores apresentando entre 0 e 20% de publicações internacionais, padrão esse que é praticamente invertido para pesquisadores de Ciências da Terra.

Considerando as informações apontadas anteriormente, a presente pesquisa analisou para os cinco periódicos que compõe a amostra: número de páginas por artigo;

número de artigos publicados por ano; número de autores por artigo. A análise foi realizada para um período total de nove anos (2004-2012), buscando identificar as possíveis mudanças ocorridas entre um período de avaliação da CAPES e outro (2004-2006/2007-2009/2010-2012).

Também na primeira etapa da pesquisa, foram caracterizados e descritos os modelos de gestão dos periódicos da amostra. O modelo de gestão proposto compreende as seguintes categorias: gestão científica; gestão administrativa; modelo de rendimentos. Para se identificar e apresentar cada um desses aspectos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os editores de cada periódico e com as assistentes editoriais. A seguir, apresenta-se o modelo proposto e uma breve explicação sobre cada uma das categorias.

3.1.1 Modelo Proposto

CATEGORIAS	CONTRUTOS	DIMENSÕES
Gestão Científica	Credibilidade Científica	Características do Comitê Editorial
		Características da Equipe de Editores
	Certificação de Conteúdo	Características do Corpo Editorial
		Características do Processo de Avaliação
Gestão Administrativa	Gestão Administrativa e Financeira Produção Editorial e Gráfica, Comunicação e Marketing	Características do Processo (Atividades)
		Características da Equipe
		Infraestrutura
Modelo de Financiamento	Financiamento Interno	Assinaturas
		Taxas Cobradas aos Autores

		Apoio da Mantenedora
	Financiamento Externo	Agências federais CNPQ e CAPES
		Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
		Entidades Comerciais
		Outros

3.1.1.1 Gestão Científica

A gestão científica compreende o gerenciamento do processo de certificação de conteúdo do periódico, visando à seleção e divulgação de conhecimento de qualidade, respaldada pelos atores envolvidos no processo. Vale saber aqui como acontece o processo de avaliação de artigos, quais são as etapas, os critérios considerados e os atores envolvidos em cada uma das etapas. É importante saber também as características dos grupos que garantem em parte a credibilidade científica do periódico, ou seja, a sua equipe de editores e seu comitê editorial.

3.1.1.2 Gestão Administrativa

A gestão administrativa compreende o gerenciamento do processo de publicação de um periódico científico. Depois de assegurada a qualidade do conteúdo na gestão científica, esse conteúdo precisa tornar-se visível para a comunidade interessada, precisa ser divulgado, publicado. Para isso, são necessárias diversas atividades, que envolvem resumidamente os processos de: produção editorial e gráfica (edição de texto, edição de layout, diagramação, impressão); gestão administrativa e financeira (gestão de pessoal, recursos financeiros, recursos materiais, acompanhamento de serviços terceirizados etc.); comunicação e marketing (indexação em bases de dados, venda e distribuição). Vale saber aqui a equipe que o periódico apresenta para realizar cada uma das atividades necessárias ao processo de publicação do periódico e a infraestrutura que possui para essas atividades.

3.1.1.3 Modelo de Financiamento

A atividade de publicação de um periódico científico apresenta custos (ver seções 2.2.1.2 e 2.2.2.4) e, portanto, precisa ser financiada de alguma forma. Considerando que as revistas científicas no Brasil adotam o acesso aberto, é necessário ter outras fontes de financiamento além de assinaturas, já que estas diminuem bastante sua representatividade na cobertura dos custos quando o periódico está disponível em acesso aberto online. Considerando isso, outras fontes de financiamento interno podem ser: apoio da instituição mantenedora; taxas cobradas aos autores. Ainda podem existir fontes externas de financiamento, como apoio de agências federais, estaduais, entidades comerciais entre outras. É importante saber o peso de cada elemento na cobertura dos custos e se isso está sendo suficiente para manter a publicação do periódico.

3.2 SEGUNDA ETAPA

Na segunda etapa foi identificado o impacto dos periódicos selecionados, por meio da análise bibliométrica das citações recebidas durante determinado período de tempo. Foram escolhidos dois períodos para análise e comparação, 2001-2005 e 2006-2010, escolha essa que levou em consideração a meia-vida dos periódicos de Ciências Sociais Aplicadas, que tende a ser mais alta, e o imediatismo das pesquisas publicadas, que tende a ser mais baixo.

As informações identificadas no referencial teórico influenciaram na escolha de uma base mais abrangente (*Google Scholar*) e um índice de impacto mais robusto e adequado (Índice H) para análise de citações dos sete periódicos da área de Administração selecionados para o presente estudo. Para realização dessa etapa foi utilizado o programa *Publish or Perish*, que permitiu a recuperação das citações atribuídas aos periódicos na base do *Google Scholar* e posterior análise para aferição do índice de impacto H dos periódicos.

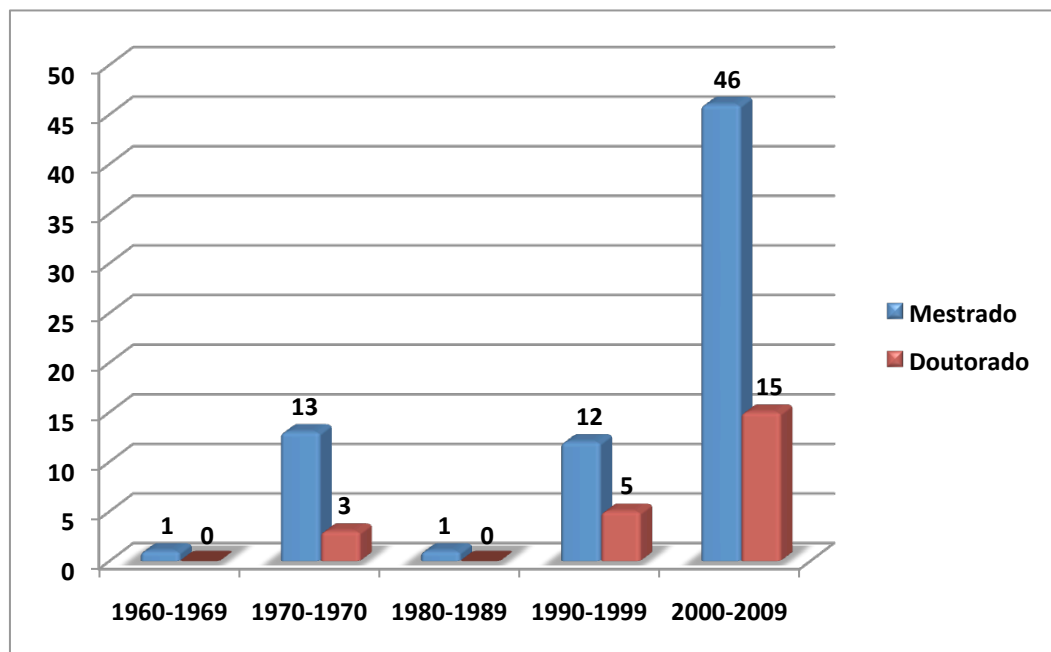
4 RESULTADOS

4.1 PRIMEIRA ETAPA

4.1.1 Contextualização e caracterização da área

A história da pós-graduação em Administração no Brasil começa na década de 1960, com o início do primeiro mestrado acadêmico na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Posteriormente, na década de 70, foram criados mais 13 cursos de mestrado, dos quais um profissional e 12 acadêmicos. Nesta mesma década também começaram a funcionar os três primeiros cursos de doutorado: Universidade de São Paulo (1975), Universidade Federal do Rio de Janeiro (1976) e Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (1976). Ressalta-se que nesse período o foco da pós-graduação ainda não era a pesquisa, mas sim a formação e capacitação de profissionais para atuação como professores (BIANCHETTI; MACHADO, 2009). O próximo doutorado a ser criado foi o da Universidade Federal da Bahia, mas somente em 1993, quase 20 anos após o primeiro.

Gráfico 1 – Criação de cursos de mestrado e doutorado em Administração por período



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

A avaliação da pós-graduação por parte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) têm início no final da década de 1970, sendo a

primeira avaliação realizada em 1976. De acordo com Balbachevsky (2005) a avaliação levada a cabo pela CAPES possibilitou a criação de uma conexão clara e direta entre desempenho e sucesso, ou seja, “quanto melhor a avaliação alcançada pelo programa, maiores eram suas chances e as de seus pesquisadores de alcançar apoio, tanto em bolsas de estudo como em recursos para pesquisa e infraestrutura (BALBACHEVSKY, 2005, p. 282)”.

Buscando aprimorar seu sistema avaliativo, a CAPES convocou no Biênio 1996-1997 um conjunto de 18 especialistas estrangeiros para avaliar o sistema e sugerir modificações (SPAGNOLO; CALHAU, 2002). Identificou-se, entre outros problemas, que “o pequeno tamanho da comunidade científica brasileira e a visibilidade do trabalho dos comitês davam origens a pressões paroquiais que eram dificilmente contornadas (BALBACHEVSKY, 2005, p. 283).” Com isso, Balbachevsky (2005) afirma que “uma consequência visível dessa dificuldade foi a inflação das avaliações mais favoráveis (BALBACHEVSKY, 2005, p. 283)”. Os resultados da avaliação de 1996 indicavam que o sistema de avaliação da CAPES estava perdendo sua função discriminadora, pois nessa avaliação quatro em cada cinco programas foram classificados nas duas posições mais altas (na época, A e B) (BALBACHEVSKY, 2005).

Nesse sentido, em 1998 a CAPES reformou seu sistema de avaliação implantando uma série de mudanças: a periodicidade passou de dois para três anos; mestradados e doutorados oferecidos pelo mesmo programa passaram a ser avaliados em conjunto; adoção de padrões de qualidade aceitos internacionalmente; avaliação de desempenho dos pesquisadores com foco na produção acadêmica; mudança da escala de cinco para sete pontos, na qual os dois níveis mais altos (6 e 7) são atribuídos somente a programas com doutorado e bem qualificados de acordo com padrões internacionais de qualidade (BALBACHEVSKY, 2005).

De acordo com Souza e Paula (2002, p. 8):

Como parte desse esforço, no intuito de fortalecer a análise qualitativa no processo de avaliação, a CAPES propôs o desenvolvimento da base QUALIS, para construção de indicadores de produção científica fundamentados na qualidade das revistas científicas utilizadas pelos programas de pós-graduação, devendo estas receber uma classificação conforme critérios definidos pelas comissões de áreas.

Na área de Administração a primeira avaliação de periódicos para inclusão na base Qualis da área foi realizada em 2002, na qual os periódicos foram classificados de acordo com o âmbito de circulação (Local, Nacional, Internacional) e em termos de reconhecimento científico (A, B ou C). A avaliação manteve-se assim nas rodadas subsequentes até 2007 (2004, 2005 e 2007).

Foi possível obter diretamente com a Coordenação de Gestão da Informação da CAPES os dados relativos às avaliações anteriores do Qualis da área de Administração, Contabilidade e Turismo. Na avaliação de ano base 2004, a base continha 111 periódicos avaliados e esse número foi aumentando progressivamente nas avaliações posteriores: 206 no ano base 2005, 337 no ano base 2006, 394 no ano base 2007, 837 no ano base 2008. A relação de periódicos disponibilizada no website do Qualis nesse momento (1503 ao todo) refere-se ao ano base 2010 e inclui os periódicos citados no Coleta CAPES dos anos base 2007, 2008, 2009 e 2010.

Para a avaliação de periódicos editados no Brasil eram considerados os seguintes critérios: normalização (16 pts. – 2004; 15 pts. – 2005 e 2007); publicação (12 pts. – 2004, 2005 e 2007); circulação e visibilidade (20 pts. – 2004; 18 pts. – 2005 e 2007); autoria e conteúdo (31 pts. – 2004; 25 pts. – 2005 e 2007); gestão editorial (16 pts. – 2004; 15 pts. – 2005 e 2007); qualidade percebida dos artigos publicados – impacto (10 pts. – 2004; 15 pts. – 2005 e 2007). Uma ficha de avaliação com os critérios específicos de cada um dos itens citados era passada aos editores para que eles fizessem uma auto-avaliação do periódico, que era posteriormente revisada pelo comitê para a atribuição da classificação às revistas.

Primeiramente, os periódicos eram classificados de acordo com o âmbito de circulação, levando em consideração sete itens específicos da ficha que somavam no máximo 28 pontos: indexação em bases de dados (5 pts.); disponibilidade em bibliotecas do sistema nacional (2 pts.); formas de distribuição (2 pts.); autoria nacional dos artigos/ensaios originais (6 pts.); autoria interinstitucional dos artigos/ensaios originais (6 pts.); Conselho Técnico-Científico com reconhecida contribuição na área e afiliados às instituições nacionais (com distribuição geográfica regular) e internacionais (3 pts.); consultores externos. Na avaliação realizada em 2007, o comitê definiu em 17 pontos a nota de corte para a classificação “nacional”.

Para a classificação dos periódicos em A, B ou C levava-se em consideração a pontuação nos outros itens da ficha (no máximo 57 pts.) e mais no máximo 15 pontos referentes à avaliação subjetiva de impacto, realizada por dois avaliadores do comitê. Na avaliação de 2007, para periódicos de âmbito “nacional” a nota mínima para o conceito A era 55 pontos e para o conceito B 48 pontos. No caso dos periódicos de âmbito “local”, o conceito A era atribuído ao periódico que alcançasse no mínimo 48 pontos e para o conceito B, 40 pontos.

Os periódicos editados no exterior eram classificados da seguinte forma: para aqueles periódicos indexados no *Journal of Citation Reports* (JCR), era atribuída a classificação “Internacional A” caso o fator de impacto (FI) fosse maior que 0,5 e “Internacional B” caso o FI fosse menor que 0,5; para os periódicos estrangeiros não indexados no JCR o comitê utilizava-se de outros dados para atribuir o conceito, como informações de estudos bibliométricos e informações disponíveis nos sites dos periódicos, sendo que tais periódicos poderiam receber conceitos variando de internacional A a Local C.

Após a avaliação trienal de 2007, o Comitê Técnico-Científico (CTC) da CAPES realizou uma avaliação dos critérios que eram até então utilizados, principalmente aqueles relacionados à composição da base Qualis. Foi identificado que o critério de âmbito de circulação do periódico estava sendo interpretado de maneiras diferentes pelas áreas, pois algumas consideravam o local de publicação do periódico, outras o público-alvo e outras uma mistura desses dois critérios (SOUSA; MACEDO, 2009). Além disso, o estudo realizado pela equipe técnica apontou problemas com relação à distribuição dos periódicos pelos estratos (algumas áreas concentravam a maioria dos periódicos nos estratos superiores) e à variedade de estratos à qual um periódico pertencia (em diferentes áreas de avaliação) (SOUSA; MACEDO, 2009).

Com isso, o CTC redefiniu os estratos do Qualis, que passou a ser composto por uma escala única, em ordem decrescente, A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C (peso zero). Os estratos superiores não deveriam abrigar mais de 20% da produção da área e os periódicos deveriam estar regularmente distribuídos pelos estratos B (SOUSA; MACEDO, 2009). O CTC recomendou em seu documento relativo à reestruturação do Qualis que “os estratos superiores não sejam superpovoados, a fim de que seja devidamente

destacada a excelência ou o diferencial de qualidade dos periódicos neles classificados [...] (BRASIL, 2008)". Além disso, os critérios de cada área e listagem final de periódicos classificados passou a ser aprovada pelo CTC.

Para se adequar às demandas do CTC, a área de Administração, assim como as demais, teve que redefinir os critérios utilizados para inclusão de periódicos nos estratos. Portanto, para a avaliação de 2010 relativa ao triênio 2007-2009 foram utilizados os seguintes critérios (BRASIL, 2009):

- A1** – $FI > 0,5$ ou $H > 5$;
- A2** – $0 < FI \leq 0,5$ ou $0 < H \leq 5$;
- B1** – Indexado no Scielo, se periódico editado no Brasil, ou indexador equivalente, se periódico editado fora do Brasil. Publicação de no máximo 30% dos artigos com autores vinculados a uma mesma instituição, por volume;
- B2** – Antigo Nacional A. Publicação de no máximo 35% dos artigos com autores vinculados a uma mesma instituição, por volume;
- B3** – Antigo Nacional B. Publicação de no máximo 40% dos artigos com autores vinculados a uma mesma instituição, por volume;
- B4** – Antigo Nacional C, Local A e Local B. Publicação de no máximo 45% dos artigos com autores vinculados a uma mesma instituição, por volume;
- B5** – Antigo Local C. Atendimento aos requisitos mínimos estabelecidos para avaliação.

Na última avaliação realizada no começo de 2012 os critérios foram redefinidos, mas mantendo o mesmo padrão:

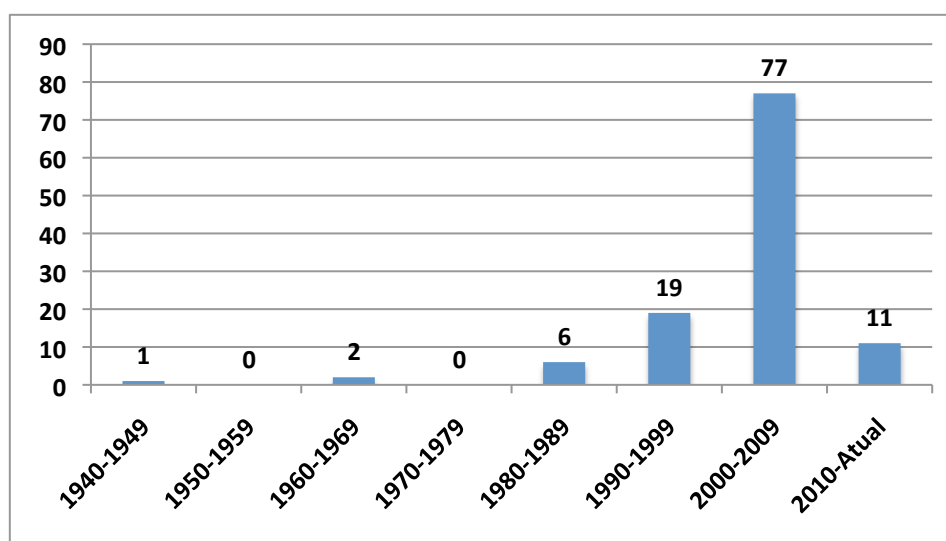
- A1** – $H \text{ Scopus} > 20$ ou $JCR > 1,0$, o que for mais favorável ao periódico;
- A2** – $4 < H \text{ Scopus} \leq 20$ ou $0,2 < JCR \leq 1,0$, o que for mais favorável ao periódico;
- B1** – Atender aos estratos anteriores; $Scopus < H \text{ Scopus} \leq 4$ ou $0 \leq JCR \leq 0,2$, o que for mais favorável ao periódico, ou, Estar na Scielo ou Redalyc; Ter mais de 5 anos, ou, Ser periódico de uma das seguintes Editoras: Sage; Elsevier; Emerald; Springer; Inderscience; Pergamo; Wiley; e Routledge;
- B2** – Atende as demandas para se enquadrar no estrato anterior; Ter mais de três anos; Ter 1 Indexador (SCOPUS, EBSCO, DOAJ, GALE, CLASE, HAPI, ICAP, IBSS); Informações sobre os trâmites de aprovação; Apresentar a legenda bibliográfica da revista em cada artigo; Ter conselho diversificado; Editor chefe não é autor; Informação sobre processo de avaliação;
- B3** – Atende as demandas para se enquadrar no estrato anterior; Atender a 6 dos critérios a seguir: Missão/foco, Informa o nome e afiliação do editor, Informa nome e afiliação do membros do comitê editorial, Divulga anualmente a nominata dos revisores, Mínimo de dois números por ano, Informa dados completos dos artigos, Endereço de pelo menos um dos autores;

B4 – Atender as demandas para se enquadrar no estrato anterior; Ter revisão por pares; Edições atualizadas até 2011; Normas de submissão;
B5 – Ter ISSN; Ter periodicidade definida. (BRASIL, 2012).

Os resultados da avaliação de periódicos são essenciais para a nota final da avaliação do programa de pós-graduação. A cada produção que um docente permanente de um programa da área publica em um veículo qualificado no Qualis, o pesquisador acumula pontos, sendo que publicações em periódicos A1 contam 100 pontos e em periódicos B5, 10 pontos, e a média ideal considerada pela CAPES é de 150 pontos por triênio. Esse quesito vem aumentando de peso a cada avaliação trienal. Na avaliação de 2004, o item “produção intelectual” tinha o peso de 30% na nota do programa, na avaliação de 2007 o peso aumentou para 35% e na avaliação de 2010 chega a cerca de 40%, se for incluída a produção de discentes do programa.

Portanto, dada a necessidade de se publicar mais, é natural que sejam criados mais periódicos, para disseminar a produção científica dos pesquisadores da área. A partir de uma análise da base Qualis mais recente (2012), mantendo-se apenas os periódicos de Administração e Contabilidade (excluindo-se aqueles de outras áreas, como: Ciência da Informação, Economia, Ciência Política, Psicologia etc.) chega-se a um total de 116 periódicos. Analisando-se a data de criação de cada um, percebe-se que a maior parte deles foi criada nos anos 2000, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Criação de periódicos científicos de Administração por período

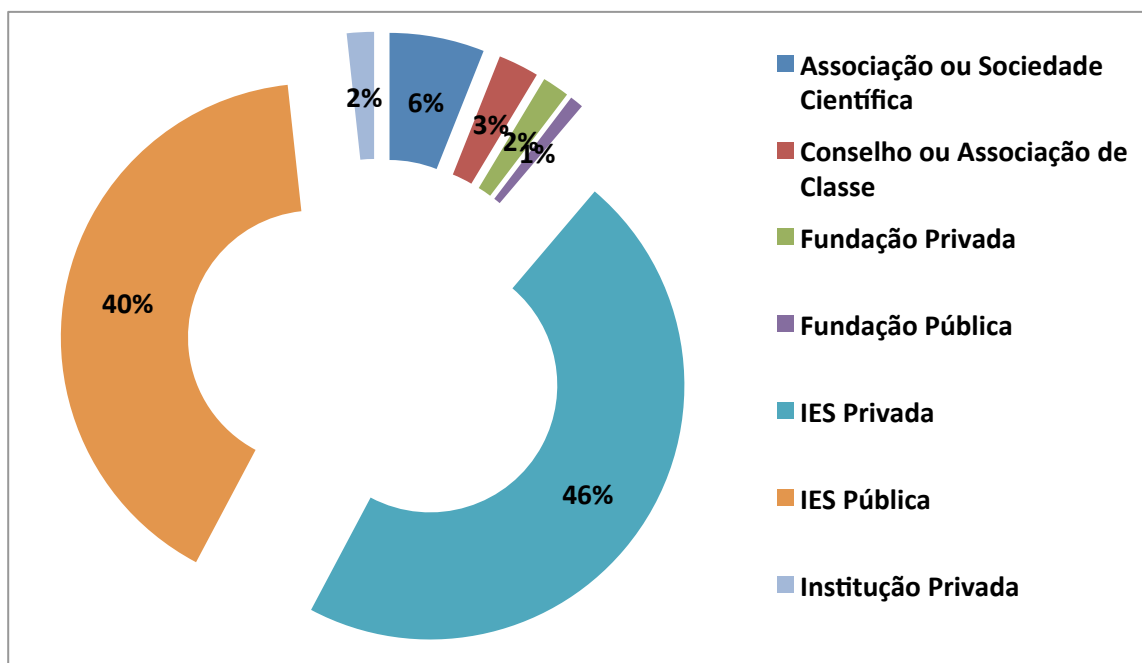


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Percebe-se que houve um aumento de 275% no número de periódicos analisando-se a quantidade existente até 1999 com aquela da década de 2000. Isso pode ter relação com o aumento do número de cursos de mestrado e doutorado na mesma época (Ver Gráfico 1). Entre a década de 1990 e a década de 2000 o número de cursos de mestrado aumentou em 170% e os de doutorado em 187,5%. Com mais mestrandos e doutorandos, aumenta-se a quantidade de publicações, havendo necessidade de mais veículos para divulgá-las. Mas é possível haver relação também com a maior necessidade de publicar (engendrada pela reestruturação da avaliação de programas em 1998 e do Qualis em 2008), sendo a criação de novos periódicos uma das formas de possibilitar a maior disseminação da produção científica, e também com a popularização do uso da internet na década de 2000 como ferramenta para publicação de periódicos eletrônicos.

Ainda analisando esse mesmo grupo de periódicos pode-se perceber que a grande maioria dos periódicos é editado por Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou privadas (86%), como mostra o gráfico a seguir.

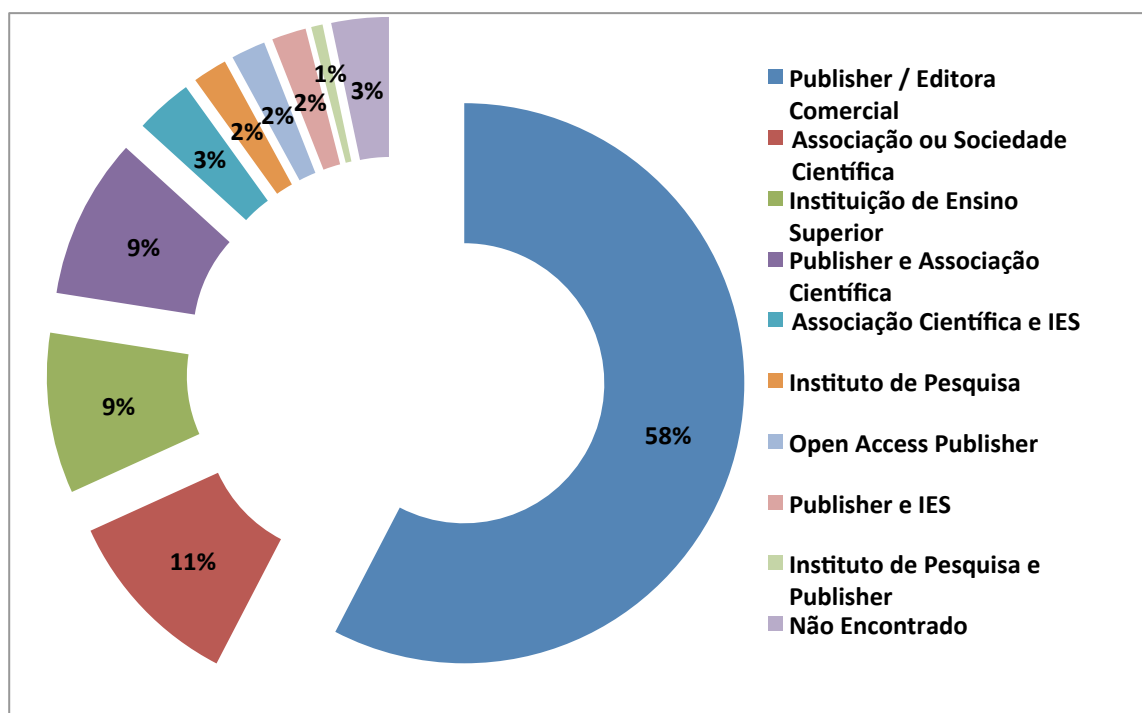
Gráfico 3 – Periódicos brasileiros de Administração por tipo de instituição mantenedora



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Esse perfil é completamente diferente quando consideramos as revistas estrangeiras classificadas no Qualis, um total de 151 revistas.

Gráfico 4 – Periódicos estrangeiros de Administração por instituição mantenedora



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

No conjunto de periódicos estrangeiros, a edição por parte de IES é pouco representativa (apenas 9%). A ampla maioria dos periódicos é editada por *Publishers* ou Editoras comerciais, seja individualmente (58%), seja em parceria com Associações Científicas (9%), IES (2%) ou Institutos de Pesquisa (1%). Apesar de o *Publisher* ser fechado (não oferece acesso aberto aos artigos, na maioria dos casos), a sua infraestrutura e capacidade para a tarefa de publicação de um periódico científico certamente geram um diferencial e, além disso, o *Publisher* tem recursos financeiros garantidos para investimento nas revistas, coisa que nas IES públicas ou privadas não é sempre fácil de conseguir.

Como afirmam Dias e Garcia (2008, p. 81) “a maioria dos periódicos brasileiros é publicada por cursos, instituições de ensino superior, associações de classe ou sociedades científicas, em que inexistente a tradição de editores com formação específica para o exercício da função”. Além disso, Targino e Garcia (2008, p. 69) lembram que “a maioria dos editores acadêmicos mantém atividades múltiplas e enfrenta, no dia-a-dia, a concorrência das casas comerciais, com pessoal, em geral, mais bem treinado, pelo menos no campo gerencial”.

4.1.2 Caracterização das revistas

Apresenta-se a seguir um pequeno histórico sobre cada um dos periódicos da amostra além de uma descrição de suas características básicas: área temática, periodicidade, sistema de gestão eletrônico utilizado, valor da assinatura (se impresso), média de páginas por artigo, número de autores por artigo, indexadores e diretórios nos quais o periódico se encontra cadastrado. Um quadro-resumo dessas características encontra-se disponível no Apêndice A dessa dissertação.

4.1.2.1 Revista de Administração de Empresas

A Revista de Administração de Empresas (RAE) foi criada em 1961 pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). No início, não era o objetivo da revista ser um “outlet de produção científica (BERTERO, 2006, P. 114)”, pois naquela época não existia produção científica como hoje a conhecemos (BERTERO, 2006). A ideia era que a revista divulgasse e conferisse visibilidade à EAESP, ajudando a recém-criada escola a consolidar sua imagem. Bertero (2006, p. 115) afirma que “desde o início se afirmava a intenção de que a Escola fosse também um centro gerador de conhecimento sobre a realidade administrativa do Brasil”. Com o passar dos anos, a RAE foi adaptando suas práticas editoriais para se adequar às transformações que aconteciam no ambiente acadêmico, como o desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* na área e o aumento da produção científica (BERTERO, 2011).

Com essas mudanças, a revista se consolidou como periódico científico, passando a implementar, na década de 1970, o *peer review* e passando a publicar artigos de diversos pesquisadores do Brasil, e não somente daqueles vinculados à EAESP (BERTERO, 2006). Na década de 1990, em 1994, foi criado um suplemento para a revista voltado ao público profissional, chamado RAE Light, publicado em conjunto com a RAE. Posteriormente, no começo dos anos 2000, esse suplemento foi separado, transformando-se em uma outra publicação chamada na época de RAE-executivo e hoje, GV-executivo. Ainda nos anos 2000, foi criada a RAE-eletrônica, uma revista semestral que surgiu para atender a necessidade de se publicar os artigos aprovados no processo de avaliação mas que, dadas as limitações de espaço da revista impressa, na época trimestral, levariam muito tempo para serem publicados (VALENTE; SERAFIM, 2006).

Assim, mantendo o mesmo padrão de qualidade da revista impressa, aproveitava-se as vantagens da publicação em meio eletrônico, como a divulgação rápida e sem custos (VALENTE; SERAFIM, 2006). Em 2011 a RAE-eletrônica foi extinta passando a incorporar a RAE, que também já estava disponível em ambiente eletrônico, passando esta a ter periodicidade bimestral.

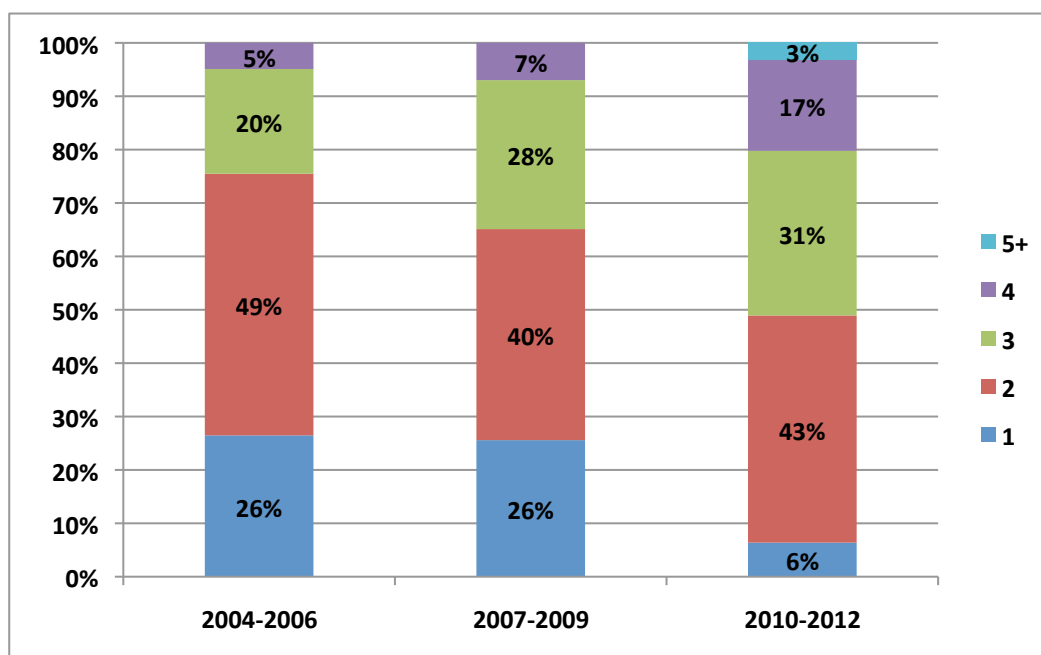
O atual editor da revista é o professor Eduardo Diniz (desde fevereiro de 2009) e os quatro editores passados foram: Flávio Carvalho de Vasconcelos (Outubro/2008 a Janeiro/2009); Francisco Aranha (Agosto/2007 a Setembro/2008); Carlos Osmar Bertero (Janeiro/2005 a Agosto/2007); Thomaz Wood Jr. (Janeiro/2001 a Dezembro/2004).

A revista é generalista na área da administração, cobrindo um amplo espectro de subdomínios do conhecimento. A revista iniciou com periodicidade quadrimestral quando do seu lançamento, passando para periodicidade trimestral em 1963. Manteve, em geral, essa periodicidade até o ano de 2010, quando passou a ser editada bimestralmente.

A RAE utiliza um sistema de submissão e gestão do processo editorial terceirizado, o Sistema de Gestão de Publicações (SGP) da GN1 que atende diversos periódicos, principalmente de áreas médicas e da saúde. A publicação da revista impressa foi mantida e a assinatura anual custa R\$270,00. Passou a ser publicada integralmente em formato eletrônico em 2008 continuando também a versão impressa da revista até hoje.

Analisando-se os artigos publicados na RAE entre 2004 e 2012 (249 ao todo, excluindo-se pensatas, documentos, discussões e resenhas), percebe-se que a média de páginas aumentou, passando de 12,9 no período 2004-2006 para 14,5 no período 2010-2012 (ressalta-se que a diagramação da revista é feita em duas colunas por página). Além disso, percebe-se que o número de artigos de autoria única diminuiu consideravelmente no período 2010-2012, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 5 - Distribuição dos artigos da RAE por número de autores



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Indexadores: Directory of Open Access Journals (DOAJ); EBSCO Publishing; Gale Cengage Learning; ProQuest Information and Learning; Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc); Scientific Electronic Library Online (SciELO); Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL); Scopus (Elsevier); Sumários Brasileiros de Revistas Científicas; Thomson Reuters: Social Sciences Citation Index (SSCI), Journal of Citations Report (JCR).

Diretórios: 10th Edition of Cabell's Directory of Publishing Opportunities in Management; International Bibliography of the Social Science (IBSS); Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (Latindex); Ulrich's Periodicals Directory.

4.1.2.2 Revista de Administração Contemporânea

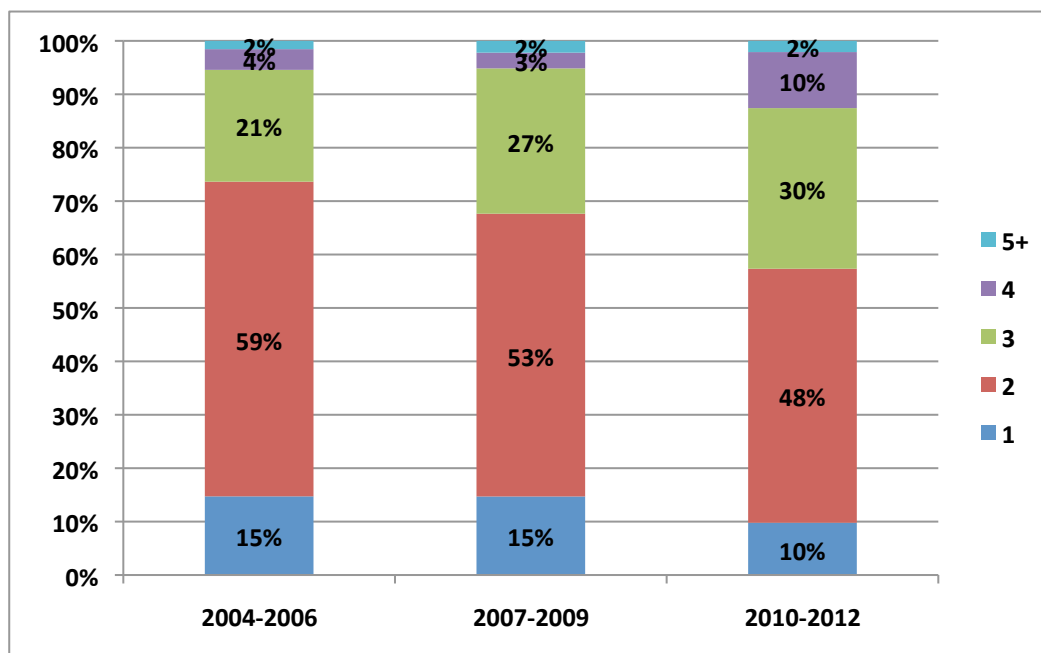
A Revista de Administração Contemporânea (RAC) foi criada em 1997 pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) na gestão do presidente Roberto Moreno. De acordo com Machado-da-Silva (1997), a criação da RAC veio atender uma demanda da comunidade acadêmica pela criação novo espaço para publicação de trabalhos científicos, questão que já vinha sendo discutida nos

encontros da Associação. A revista manteve periodicidade quadrimestral entre 1997 e 2002, trimestral entre 2003 e 2009 e bimestral de 2010 até hoje. Desde 2009 a publicação impressa da revista foi suspensa mantendo-se apenas a edição eletrônica. Semelhante ao caso da RAE, a ANPAD criou uma versão análoga à RAC em ambiente eletrônico, uma publicação intitulada RAC-eletrônica, criada em 2007, com a ideia de publicar artigos científicos online. Com a passagem da RAC para o ambiente eletrônico e como as diferenças nas linhas editoriais das duas revistas eram mínimas, decidiu-se suspender a RAC eletrônica em meados 2009, permitindo, assim, o aumento da periodicidade da RAC em 2010. Para submissão de artigos e gestão do processo editorial, a revista utiliza o sistema disponibilizado pela SciELO.

O foco temático da revista é, segundo informações disponíveis em seu website: Administração da Informação; Administração de Ciência e Tecnologia; Empreendedorismo e Comportamento Empreendedor; Ensino e Pesquisa em Administração; Estratégias em Organizações; Finanças e Controle Gerencial; Gestão de Agronegócios; Gestão de Operações e Logística; Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho; Gestão Internacional; Gestão e Políticas Públicas; Gestão Social e Ambiental; Marketing; Organizações/ Comportamento Organizacional; Organizações/ Teoria das Organizações.

O atual editor da revista é o professor Herbert Kimura, que assumiu na segunda edição de 2012, e os editores passados foram: Rogério Hermida Quintella (primeiro número de 2006 ao segundo número de 2012), Tomás de Aquino Guimarães (terceiro número de 2002 ao último número de 2005), Cesar Gonçalves Neto (segundo número de 2001 ao segundo número de 2002) e Clóvis Machado-da-Silva (primeiro número de 1997 ao primeiro número de 2001).

Analisando-se os artigos publicados na RAC entre 2004 e 2012 (408 ao todo), percebe-se que a média de páginas diminuiu um pouco, passando de 21,9 no período 2004-2006 para 20,42 no período 2010-2012. Além disso, percebe-se que o número de artigos de autoria múltipla aumentou, apenas 27% dos artigos apresentavam três ou mais autores no período 2004-2006, percentual que aumentou para 42% no período 2010-2012, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 6 – Distribuição dos artigos da RAC por número de autores

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Indexadores: SciELO; DOAJ; SPELL; Sumarios.org; Redalyc; International Bibliography of Periodical Literature (IBZ); Gale Cengage Learning; EBSCO Publishing; Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE).

Diretórios: Ulrich's Periodicals Directory; Latindex; 10th Edition of Cabell's Directory of Publishing Opportunities in Management.

4.1.2.3 Revista de Administração da USP

A Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP) foi a primeira revista da área de Administração a ser criada, com o primeiro número publicado em março de 1947. No ano de 1946, o Serviço de Documentação do Departamento de Serviço Público foi transferido para a Universidade de São Paulo (USP), o qual passou a integrar a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) que havia acabado de ser instaurada. O Departamento de Serviço Público já possuía uma publicação oficial, uma revista chamada “Administração Pública”. Passando esta a ser editada pelo Instituto de Administração da FCEA, a revista passa a se chamar “Revista de Administração”, tendo por objetivo a publicação de trabalhos relacionados aos assuntos de especialidade do instituto. Foram 33 números publicados até sua edição ser

interrompida em 1967, devido à reforma universitária pela qual a USP passava. Mais de dez anos depois, em 1977, a publicação da revista foi retomada mantendo-se ininterrupta até os dias atuais. De acordo com Zacarelli (1977), os principais motivos para reativação da revista foram: 1) necessidade de disseminação do conhecimento científico produzido na área de administração; 2) escassez de veículos especializados para publicação das pesquisas desenvolvidas na área; 3) aumento do número de escolas de Administração de nível superior, ampliando-se o público interessado em conhecer as inovações da área.

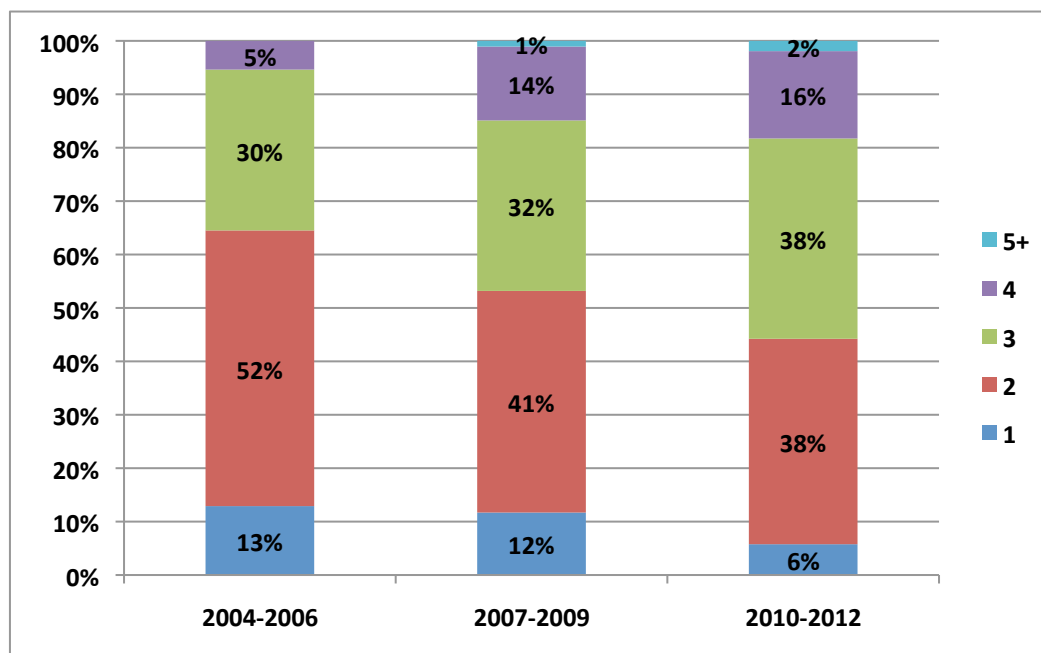
Hoje a revista publica artigos de uma ampla variedade de tópicos abordados na área de Administração, principalmente dentro das seguintes áreas temáticas: Empreendedorismo, Estratégia e Economia de Empresas, Estudos sobre Governança, Finanças e Contabilidade, Gestão Ambiental, Gestão Tecnológica, Marketing, Qualidade e Produtividade, Recursos Humanos e Organizações, Tecnologia de Informação.

O atual editor da revista é o professor Nicolau Reinhard e os quatro editores passados foram: Adalberto Américo Fischmann; Rosa Maria Fischer; Decio Zylbersztajn; Maria Tereza Leme Fleury.

A revista possui periodicidade trimestral desde a retomada de sua publicação em 1977 e não foi possível obter informações sobre a periodicidade anterior. A RAUSP utiliza um sistema de submissão e gestão do processo editorial próprio. A publicação da revista impressa foi mantida e a assinatura anual custa R\$ 135,00 para novas assinaturas e R\$ 120,00 para renovações.

Analisando-se os artigos publicados na RAUSP entre 2004 e 2012 (292 ao todo), percebe-se que a média de páginas aumentou, passando de 12,13 no período 2004-2006 para 14,45 no período 2010-2012 (a diagramação da revista é feita em duas colunas por página). Além disso, percebe-se que o número de artigos de autoria múltipla aumentou. No período 2004-2006, 35% dos artigos apresentavam três ou mais autores, mas nenhum apresentava cinco ou mais. Já no período 2010-2012, esse percentual aumentou para 56%, com 2% dos artigos apresentando cinco ou mais autores, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 7 - Distribuição dos artigos da RAUSP por número de autores



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Indexadores: EBSCO Publishing; Public Affairs Information Service (PAIS); Portal de Revistas da USP; Redalyc; SciELO; SPELL; DOAJ.

Diretórios: Dare Databank; UNESCO Social and Human Sciences Documentation Centre; Índice Brasileiro de Bibliografia de Administração (IBBA); Latindex; Ulrich's Periodicals Directory.

4.1.2.4 Organizações & Sociedade

A revista *Organizações & Sociedade* foi criada no final do ano de 1993 pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na mesma época em que foi instituído o curso de Doutorado em Administração desta Universidade, o terceiro a ser criado no país. A revista manteve periodicidade semestral entre 1993 e 1996, Quadrimestral entre 1997 e 2004 e Trimestral desde 2005 até hoje.

O foco da revista é a publicação de artigos “sobre organizações, públicas, privadas e do terceiro setor voltados para as áreas de gestão de pessoas, teorias e cultura organizacional, gestão do conhecimento, gestão ambiental, gestão pública, estratégia, desenvolvimento e poder local, aprendizagem organizacional, processo decisório,

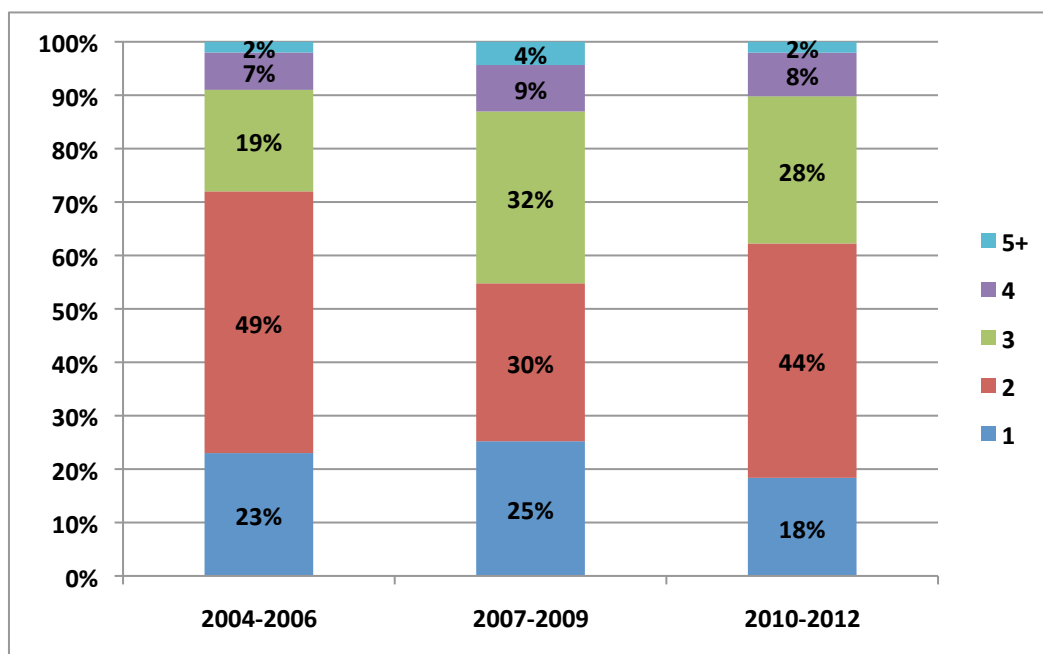
reestruturação do trabalho, ética e diversidade nas organizações (ORGANIZAÇÕES & SOCIEDADE, 2013)”.

O atual editor da revista é o professor José Pinho Gomes, que está encarregado da revista há 17 anos, e os editores passados foram: Maurício Serva; Genauto França Filho.

A revista está disponível integralmente em ambiente eletrônico e utiliza o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) para submissão e gestão do processo editorial. A publicação da revista impressa foi mantida e a assinatura anual custa R\$80,00.

Analisando-se os artigos publicados na O&S entre 2004 e 2012 (313 ao todo), percebe-se que a média de páginas aumentou, passando de 17,46 no período 2004-2006 para 18,7 no período 2010-2012. Além disso, percebe-se que o número de artigos de autoria individual diminuiu um pouco, passando de 23% no período 2004-2006, para 18% no período 2010-2012, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 8 - Distribuição dos artigos da O&S por número de autores



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Indexadores: SciELO; DOAJ; e-Revist@s; Sumarios.org.

Diretórios: Ulrich's Periodicals Directory; Diretório Luso-Brasileiro de Repositórios e Revistas de Acesso Aberto; Latindex.

4.1.2.5 *Brazilian Administration Review*

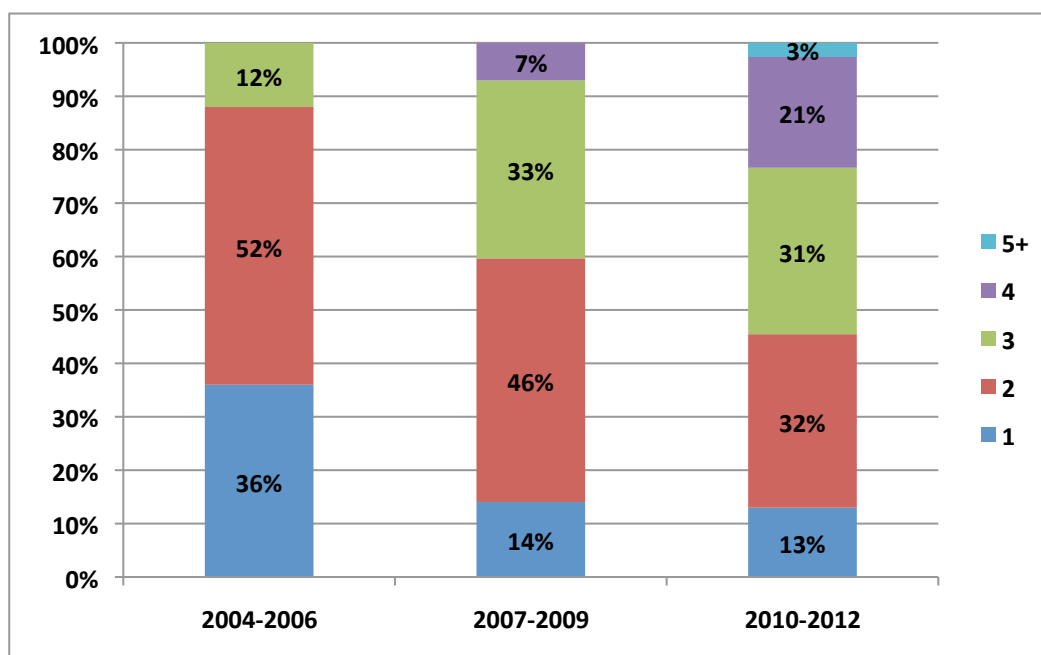
O periódico *Brazilian Administration Review* (BAR) foi criado em 2004 pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD). A revista nasceu em ambiente eletrônico e publica artigos somente em inglês, sendo a principal razão dessa escolha, de acordo com Guimarães e Machado-da-Silva (2004), a necessidade de levar o conhecimento científico produzido no Brasil a uma audiência mais ampla, o que, inevitavelmente, significa levá-la à países nos quais o português não é o idioma dominante. A revista iniciou com periodicidade semestral, mantida até 2006, depois passou a ser quadrimestral em 2007 e a partir de 2008 passou a ser editada trimestralmente, periodicidade que mantém até hoje. A revista utiliza o sistema de submissão e gestão do processo editorial disponibilizado pela SciELO.

O atual editor da revista é o professor Jorge Carneiro, que assumiu a revista no primeiro número de 2011 e os editores passados foram: Rogério Quintella (segundo número de 2009 ao quarto de 2010); Clóvis Machado-da-Silva (segundo número de 2005 ao primeiro número de 2009); Tomás de Aquino Guimarães (primeiro número de 2004 ao primeiro de 2005).

O foco temático da BAR, segundo informações de seu website, é: Empreendedorismo; Finanças e Controle Gerencial; Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho; Gestão da Informação; Gestão Internacional; Gestão de Operações e Logística; Marketing; Organizações e Teoria Organizacional; Comportamento Organizacional; Administração de Ciência, Tecnologia e Inovação; Gestão Social e Ambiental; Estratégia.

Analisando-se os artigos publicados na BAR entre 2004 e 2012 (159 ao todo), percebe-se que a média de páginas aumentou, passando de 16,7 no período 2004-2006 para 19,37 no período 2010-2012. Além disso, percebe-se que o número de artigos de autoria individual diminuiu consideravelmente, passando de 36% no período 2004-2006 para 13% no período 2010-2012, com o conseqüente aumento dos artigos de autoria múltipla. No período 2010-2012, 55% dos artigos apresentaram três ou mais autores, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 9 - Distribuição dos artigos da BAR por número de autores



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Indexadores: SciELO; DOAJ; SPELL; Sumarios.org; Redalyc; IBZ; Gale Cengage Learning; EBSCO Publishing; CLASE.

Diretórios: Ulrich's Periodicals Directory; Latindex; 10th Edition of Cabell's Directory of Publishing Opportunities in Management.

4.1.3 Caracterização do modelo de gestão

No intuito de validar o modelo teórico de gestão de periódicos (proposto na seção 3.1.1) e propor uma tipologia de modelo de gestão de periódicos foram realizadas entrevistas com os editores das cinco principais revistas da área de Administração e com membros da equipe editorial desses periódicos. Para marcação das entrevistas, foi encaminhado um e-mail a cada uma das revistas solicitando a realização de uma entrevista com o editor científico e com o(a) assistente editorial. Os cinco editores contatados retornaram o e-mail para marcação da entrevista e foi possível agendar com quatro das assistentes editoriais, pois a de uma das revistas estava em período de férias. Foram realizadas, portanto, nove entrevistas ao todo, das quais cinco via Skype, dada a impossibilidade de encontrar pessoalmente com os indivíduos.

Os roteiros de entrevista foram baseados nas categorias anteriormente criadas com base na análise da literatura, ou seja, gestão científica, gestão administrativa e modelo de rendimentos e encontram-se disponíveis nos apêndices B e C. Cada uma das entrevistas durou cerca de uma hora, resultando em cerca de 80 páginas de transcrição. As entrevistas foram analisadas com o auxílio do software *Dedoose* (<http://www.dedoose.com/>) para análise de dados qualitativos, os resultados serão descritos a seguir e encontram-se sintetizados em um quadro-resumo no apêndice D.

4.1.3.1 Gestão Científica

4.1.3.1.1 Credibilidade Científica

4.1.3.1.1.1 Editores

Todas as cinco revistas analisadas possuem um editor, que é chamado na literatura da área, de editor científico, que foram os atores entrevistados.

No caso da Revista de Administração de Empresas (RAE), o editor deve ser um professor da FGV-EAESP que é nomeado pela diretoria da Escola para ser diretor da revista. A revista é considerada como um departamento da Escola e a função de diretor, uma das atividades administrativas que os professores podem assumir (além das atividades de pesquisa e docência). O atual editor da RAE assumiu em fevereiro de 2009 e não havia tido nenhuma experiência em editoria de periódicos científicos anteriormente, mas já havia sido membro do comitê editorial de algumas revistas.

Ele acredita que o que colaborou para sua seleção foi principalmente sua atuação, durante um período de dois anos, como coordenador de um congresso da área de Tecnologia da Informação e como coordenador de uma das divisões da ANPAD, atividades que lhe conferiram experiência com grandes processos de seleção de artigos. Além disso, o editor acredita que pode ter colaborado para sua seleção a sua experiência na área de tecnologia e negócios virtuais que poderiam ser úteis para auxiliar a revista a utilizar melhor os meios eletrônicos para publicação e gestão dos processos editoriais. Quando assumiu a função, o atual editor buscou conversar com os ex-editores da revista para entender melhor o papel de editor, a situação da RAE e o papel político que a revista ocupa na comunidade.

A RAE conta também com um editor adjunto que, da mesma forma do editor, deve ser um professor da Escola e auxilia o editor científico participando de todos os processos juntamente com ele, dividindo as tarefas. O atual editor da revista acredita que, para que o processo de certificação funcione bem, um dos editores (adjunto ou científico) deve dominar metodologia qualitativa e o outro metodologia quantitativa. Assim, na triagem inicial que os editores realizam é possível opinar melhor sobre a adequação metodológica dos artigos. Tanto o editor quanto o editor adjunto da RAE são remunerados por essa atividade pela FGV-EAESP.

O mandato de diretor / editor da RAE é de dois anos, mas pode ser renovado quantas vezes for necessário. A assistente editorial (chefe de redação) entrevistada trabalha há cerca de 25 anos na RAE e afirma que as transições de editores não foram em sua maioria tranquilas para a revista. Durante seus primeiros 14 anos de trabalho na RAE, os novos editores em geral não davam continuidade aos projetos anteriores, mudando o foco e direcionamento da revista, o que implicava em diversas alterações, como projeto gráfico, distribuição, tiragem, periodicidade etc. Somente em 2001 foi definida de maneira mais clara a identidade, o perfil e o papel da RAE.

Na Revista de Administração (RAUSP), o cargo de editor só pode ser ocupado por um professor Titular da Universidade de São Paulo (USP) e o atual editor assumiu essa posição em 2008 por meio de um convite do chefe do Departamento de Administração da USP. Ele não tinha experiência anterior com editoria de periódicos científicos, apenas como membro de comitê editorial e avaliador, e aceitou assumir a revista, pois seria, em sua opinião, uma boa oportunidade de dar sua contribuição institucional e de ter o desafio de implementar uma série de mudanças na revista.

No início de seu mandato, o atual editor científico da RAUSP contava com o auxílio de um editor adjunto, mas no ano passado este foi convidado para ser editor científico de outra revista do Departamento de Administração, a Revista de Gestão (REGGE), cargo que até então também era assumido pelo editor da RAUSP. Hoje a revista conta com a participação de pessoas do corpo docente do Departamento que são convidadas para atividades específicas, seja para a edição de números especiais, ou *ad hoc* para temas da sua área de especialidade (avaliações específicas de trabalhos,

orientação e captação de artigos etc.). Futuramente, o editor pretende institucionalizar editorias adjuntas por áreas temáticas.

O mandato de editor da RAUSP é de quatro anos podendo ser renovado por mais quatro apenas. A assistente editorial entrevistada, que trabalha na revista há 14 anos, afirma que a transição de editores é relativamente tranquila. Cada um traz ideias novas e há um processo de adaptação da equipe, mas de acordo com ela os editores confiam muito na expertise e experiência das funcionárias da revista, ela lembra que um dos editores disse, “você que tem que me ensinar não eu ensinar você”. Na opinião dessa assistente, o editor deve permanecer na revista, ser profissional e receber pelo trabalho que faz, coisa que não acontece hoje na revista.

Na revista *Organizações & Sociedade (O&S)* o atual editor científico assumiu a revista em 1996 e continua até hoje nessa função. Passou por várias fases de transição da revista e do ambiente de publicação, principalmente no que se refere às novas tecnologias, o processo de indexação de periódicos e a avaliação da produção científica. O atual editor não havia tido nenhuma outra experiência anterior com edição de periódicos científicos e, como ele próprio disse, “não tem curso para isso”.

A revista era muito nova (três anos) e o editor destaca que foi um ato de coragem assumir a edição da O&S naquele momento, pois as principais revistas existentes na época eram consolidadas e tinham forte apoio institucional e, nos dizeres do editor, “estávamos abrindo uma revista numa escola de administração no nordeste para conviver com esses três pesos pesados aí, então foi uma decisão heroica no contexto histórico, os primeiros anos foram muito difíceis [...]”. Atualmente, o editor não conta com editores adjuntos, nas suas palavras “até agora ficou tudo centralizado numa pessoa”. Mas a próxima editora, que deve assumir a partir deste ano, já vai trabalhar com editores associados, para “descarregar um pouco esse trabalho que fica nas costas do editor”. No entanto, a revista conta com um editor, que é pesquisador da UFBA, para a versão eletrônica do periódico. Na revista O&S nenhum dos editores é remunerado pelo trabalho.

Na revista *Brazilian Administration Review (BAR)*, o atual editor assumiu no final do ano de 2010 por um convite da diretoria da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), e o atual editor da *Revista de Administração*

Contemporânea (RAC), periódico também mantido pela ANPAD, assumiu no início de 2012 e foi convidado pelo editor anterior, Rogério Quintella, para assumir o cargo.

Nenhum dos editores havia adquirido experiência anteriormente na edição de periódicos, no caso do editor da BAR, apenas como autor e revisor em periódicos estrangeiros e, no caso do editor da RAC, como autor, colaborador e membro de conselho e corpo editorial de algumas revistas. Nenhuma das revistas possuem editores adjuntos, no entanto, possuíam até o início do ano passado uma editora executiva que cuidava dos aspectos gerenciais do processo de editoria e da gestão da equipe de funcionários. A BAR possui hoje um conjunto de quatro editores associados de diferentes países que atuam na escolha de avaliadores para os artigos.

A ideia do editor da BAR é que, sendo os editores associados estrangeiros, os avaliadores escolhidos também serão estrangeiros, que passarão a conhecer a BAR e talvez fiquem entusiasmados a submeter um artigo. Segundo o editor, apesar da revista ser publicada integralmente em inglês, a maior parte dos artigos são de autores brasileiros. No entanto, segundo o editor, se a revista tem a pretensão de se tornar internacionalizada, deve atrair autores estrangeiros, o que se faz tornando a revista mais interessante para eles, seja tendo um Fator de Impacto, seja tendo leitores estrangeiros.

O mandato de editor na BAR é de dois anos, podendo haver até duas reconduções, e o mandato de editor na RAC também é de dois anos, mas só é permitida uma recondução. A assistente editorial da BAR afirma que quando havia troca de editores ela percebia diferenças em termos de critérios para analisar a qualidade de um artigo, já que cada um tem sua opinião sobre o que considera mais importante. Mas poucas foram as mudanças em termos de trabalho em si, pois normalmente já estava tudo organizado e funcionando bem, então os novos editores acabavam seguindo o mesmo padrão. A assistente editorial da RAC afirma que cada editor tem sua particularidade de trabalho, seu jeito, e sempre vem com novas ideias. Entretanto, até o início do ano passado, ela afirma que não tinha muito contato com o editor, pois havia uma editora executiva que auxiliava em todo o processo e era ela que permanecia em contato mais direto com o editor. Referindo-se ao editor com o qual a assistente teve mais contato desde sua chegada, ela afirma que ele busca efetuar mudanças gradativas,

com cuidado e precisão para melhorar ainda mais a qualidade da revista. Tanto na RAC quanto na BAR os editores não são remunerados pelo trabalho.

4.1.3.1.1.2 Comitê Editorial

Na RAE o comitê editorial é, nos dizeres do editor, “muito fechado”, pelo fato da revista ser considerada um departamento da EAESP, um centro de despesas. Então, na verdade, esse colegiado não tem a lógica de ser um comitê de política editorial no sentido estritamente científico. Esse grupo é composto pelos diretores da EAESP, o editor da RAE e um grupo dos últimos ex-editores, ou seja, restrito praticamente a pessoas da FGV e sem um período de mandato definido. O editor acredita que, se a revista caminha para um projeto de internacionalização, esse comitê deve aos poucos modificar sua composição. O comitê, no caso da RAE, tem um papel muito importante na definição dos rumos da revista, seja atuando e tomando decisões ativamente ou respaldando o que o editor faz.

O comitê editorial da RAUSP foi modificado quando da entrada do atual editor. De acordo com este, antes o comitê era uma expressão da estrutura organizacional da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da USP (FEA), composta apenas por membros internos, por pessoas ligadas à estrutura hierárquica do Departamento de Administração e da Faculdade. Na sua gestão, isso foi modificado para ter uma representação externa mais forte, tanto nacional quanto internacional, já que, nas palavras do editor “nosso objetivo é de internacionalização da revista”. Na RAUSP, de acordo com o editor, a participação do comitê editorial é episódica, mais no sentido de definição de grandes linhas de atuação e de política editorial do que de acompanhamento de operações cotidianas. O comitê da RAUSP não apresenta um período de mandato específico e o editor justifica esta opção por entender que eles representam a si mesmos nessa posição e não suas instituições, o que, neste último caso, implicaria na necessidade de renovação, de acordo com o editor.

Segundo o editor, na O&S o comitê editorial apresenta duas funções principais. Em primeiro lugar, auxilia o editor na etapa de *desk review*, ou parecer prévio, na falta de editores associados para realizar essa etapa. Em segundo lugar, funciona como um órgão de consulta para algumas decisões que são tomadas, como de redesenho da revista, por exemplo. Esse comitê foi reestruturado na época da submissão da revista à

SciELO, buscando montar um grupo mais plural e diversificado com representantes de diversos locais do país e do exterior. O funcionamento desse comitê se dá de forma essencialmente virtual, foram poucas as reuniões presenciais, aconteceram quando o comitê era menor e em virtude de algum evento no qual a maior parte dessas pessoas estaria presente. O comitê não apresenta mandato específico, o que pode ser uma ideia a ser estudada, de acordo com o editor. Mas ele percebe que as pessoas, muitas vezes, querem continuar fazendo parte do comitê.

O Comitê Editorial da BAR foi modificado pelo atual editor no ano passado, buscando trazer novos membros com experiência em editoria de revistas de pesquisa internacional. Na sua composição é sempre necessário ter dois membros da ANPAD: o diretor de publicações e mais uma pessoa da diretoria. O comitê atua na definição da política de posicionamento da revista que, atualmente está sendo revista. Segundo o editor, em sondagens feitas no passado com os membros, estes não chegaram a um consenso quanto ao posicionamento do periódico: 1) uma revista de cunho geral efetivamente internacional, devendo-se retirar o nome Brazilian do título, pois atrapalharia; 2) uma revista especializada em publicar artigos aplicados ao ambiente particular brasileiro ou de países emergentes de forma mais ampla, sendo a palavra Brazilian o ativo mais importante. O mandato de cada um dos membros do comitê é de dois anos, sendo permitido haver no máximo duas reconduções.

O Comitê Editorial da RAC, segundo o editor, auxilia na tomada de decisão com relação às questões que envolvem a revista, sua política, seus objetivos etc. A composição do comitê é basicamente restrita à membros da ANPAD, excetuando-se o próprio editor: diretor de comunicação e publicações da ANPAD; diretor de comunicação e publicações do biênio anterior; demais membros da diretoria da ANPAD em exercício; três coordenadores de divisão da ANPAD. Não há um período de mandato definido para os membros do comitê, pois depende do mandato dos membros da ANPAD e do editor.

4.1.3.1.2 Certificação de Conteúdo

4.1.3.1.2.1 Processo de Avaliação: RAUSP

Primeiro passo: *Desk Review*. Realizado na maioria dos casos pelo próprio editor. Quando o artigo não é da sua área de especialidade ou quando não se sente seguro em realizar essa revisão, o editor passa essa tarefa a um grupo de pessoas com as quais ele tem mais contato, normalmente do próprio Departamento de Administração da FEA. Nessa fase é feita uma avaliação prévia para decidir se o trabalho deve continuar no processo de avaliação regular ou se retorna para o autor. Normalmente esse processo demora entre uma semana e um mês, no máximo, de acordo com o editor.

Segundo passo: Avaliação. Processo monitorado pela secretaria que gerencia a base de avaliadores do periódico identificando-os por área temática e verificando se não há sobrecarga de trabalho. De acordo com o editor, o processo de busca de avaliadores é realizado continuamente e a seleção daqueles que irão fazer parte do corpo de avaliadores da revista é feita em função de suas especialidades, de sua representatividade na comunidade científica e de sua competência na avaliação.

Nessa etapa, são escolhidos dois avaliadores, conforme o tema específico do artigo, e a secretaria envia um convite para esses avaliadores por e-mail que retornam dizendo se aceitam ou não realizar a avaliação do artigo. Quando não podem fazer a avaliação é geralmente por falta de tempo, conflito de interesse (reconhecem o autor do trabalho) ou porque o artigo não é exatamente de sua área de especialidade. Caso aceitem, estipula-se um prazo para que a avaliação seja entregue e a secretaria faz a cobrança e acompanhamento desse processo. De acordo com a assistente editorial os avaliadores demoram em média quatro meses para responder, mas como afirma a assistente, “tem avaliador que não responde e nem diz se vai fazer ou não, aí substituímos ele e ele nem percebe”, confirmando isso, disse o editor que “às vezes ele não retorna a avaliação em tempo hábil, aí nós passamos a avaliação para outro avaliador”.

Quando as avaliações são conflitantes, são duas as opções para decidir pela aceitação ou rejeição do artigo: 1) o próprio editor, com base no teor das avaliações, toma a decisão; 2) quando o editor não se sente seguro ou confortável em tomar essa

decisão com os dois pareceres, um outro avaliador é acionado para emitir um parecer sobre o artigo. Esse terceiro avaliador não tem conhecimento das avaliações anteriores e então, quando este retorna com a avaliação, o editor decide como prosseguir baseado nas três avaliações.

Terceiro Passo: Alterações e Reavaliação. Quando o artigo é aceito, geralmente há sempre alterações a se fazer que são solicitadas pelos pareceristas. Portanto, o artigo retorna para que o autor faça as alterações necessárias e depois o artigo volta para os avaliadores iniciais que vão averiguar se as alterações foram atendidas.

De acordo com o editor, todo esse processo de avaliação pode ser muito longo e demorado, sendo, no seu entender, o “calcanhar de Aquiles do processo de edição de revistas”. A revista depende muito de contribuições voluntárias de avaliadores, que são pesquisadores com agendas muito cheias. Portanto, é preciso contar com a boa vontade desses atores para que o processo funcione. De acordo com o editor, há ainda um outro agravante:

o número de revistas que dependem desse mesmo processo aumentou bastante e o número de pesquisadores qualificados para avaliação não cresceu proporcionalmente, o que significa que existe aí uma demanda adicional de trabalho para o mesmo grupo de avaliadores de múltiplas revistas e eles tem que responder a essa demanda.

Na visão do editor, o sistema de avaliação da pós-graduação e de produtividade de pesquisadores deveria valorizar mais o trabalho de avaliação de artigos, pois, na verdade, todo o sistema depende muito desse processo. Segundo o editor, os indicadores do processo que são monitorados são: submissões, rejeições em cada uma das etapas, tempo de resposta, equilíbrio entre as áreas. De acordo com o editor, a taxa de aceitação final fica abaixo de 30%. Na figura a seguir, apresenta-se alguns dados relativos à demanda e avaliação de artigos na RAUSP.

Figura 3 – Demanda e Avaliação de Artigos

Trabalhos	2011		2012*		Total	
	N	%	N	%	N	%
Submetidos	234	100,0	211	100,0	445	100,0
Não Aprovados**	150	64,1	87	41,2	237	53,3
Retirados	5	2,1	1	0,5	6	1,3
Aprovados	39	16,7	2	1,0	41	9,2
• Publicados	11	4,7	-	-	11	2,5
• A Publicar	28	12,0	2	1,0	30	6,7
Em Reformulação	32	13,7	22	10,4	54	12,1
Em Avaliação ou Reavaliação	8	3,4	99	46,9	107	24,1

Notas: * Até 31/outubro/2012.

** Após *Double Blind Review*.

Fonte: Revista Impressa (Edição 4 / 2012)

4.1.3.1.2.2 Processo de Avaliação: RAE

Primeiro passo: Triagem de Formato. Essa etapa é realizada pela equipe de redação da revista que verifica se a submissão está de acordo com o manual de redação, disponível no website do periódico, que contém todas as informações sobre formatação do artigo e normalização das referências e citações.

Segundo passo: *Desk Review* do Editor. Nessa etapa o editor ou o editor adjunto (dependendo da linha metodológica adotada no artigo – quantitativa ou qualitativa) analisa os seguintes aspectos para cada artigo que passa pela triagem de formato: 1) qualidade da revisão de literatura utilizada; 2) contribuição do artigo (alinhamento com a linha editorial da revista); 3) metodologia. Esse processo evita que sejam enviados artigos para os editores científicos (próximo passo) que apresentam problemas nessas três áreas, reduzindo, portanto, o volume de trabalho desses editores científicos. De acordo com o editor, cerca de 42% dos artigos são rejeitados nessa segunda triagem e as rejeições apresentam dois perfis: 1) rejeição total, no momento não é possível melhorar o artigo para se adequar aos padrões da revista; 2) re-submissão, o artigo apresenta pequenos problemas que o autor pode melhorar e, posteriormente, submeter o artigo novamente para continuar no processo.

Terceiro passo: *Desk Review* do Editor Científico. Após o *desk review* do editor, um membro do corpo editorial científico (chamado pela equipe da revista de editor

científico) é nomeado (de acordo com a temática do artigo) e faz uma terceira triagem, no sentido de avaliar mais profundamente, além daqueles pontos relacionados à revisão de literatura e metodologia, a contribuição efetiva do artigo para aquela área específica. Esse processo evita que artigos que não tenham contribuição sigam adiante, pois, nos dizeres do editor “artigos de baixa qualidade geram custo internamente no processo, tomam mais tempo e não rendem nada porque em algum momento vão ser rejeitados, e mesmo que acabem sendo publicados, não vão gerar impacto”.

O corpo editorial científico da RAE é composto por cerca de 100 membros, buscando representar adequadamente cada uma das áreas com as quais a revista trabalha, proporcionalmente ao número de submissões recebidas de cada área. A composição desse grupo também busca ser diversa em termos regionais e institucionais. Cada editor científico recebe no máximo cinco artigos por ano, os quais deve acompanhar durante todo o processo de avaliação. A secretaria de redação da revista controla essa base de editores científicos identificando as especialidades de cada um e sua disponibilidade no momento, buscando não sobrecarregá-los. O mandato desse grupo é de dois anos, mas eles podem ser mantidos durante mais tempo de acordo com sua performance, que é mensurada utilizando três critérios: número de avaliações realizadas; cumprimento dos prazos para resposta aos autores e; qualidade no trabalho de avaliação. O conjunto dos dez melhores editores científicos do ano, com base nesses critérios, é homenageado na primeira edição do ano seguinte.

De acordo com o editor, a atuação do corpo editorial científico é muito importante para a revista, pois a RAE é generalista dentro da área de Administração e é muito difícil que um editor sozinho consiga dominar todos os subtemas da área. Nas palavras do editor, “a relevância do que está sendo dito é muito difícil de avaliar para quem não é da área, então você precisa de ter um editor científico para cada artigo”.

Quarto passo: Avaliação. Os editores científicos indicam dois potenciais avaliadores para os artigos que passaram por sua triagem, sugestões que são em geral acatadas pelo editor, acreditando no conhecimento que o editor científico tem da área e dos pesquisadores que nela atuam. De acordo com o editor, a sugestão de avaliadores por parte dos editores científicos ajudou a melhorar o processo, pois “começaram a aparecer vários avaliadores que não estavam no nosso radar”.

Muitas vezes a pessoa indicada não está disponível ou já está avaliando um outro artigo para a revista, então outros pareceristas são escolhidos. A base de avaliadores é controlada pela secretaria de redação, que mantém informações sobre as áreas dos avaliadores, as avaliações em curso e os prazos para entrega dos pareceres. De acordo com a chefe de redação, o prazo padrão para avaliação é de 15 dias, mas em muitos casos esse prazo é negociado, dadas as outras atividades que o pesquisador tem para fazer no momento. Todo o processo de acompanhamento e cobrança é feito pela secretaria de redação que mantém contato direto com os avaliadores.

Quando as avaliações retornam, o editor científico daquele artigo faz um parecer sintetizando para o autor os pontos mais importantes, o que ele deve modificar etc., buscando orientar melhor os autores, e dando seu aval sobre a aceitação ou rejeição do artigo com base nas avaliações. Se os pareceres dos dois avaliadores forem conflitantes, é o editor científico quem faz o desempate. Antes esse processo era realizado por um terceiro avaliador, mas isso aumentava muito o tempo do processo e, por essa razão, o editor optou por não proceder mais dessa forma. A decisão final é do editor, o qual tende a seguir o posicionamento do editor científico, pois segundo ele “meu principal trabalho é fazer o possível para indicar o melhor editor científico para cada artigo, e se eu já faço isso, então confio na opinião dele”.

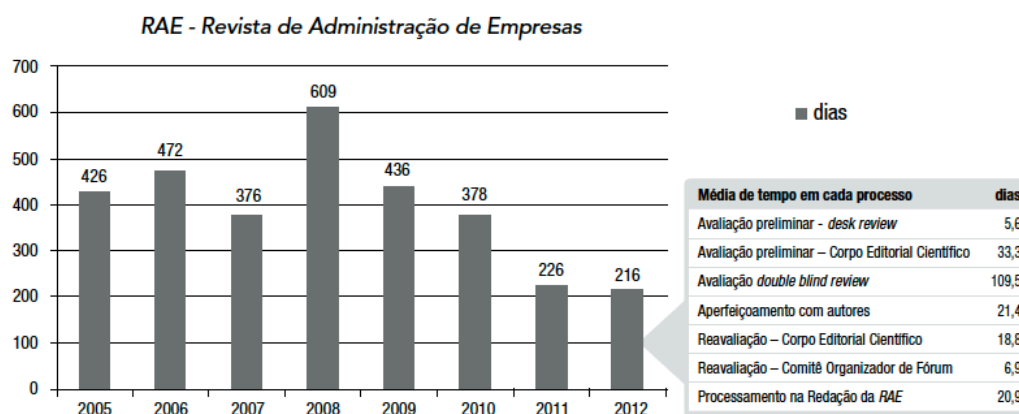
Quinto passo: Alterações e Reavaliação. Normalmente os artigos não são aprovados sem sugestões e a secretaria de redação cuida de passar para os autores o parecer do editor científico e dos avaliadores *ad hoc* para que eles possam fazer as modificações necessárias e aperfeiçoar o artigo de acordo com as sugestões. Quando os autores retornam o artigo com as alterações feitas, a secretaria devolve para o editor científico que irá avaliar se o que foi pedido foi atendido de maneira satisfatória. Em alguns casos, o artigo volta novamente para o autor para mais modificações e assim por diante até que o artigo atinja o padrão de qualidade exigido pelos editores. As figuras 4 e 5 demonstram sinteticamente os indicadores referentes ao fluxo editorial da RAE e distribuição da média de dias necessários para publicação de um artigo na revista.

Figura 4 – Indicadores do fluxo editorial da RAE

Status dos artigos (submetidos em 01.01.2012 a 31.12.2012) ¹	Nº de artigos
Submissões realizadas	584
Rejeitados na triagem inicial de formatação²	299
Desk reject realizado pelo Editor chefe	165
Encaminhados ao Corpo Editorial Científico	120
Rejeições	52
Corpo Editorial Científico (1ª versão)	41
Avaliadores <i>ad hoc</i> (1ª versão)	11
Em avaliação	50
Corpo Editorial Científico (1ª versão)	30
(2ª versão ou posteriores)	2
Avaliadores <i>ad hoc</i> (1ª versão)	18
Em aperfeiçoamento	3
Aprovados	12
Publicados	2
Retirados	1

Fonte: <http://rae.fgv.br/rae/vol53-num1-2013/informacoes-editoriais-2012>

Figura 5 – Média anual de dias no processo de avaliação até aprovação



Fonte: <http://rae.fgv.br/rae/vol53-num1-2013/informacoes-editoriais-2012>

4.1.3.1.2.3 Processo de Avaliação: O&S

Primeiro passo: Desk Review. Esse processo foi implantado há cerca de três anos na revista e é realizado pelo editor ou por membros do comitê editorial do

periódico. É um parecer prévio, sintético, com cerca de 10 a 15 linhas, indicando se o artigo deve ou não seguir no processo e as principais razões. Segundo o editor, a adoção do *desk review* aliviou a pressão em cima da revista, pois, segundo ele, “com essa fúria publicista que existe, de todo mundo ter que publicar, também chegam artigos que não têm a mínima qualidade, às vezes não atendem os requisitos mínimos de um trabalho científico”. Então, segundo o editor, muitos artigos são agora rejeitados na porta de entrada, desafogando, portanto, o sistema. De acordo com o editor, em no máximo três meses o autor recebe esse primeiro *feedback* para saber se o artigo continua ou não no processo. No *desk review* são três opções de resposta: aceitar, rejeitar ou reapresentar. Nesse último caso, o artigo não está bom para entrar no processo, mas também não está ruim a ponto de ser descartado e, portanto, se o autor dirimir algumas dúvidas e acatar algumas sugestões, o artigo ganha consistência e pode passar para o processo de avaliação.

Segundo passo: Avaliação. Os artigos são encaminhados a dois pareceristas que podem ser indicados pelo membro do comitê que efetuou o *desk review* ou escolhido da base de avaliadores da revista, controlada pela secretaria com a identificação das áreas temáticas dos avaliadores. Segundo o editor, essa indicação por parte do comitê editorial é muito importante, pois “por esse perfil da O&S de abrigar uma boa parte de artigos fora do *mainstream*, surgem artigos que eu não sei para quem enviar, são temas que não tem recorrência, não apareceu nada antes, ou pelo menos não está no meu campo do conhecimento”. A escolha dos avaliadores é feita com muito rigor e cautela, buscando sempre aqueles com mais experiência, mas também abrindo espaço para os recém-chegados no meio acadêmico. São solicitados pareceres duros e exigentes, descartando-se avaliações sumárias e econômicas que não contribuem para o aperfeiçoamento do artigo (PINHO, 2005).

O editor não soube dizer ao certo quanto tempo os avaliadores demoram para responder, no entanto, afirma que são em média oito meses entre um artigo ser submetido e publicado. Alguns avaliadores demoram muito a responder, segundo o editor, “tem gente que você tem que cobrar três, quatro vezes, beirando o desconforto”. Mas como afirma Pinho (2005):

Como as revistas funcionam mais em regime de fluxo contínuo, não tendo, portanto, prazos definidos para encerrar avaliações,

diferentemente de congressos, o processo é mais frouxo, flexível, o que causa, evidentemente, transtornos para o editor e para a secretária que cobram o cumprimento dos prazos (PINHO, 2005, p. 170).

Outra situação que complica o processo é que os avaliadores são voluntários, são pesquisadores e professores com diversos compromissos e responsabilidades, e são também avaliadores de outras revistas, de projetos de pesquisa, artigos para congressos etc. (PINHO, 2005). Portanto, como afirma Pinho (2005, P. 171), “o editor e a secretária ficam na difícil situação de exigir respostas rápidas (e com qualidade, obviamente) de pessoas submetidas a essas pressões”.

Quando os dois pareceres voltam, o editor os analisa e, nas suas palavras, “desconfio de um parecer que não pede nada”. É muito difícil um artigo não ter problemas ou nada a ser melhorado e muitos pareceres que retornam são “telegráficos”, sem fundamentação, criticam os pontos sem muita ênfase e não apontam os problemas (PINHO, 2005). Como afirma o editor, “a melhor forma de se livrar de um artigo, é dizer um sim sem ressalvas ou um não rotundo, se você pede coisas você vai ter que ler o artigo de novo”. Portanto, muitas vezes, mesmo que os dois pareceres não sejam conflitantes, o editor solicita a opinião de um terceiro parecerista. Quando os avaliadores não concordam sobre a rejeição ou aceitação de um artigo, esse terceiro avaliador é convocado para fazer o desempate. Entretanto, segundo editor, em muitas ocasiões o parecer de um quarto avaliador é solicitado, quando o elaborado pelo terceiro não o deixou confortável para tomar uma decisão.

Terceiro passo: Alterações e Reavaliação. Feitas as avaliações e tomada a decisão, os pareceres são enviados aos autores para que eles possam fazer as modificações necessárias e encaminhar uma segunda versão, que é devolvida aos mesmos pareceristas. Esses vão avaliar se as alterações solicitadas foram efetuadas para que o artigo possa ser publicado. Em alguns casos isso não acontece, gerando certo impasse entre autores e avaliadores, situação na qual o editor precisa interferir, seja articulando os dois lados, seja decidindo pela publicação do artigo (PINHO, 2005).

Não foi possível obter os dados precisos com relação aos indicadores do processo editorial que são monitorados. No entanto, o editor afirma que em 2012 foram submetidos à revista 209 artigos. O índice de rejeição no *desk review* ficou em torno de

65% e 70%. Ou seja, somente entre 30% e 35% dos artigos prosseguiram para a avaliação duplo cega.

4.1.3.1.2.4 Processo de Avaliação: BAR

Primeiro passo: Verificação de formato. Nessa etapa, a assistente editorial verifica se o artigo está dentro das normas especificadas pela revista, descritas no manual de submissão disponível no website do periódico. Caso o artigo não siga as normas especificadas, a assistente envia uma mensagem aos autores solicitando uma nova submissão de acordo com o manual.

Segundo passo: Triagem do editor. Nessa etapa o editor realiza uma análise de relevância do artigo e de adequação à linha editorial da revista, verificando se está apto a passar para a próxima etapa. De acordo com o editor, “o fato de ser inglês já obriga os autores brasileiros a tomarem mais cuidado, então em geral não vem material ruim”.

Terceiro passo: Desk review. O editor então escolhe alguém, geralmente com mais experiência, da base de pareceristas para fazer uma avaliação prévia do artigo, dizendo se merece ou não passar para a fase de avaliação. Caso o avaliador julgue que o artigo não deve ir para a próxima fase, este precisará fundamentar sua justificativa, oferecendo assim um bom *feedback* aos autores. O prazo dado ao avaliador para realização do *desk review* é de 30 dias e o controle e cobrança são feitos pela assistente editorial. Quando o avaliador retorna o parecer do *desk review*, o editor faz uma leitura deste e decide se o artigo passa para a avaliação duplo-cega, próxima fase.

Quarto passo: Avaliação. Nesta etapa o editor escolhe dois avaliadores da base ou pede para o parecerista que fez o *desk review* indicar possíveis nomes, pois é mais provável que a escolha dele seja mais precisa em termos de especialidade do avaliador na temática do artigo. Os avaliadores também têm um prazo padrão de 30 dias para retornar com o parecer (todo o controle, contato e cobrança é feito pela assistente editorial), mas muitos solicitam uma extensão desse prazo. O editor se preocupa em não sobrecarregar os avaliadores, enviando no máximo dois artigos por ano.

Quando os avaliadores retornam com seu parecer sobre o artigo, o editor avalia com base nas análises dos pareceristas e decide se o artigo vai ser rejeitado, aceito ou se ele necessita de um terceiro parecer para tomar sua decisão. Esse terceiro avaliador é

convocado quando as avaliações são conflitantes ou quando o editor não ficou satisfeito com a resposta de algum dos avaliadores, seja por superficialidade da avaliação ou outro aspecto.

Quinto passo: Alterações e Reavaliação. Tomada a decisão (aceitar com alterações ou rejeitar o artigo), o editor envia o artigo aos autores para as devidas alterações. Segundo o editor, “via de regra, quando os artigos são aprovados para publicação, eles passam por duas ou três revisões, raramente um artigo é aprovado na primeira revisão”.

De acordo com o editor, a peça chave do processo é a escolha do avaliador, é importante “que ele não seja sobrecarregado, que tenha tempo para se dedicar àquele artigo e que tenha o cuidado de apontar para os autores quais são os erros e o que deveria ser feito para corrigí-los”. O editor acredita que os revisores devem trabalhar com espírito construtivo, ou seja, querendo ajudar os autores a transformar aquele artigo em algo útil para a comunidade. O editor tem trabalhado para trazer avaliadores de outros países, mas aponta um intrigante dilema, nas suas palavras:

Por que alguém vai querer ser revisor da BAR? Só se a BAR tiver algum prestígio. E como que a BAR obtém prestígio? Se tiver autores publicando artigos bons. E como você vai atrair autores que escrevem artigos bons? Se tiver bons leitores ou se a revista tiver Fator de Impacto. Mas só tem fator de impacto se tiver bons artigos, então a coisa é circular e demora a começar.

Não foi possível obter os dados precisos com relação aos indicadores do processo editorial que são monitorados. No entanto, o editor afirma que mantém dados com relação ao número de submissões, número de aceites e rejeições, número de dias que os avaliadores demoram para responder entre outros. De acordo com a assistente editorial, no ano de 2012 foram recebidas 165 submissões das quais 69 passaram para a avaliação *double-blind*. No processo de *desk review* foram necessários em média 32 dias para dar uma resposta aos autores e o tempo total entre submissão e publicação é de cerca de 18 meses.

4.1.3.1.2.5 Processo de Avaliação: RAC

Primeiro passo: Verificação de formato. Nessa parte, verifica-se se o artigo está de acordo com as normas de submissão da revista, em termos de formatação e

normalização, e o manual está disponível para consulta no website do periódico. Caso o artigo esteja muito fora das normas, a assistente editorial envia um e-mail aos autores solicitando ajustes.

Segundo passo: Análise de ineditismo. Essa etapa foi introduzida pelo atual editor no ano passado, o qual sentiu necessidade de implementar isso devido à algumas experiências passadas. Segundo o editor, aconteceu em algumas ocasiões de o artigo passar por todo o processo de avaliação, ser aprovado e, posteriormente, descobriu-se que esse artigo já havia sido publicado em outro periódico ou em outro idioma, ou seja, nas suas palavras, “perdemos tempo dos avaliadores com um artigo que não teria potencial desde o início”. Portanto, hoje, após a verificação de formato, a assistente editorial da revista faz uma análise de ineditismo preliminar, verificando na Internet e no currículo Lattes dos autores, títulos semelhantes ao trabalho submetido à RAC. Esse material é encaminhado ao editor que identifica se aquele artigo é considerado inédito para os periódicos científicos e, caso haja um título semelhante já publicado em algum periódico, o editor encaminha um e-mail aos autores solicitando esclarecimentos. Caso os autores demonstrem que o artigo é de fato inédito, que traz uma contribuição nova, passa-se para a próxima etapa.

Terceiro passo: Desk Review. Essa etapa é feita pelo editor juntamente com o corpo editorial científico, sendo esse último convocado quando o editor desconhece o tema do artigo. Faz-se nessa etapa uma análise de relevância do artigo, aderência à linha editorial da revista, qualidade do referencial teórico e da metodologia de pesquisa.

Quarto passo: Avaliação. Caso o artigo passe pelo *desk review*, inicia-se a avaliação duplo cego. O editor ou os membros do corpo editorial selecionam dois avaliadores para os quais aquele artigo será enviado. A assistente editorial encaminha um e-mail aos avaliadores solicitando o parecer, passando os prazos para resposta e faz o controle desse processo, encaminhando lembretes, verificando se as avaliações foram feitas etc. Segundo a assistente editorial, “esse procedimento é às vezes um pouco demorado porque acontece do avaliador recusar por falta de tempo, não está disponível, e às vezes não nos respondem”.

Segundo o editor, o periódico procura solicitar avaliações somente de doutores, abrindo exceções para alguns mestres. Além disso, a revista busca ter um corpo de

avaliadores amplo, com pessoas que dominam diversas metodologias e que são vinculadas à diferentes instituições. Além disso, segundo a assistente editorial, a RAC procura ser muito criteriosa com relação aos avaliadores, ou seja, se percebe-se que determinado parecerista não fez uma avaliação a contento, isso fica registrado no histórico daquele avaliador.

Depois que as avaliações retornam, o editor verifica a viabilidade do artigo continuar ou não no processo. Caso as avaliações sejam conflitantes, em geral o artigo é encaminhado a um terceiro avaliador, mas em casos específicos o editor mesmo decide ou manda o artigo para um membro do corpo editorial científico para que este possa tomar a decisão de aceitação ou rejeição. Como afirma o editor, “às vezes no impasse, um acha muito bom o artigo e o outro acha muito ruim, mas a avaliação do que achou muito bom é uma avaliação simplista, ou de poucas linhas, aí eu realmente tenho que submeter a um terceiro avaliador”.

Quinto passo: Alterações e Reavaliação. Caso o artigo seja aceito, mas haja alterações a serem feitas, o editor prepara um parecer, encaminha aos autores que têm um prazo para encaminhar uma nova versão, mas, como disse a assistente editorial “às vezes esse autores também são pessoas de muitos outros compromissos e eles pedem prorrogação de prazo”. Quando a nova versão chega é enviada novamente aos avaliadores, que também possuem um prazo para responder, mas que normalmente pedem prorrogação. Então, nas palavras da assistente editorial, “Tudo pode ser rápido, como também muito demorado, dependendo da disponibilidade de cada um. Nós procuramos ser o mais ágeis possível, mas às vezes as coisas demoram entre autor e avaliador mesmo”.

O editor afirma que “o calcanhar de Aquiles do processo de editoria no Brasil são os próprios avaliadores, que não seguem prazo”. O editor acredita que é necessário melhorar o comprometimento dos avaliadores com o processo, em termos de prazo e qualidade. Nas palavras do editor “o processo de avaliação é realmente complicado, para melhorar as pessoas têm que se conscientizar de que o autor depende do avaliador, e o avaliador como autor também vai depender de outro avaliador”. Além disso, o editor afirma que “às vezes a carreira acadêmica depende de um artigo ser aprovado ou não.

Para disputar uma bolsa de sênior numa faculdade um artigo publicado ou não faz toda a diferença, então o processo tem que ser rápido, e os avaliadores tem que ser bons”.

O editor afirma que monitora os prazos de aprovação, prazos de decisão no *desk review*, tempo entre submissão e publicação. Foi possível obter com a assistente editorial os seguintes dados do processo editorial, sintetizados no quadro a seguir.

Quadro 3 - Dados relativos ao processo editorial da RAC de 2012

Artigos submetidos	436
Rejeitados na triagem de formatação e ineditismo	263
Rejeitados no <i>desk review</i>	51
Encaminhados aos avaliadores	122
Rejeitados no <i>blind review</i>	29
Em avaliação	75
Em editoração e adequação editorial	9
Publicados	9

Fonte: Elaborado a partir dos dados das entrevistas.

4.1.3.2 Gestão Administrativa

Todas os processos e etapas descritos anteriormente na categoria de gestão científica são apenas uma parte do processo de publicação de um periódico. Depois de aprovados os artigos, é necessário produzir a revista, publicá-la e distribuí-la. Além da gestão de todos esses processos, há a parte de relacionamento com leitores, assinantes e fornecedores. Evidentemente, tudo isso tem uma dimensão maior e é mais custoso para revistas impressas, como a RAE, RAUSP e O&S.

4.1.3.2.1 RAE

Para o editor da RAE, o processo de certificação e gestão científica de um periódico é o mais visível para a comunidade acadêmica quando esta pensa a respeito da editoria de revistas científicas. No entanto, o editor afirma que são os outros processos administrativos da publicação do periódico que consomem mais tempo do dia-a-dia. Por essa razão, é necessário ter uma equipe responsável e comprometida que possa auxiliar

o editor nessa parte para que o processo de certificação não fique comprometido, pois este último é determinante na qualidade da publicação. A equipe interna da RAE conta com o apoio de seis membros, especificamente:

- Uma chefe de redação, que cuida de toda a parte administrativa:
 - Gestão de recursos humanos;
 - Gestão de fornecedores (orçamento, despesas, contas a pagar etc.);
 - Gestão dos recursos financeiros da revista.

- Uma secretária administrativa, que auxilia nas tarefas administrativas:
 - Cotação de preços para contratação da gráfica para impressão de cada edição do periódico;
 - Cotação de preços para outros serviços terceirizados;
 - Suporte na gestão dos fornecedores;
 - Encaminhamento dos artigos de cada edição para os indexadores.

- Duas assistentes na secretaria de redação (uma funcionária contratada por 40 horas semanais e uma estagiária contratada por 30 horas semanais), que trabalham auxiliando no processo de certificação:
 - Intermediação da comunicação entre autores, avaliadores, editores científicos, editor e editor adjunto.
 - Controle e gerenciamento do trabalho de terceiros na preparação dos textos a serem publicados (tradução, revisão de português, diagramação e impressão, etapas que são terceirizadas), mantendo controle de prazos e qualidade.
 - Verificação inicial de adequação da formatação e normalização dos artigos com o manual de redação da revista;
 - Revisão de prova tipográfica, avaliando se todo o conteúdo está correto e presente na prova de impressão apresentada pela gráfica;
 - Controle das datas e prazos do processo de certificação, enviando lembretes a autores, avaliadores e editores científicos quando necessário;
 - Publicação da revista online;

- Preparação dos arquivos para envio aos indexadores.
- Duas funcionárias para atendimento aos assinantes e leitores, por meio de telefone, e-mail e o recém implementado chat online.

Todas as outras atividades da revista são terceirizadas, nomeadamente: revisão de texto, tradução (inglês / espanhol), produção gráfica, impressão e distribuição. A impressão é realizada por uma gráfica escolhida por meio de cotação de preços (procedimento exigido pela FGV por uma questão de controle orçamentário), tomando sempre o cuidado de escolher gráficas que tenham certo porte e infraestrutura para atender a revista, pois, como afirma a chefe de redação “a revista tem prazo para ser publicada, tem uma qualidade que não podemos colocar em risco”. A tiragem média é de 1.500 exemplares por edição. A distribuição dos exemplares era feita até meados de 2012 por distribuidores que fazem entrega de porta em porta, mas devido a reclamações dos assinantes por conta do não recebimento da revista, foi contratado o serviço de entrega postal dos correios, quem tem melhorado o processo. Hoje a revista possui cerca de 800 assinantes.

A revista possui um local próprio fornecido pela FGV-EAESP, com todos os equipamentos de informática necessários, móveis e materiais de escritório. Dois sistemas de informática são utilizados: o Sistema de Gestão de Publicações (SGP) e o sistema de gestão de assinantes. Ambos os sistemas são de terceiros e uma licença para uso é paga mensalmente, com manutenção garantida pelo fornecedor. De acordo com a chefe de redação, pelo fato do SGP ser um sistema de mercado, foram necessárias diversas modificações e customizações para atender às necessidades de uma publicação científica. Ela afirma que foi um processo trabalhoso, mas bem atendido pela empresa que fornece o sistema. A chefe de redação disse que somente após a implantação do SGP na RAE, em 2007, ela conheceu o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). Na verdade os dois sistemas são bem parecidos, mas com o SEER não haveria possibilidade de customizar de acordo com as necessidades da revista, pois ficaria na dependência da equipe de informática da FGV que ainda não tem uma infraestrutura sólida para atender a RAE, nos dizeres da chefe de redação.

4.1.3.2.2 RAUSP

A RAUSP conta com o auxílio de duas pessoas em sua equipe interna. As assistentes cuidam de todo o processo, da submissão à publicação, fazem o atendimento aos autores, avaliadores e também aos assinantes da revista, recebem os pagamentos etc. (hoje são cerca de 800 assinantes, em sua maioria bibliotecas). As funcionárias são da Fundação Instituto de Administração (FIA), a qual apoia o Departamento de Administração da FEA-USP em uma série de atividades, oferecendo recursos financeiros e cedendo funcionários para as atividades do departamento. As duas são contratadas para trabalhar exclusivamente para a RAUSP e executam as seguintes atividades na revista:

- Uma delas cuida de: gestão financeira da revista, gestão das assinaturas e atendimento aos assinantes (recebimento do crédito, envio para a tesouraria etc.), gestão das submissões (recebimento e encaminhamento ao editor e aos avaliadores); gestão dos prazos e cobrança a autores e avaliadores; gestão da base de pareceristas; contato com indexadores e diretórios para envio dos arquivos e atualização dos dados; atualização do website.
- A outra cuida de: revisão de texto, checagem de referências bibliográficas e citações, gestão e revisão do trabalho feito por terceiros, revisão final de prova antes da impressão da revista.

As outras atividades necessárias para a publicação da revista são terceirizadas, sendo essas: revisão de português, revisão e tradução para inglês e espanhol, diagramação, marcação dos metadados, impressão e distribuição.

A impressão é realizada por uma gráfica terceirizada que é em geral escolhida por meio de cotação de preços. No início de cada ano, uma das assistentes faz a cotação com diversas gráficas e fecha o contrato com uma delas para o ano inteiro. A revista evita usar verbas que venham diretamente da USP ou do CNPq para a impressão, para que não seja necessário fazer licitação. Como uma das assistentes afirma, é muito ruim “fazer licitação e ver uma gráfica que nunca imprimiu a revista”, que não cumpre os prazos e acaba errando em muitos aspectos. A gráfica também faz o envelopamento, preparo para postagem e entrega aos Correios, que faz a distribuição da revista. Para o

pagamento dos revisores e tradutores, a revista também procura utilizar um recurso que não necessite de licitação, pois já trabalham com certas pessoas há bastante tempo e estas foram adquirindo experiência em revisão de artigos nos padrões da revista. Como afirma uma das assistentes editoriais: “Tem que ser alguém de confiança, não adianta ficar mudando só porque é mais barato. [...] Ficar trocando é ruim para revista, porque o leitor percebe”.

A revista possui uma sala própria na FEA-USP, com mobiliário, material de escritório e computadores fornecidos tanto pela FEA-USP quanto pela FIA. A infraestrutura de Tecnologia de Informação (TI) é provida pela FIA, que tem uma área de TI, e essa área faz a manutenção do site e hospeda a revista. O sistema para recebimento e gestão das submissões foi criado em 2002 por uma empresa externa, que hoje não oferece mais suporte, se for necessário modificar algum aspecto da estrutura e do layout não é mais possível. Entretanto, a revista está em processo de transição para o SEER, que se dará com o apoio do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP (SIBi) que está se propondo a assumir a hospedagem da revista.

4.1.3.2.3 RAC e BAR

Até início do ano passado, ambos os periódicos da ANPAD contavam com uma equipe única, formada por uma editora executiva e mais três assistentes administrativas. Antes as revistas também possuíam um espaço de trabalho cedido pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em Curitiba. A editora executiva até 2011 era uma pesquisadora da área de Administração e, no início de 2012, essa editora foi dispensada para se fazer uma experiência com uma pessoa com outro perfil, que trabalharia na sede da ANPAD fazendo apenas o trabalho estritamente executivo. No entanto, percebeu-se que não havia quantidade suficiente de trabalho para essa nova funcionária e, pouco tempo depois, resolveu-se que a posição de editor executivo seria eliminada e que as assistentes, cada uma delas ficaria responsável por um periódico (A revista *Tecnologias em Administração e Contabilidade* – TAC – também havia sido criada) e conversaria diretamente com o editor.

Hoje, cada revista tem sua assistente de editoria, mas algumas tarefas que são comuns a todas as revistas são divididas entre essas três funcionárias. Além disso, foi implantado o esquema de trabalho *home office*, portanto as assistentes trabalham em

suas casas e o contato com os editores e com as outras assistentes é feito via Skype, e-mail ou telefone. De acordo com o editor da BAR, esse esquema de trabalho funciona perfeitamente bem, nas suas palavras “se elas estivessem do meu lado não teria diferença”. Hoje as atividades são divididas da seguinte maneira:

- Assistente editorial da RAC: gerenciamento do processo editorial e de avaliação dos artigos submetidos à RAC (acompanhamento dos artigos desde a submissão até a eventual aprovação); Revisão das normas de referência e citação para os três periódicos da ANPAD.
- Assistente editorial da BAR: gerenciamento do processo editorial e de avaliação dos artigos submetidos à BAR; Diagramação e formatação das três revistas da ANPAD.
- A outra funcionária que é responsável pela TAC executa as seguintes atividades para a RAC e para BAR: verificação de adequação às normas de submissão; contato com os revisores de inglês, português e espanhol; contato e envio de material aos indexadores.

A revisão de inglês, português e espanhol é terceirizada, bem como a manutenção e atualização do website das revistas. De acordo com a assistente editorial da RAC, para a contratação do revisores foi feita uma cotação de preços com várias empresas em 2012, das quais duas foram selecionadas. Portanto, os artigos são sempre encaminhados de forma regular para essas empresas, mas há um processo constante de busca de novos profissionais para a revisão, procurando sempre melhorar a qualidade. O editor da BAR afirma que foi realizada uma cotação há um tempo, mas que optou-se por manter o mesmo revisor de inglês (que trabalha bem e responde nos prazos determinados), tendo sempre de reserva um outro, quando aquele estiver indisponível.

Para manutenção do site e upload dos arquivos das revistas, a ANPAD contrata uma empresa da área de informática que se encarrega de todo esse processo.

4.1.3.2.4 O&S

A revista O&S conta com duas pessoas para auxiliar nas atividades da revista: uma secretária executiva e uma auxiliar para essa secretária. A secretária executiva (ex-

aluna de mestrado e funcionária da UFBA) mantém contato direto com autores e pareceristas, faz o encaminhamento dos artigos aos avaliadores designados e acompanha todo o processo, fazendo controle de prazos e efetuando cobranças quando necessário.

As atividades que a revista terceiriza são: revisão de português, tradução (inglês / espanhol), produção gráfica, impressão e distribuição. A contratação da gráfica deve seguir a lei de licitações e contratos, dada a natureza pública da Universidade que apoia o periódico. A revista possui um espaço físico cedido pela Universidade, um anexo na biblioteca, apresentando condições físicas de trabalho adequadas, de acordo com o editor.

4.1.3.3 Modelo de Financiamento

Com base nas informações passadas pelos editores e pelas assistentes editoriais, foi possível estabelecer o percentual aproximado que cada uma das fontes de financiamento representa para a manutenção da revista, apresentado no quadro a seguir.

Quadro 4 – Representatividade das fontes de financiamento na manutenção da revista

Revista	FONTES INTERNAS		FONTES EXTERNAS		
	Mantenedora	Assinaturas	CNPq	FAPs	Ent. Comerciais
RAE	61,4%	36%	2,6%	0	0
RAUSP	20%	30%	4%	0	46%
O&S	95%	5%	0	0	0
RAC	91,7%	0	8,3%	0	0
BAR	92%	0	8%	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

Foi possível obter os custos efetivos apenas com uma das revistas da amostra, a qual nos passou os dados apresentados no quadro a seguir.

Quadro 5 – Custos de publicação de um periódico em acesso aberto⁴

Variável de Custo	TOTAL (Para o ano de 2012)
Custos de produção e distribuição ⁵	336.448,00
Custos fixos ⁶	248.217,00
TOTAL	584.665,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

Todos os editores entrevistados são partidários do acesso aberto ao conhecimento científico, principalmente no ambiente acadêmico brasileiro que é baseado principalmente em Universidades Públicas. Além disso, na opinião de um dos editores, o acesso aberto propicia a maior geração de conhecimento, o que é importante em um país como o Brasil e especificamente na área de Administração, que segundo o editor, ainda é carente de artigos de ponta. Segundo uma das assistentes editoriais entrevistadas o acesso aberto “é um caminho sem volta, e é uma contribuição extremamente importante para a academia”.

No entanto, na opinião de alguns, o modelo de financiamento desse acesso deveria mudar. Um dos editores acredita que o peso da comunidade acadêmica (composta por leitores e autores) no financiamento da revista deve aumentar, buscando diminuir, mas nunca extinguir, o financiamento por parte da instituição mantenedora. Nesse sentido, para manter o acesso aberto aos leitores, os autores deveriam auxiliar a manter a revista, já que, como afirma o editor, “eles se beneficiam dessa estrutura toda”. Para o editor “os autores poderiam financiar os seus trabalhos, a maior parte dos artigos são resultados de projetos de pesquisa, e no desenho dos projetos de pesquisa já poderiam embutir o recurso para publicação”. A situação atual é a seguinte, como afirma o editor, “os órgãos de fomento põem dinheiro nos autores e o dinheiro vai só para a produção da pesquisa, mas a produção da pesquisa sozinha não quer dizer nada, você tem que ter a divulgação da pesquisa”. Para esse editor, quanto mais a instituição assume a responsabilidade pela revista, mais a revista perde em independência.

⁴ Bimestral e impresso.

⁵ Sistema de gestão do processo editorial, apoio editorial, editores, revisão de português, tradução, projeto gráfico/diagramação, ilustrações, impressão e acabamento, distribuição.

⁶ Gestão e planejamento distribuição (pessoal), sistema de assinantes, apoio administrativo, serviços.

No caso dos periódicos da ANPAD, o apoio da comunidade já existe, mesmo que indiretamente. A comunidade financia a ANPAD, principalmente por meio dos eventos e das inscrições de associados, e a ANPAD devolve para a comunidade um bem comum que são as revistas (RAC, BAR e TAC).

Consultando os editores sobre a questão de cobrança aos autores, prática que é comum nos periódicos estrangeiros, as opiniões são diversas, mas a ampla maioria discorda dessa forma de financiamento. Um dos editores acha a ideia interessante, mas de difícil implementação no Brasil, podendo “matar” alguns periódicos nacionais se for praticada, nas suas palavras “se eu posso publicar em um *journal* lá fora e pagar e tiver que publicar em um *journal* aqui e também pagar, talvez eu prefira encaminhar diretamente para um *journal* lá fora”. Na sua opinião, os periódicos da área ainda não possuem um nível de maturidade que permita a cobrança aos autores.

Outro editor acredita que a cobrança aos autores não é o melhor caminho. Na sua opinião, deve-se pensar em um modelo no qual as instituições pagariam, mas autores e leitores não pagariam desde que associados à essas instituições. Um dos editores acredita que a cobrança aos autores criaria uma espécie de relação comercial, entendendo que, de certo modo a publicação deixaria de ser baseada no mérito do artigo. Para esse editor, as fontes de financiamento devem continuar vindo de instituições públicas ou privadas. Já para outro editor, as agências de fomento deveriam aumentar a sua participação no financiamento de periódicos nacionais e, em sua opinião, “cobrar dos autores está totalmente fora da nossa cultura de Universidade Pública”.

Uma proposta interessante apontada por um dos editores, seria a edição de periódicos por um *Publisher* internacional. Segundo ele, a revista recebeu uma proposta de um *Publisher* para editar o periódico, mantendo-o em acesso aberto para o Brasil e pago para outros países, mas a instituição editora foi contra essa proposta, pois acredita que o acesso aberto deve ser global. O diferencial do *Publisher*, na opinião do editor, seria que, “com sua estrutura, sua experiência e com a grande escala que ele tem, ele teria um custo médio por artigo menor do que a ‘instituição mantenedora’ tem hoje”. Além disso, o *Publisher* está internacionalmente mais presente, “ele tem contato com as bases de dados, ele está presente em congressos, a gente pode divulgar melhor [...] ele ajudaria na internacionalização”. O problema é que o preço que o *Publisher* cobra é

muito alto, na sua opinião, “um absurdo”, e além disso seria necessário perder o direito ao acesso aberto global.

A maior parte dos editores entrevistados está satisfeito com seu atual modelo de financiamento da publicação, mas, como afirma um dos editores, “eu sempre gostaria de ter mais recurso das agências de fomento e da Universidade, mas entendo também a limitação dessas agências, então acho que esse modelo está em situação de equilíbrio”.

4.1.3.3 Tipologia de Modelos de Gestão

A partir da caracterização dos periódicos feita com base no modelo teórico proposto na seção 3.1.1 e nas percepções de editores e assistentes editoriais, foi possível propor uma tipologia de modelos de gestão de periódicos científicos, apresentada no quadro a seguir.

Quadro 6 – Tipologia de Modelo de Gestão de Periódicos

	Modelo de Gestão Científica	Modelo de Gestão Administrativa	Modelo de Financiamento
Associação Científica	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Processo de Avaliação MT1 (c/ desempate MT1) ➤ Comitê MT1/MT3 ➤ Editores MT3 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Equipe Interna e Espaço Físico MT1 ➤ Processos MT1 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Mantenedora (↑) + CNPQ (↓)
IES Pública	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Processo de Avaliação MT2 (c/ desempate MT1) ➤ Comitê MT2 ➤ Editores MT2 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Equipe Interna e Espaço Físico MT2 ➤ Processos MT2 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Mantenedora (↑) + Assinaturas (↓) ➤ Entidades Comerciais (↑) + Assinaturas + Mantenedora + CNPQ (↓)
IES Privada	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Processo de Avaliação MT1 (c/ desempate MT2) ➤ Comitê MT1 ➤ Editores MT1 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Equipe Interna e Espaço Físico MT3 ➤ Processos MT3 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Mantenedora (↑) + Assinaturas + CNPQ (↓)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

Optou-se por realizar a segmentação dos periódicos da amostra por tipo de instituição editora (Associação Científica, Instituição de Ensino Superior (IES) Pública / Privada) para, assim, buscar estabelecer o tipo de modelo de gestão administrativa, científica e de financiamento adotado em cada segmento.

Percebe-se que periódicos editados por Associações Científicas tendem a adotar um modelo de gestão científica que varia entre o tipo 1 e o tipo 3 (ver descrição dos tipos na página seguinte), um modelo de gestão administrativa de tipo 1 e um modelo de financiamento que conta em grande parte com o apoio da instituição mantenedora e com uma pequena ajuda do Governo Federal por meio de projetos de apoio à editoração financiados pelo CNPQ. Ressalta-se que os periódicos desse grupo são apenas eletrônicos e, portanto, não possuem assinaturas como fonte de renda, diferentemente dos demais periódicos da amostra, os quais mantiveram a versão impressa do periódico e possuem assinantes, principalmente bibliotecas de IES públicas e privadas. Além disso, por serem apenas eletrônicos, possuem um modelo de gestão administrativa distinto (MT1), com uma equipe interna menor e menos processos terceirizados.

Os periódicos editados por IES Públicas tendem a adotar um modelo de gestão científica de tipo 2, um modelo de gestão administrativa de tipo 2 e um modelo de financiamento que é diversificado, mas que também depende muito da instituição mantenedora. Deve-se notar aqui que um dos periódicos editados por IES pública financia grande parte (46%) dos custos da publicação por meio do apoio de uma entidade comercial (Fundação Instituto de Administração), o que destoa do conjunto de revistas analisadas, as quais não contam com esse tipo de apoio. Os periódicos de IES privadas tendem a adotar um modelo de gestão científica de tipo 1, um modelo de gestão administrativa de tipo 3 e um modelo de financiamento que também conta com uma boa parte do auxílio à publicação proveniente da instituição mantenedora.

Essa tipologia proposta ainda precisa ser testada para verificar sua validade em um conjunto maior de periódicos, tanto da área de Administração quanto de outras áreas do conhecimento.

Além disso, seria interessante realizar essa análise com os periódicos estrangeiros da área. Supõe-se que o padrão das revistas editadas fora do Brasil deva ser diferente, considerando que apenas 23% desse conjunto de periódicos é editado por IES

ou Associações Científicas (Ver Gráfico 4, p. 62), enquanto que 92% dos periódicos brasileiros são editados por esses tipos de instituições (Ver Gráfico 3, p. 61). Isso deve influenciar principalmente o modelo de financiamento dos periódicos o qual, por ser o motor que impulsiona a arquitetura de valor do periódico, acaba influenciando o modelo de gestão científica e administrativa adotado (componentes da arquitetura de valor de um periódico científico – ver seção 2.3.2).

Modelo de Gestão Científica

- 1) Processo de Avaliação **MT1** (Modelo Tipo 1): Composto por 5 etapas: Verificação de Formato; *Desk Review 1*⁷; *Desk Review 2*⁸; Avaliação *Double-Blind*; Alterações.
- 2) Processo de Avaliação **MT2**: Composto por 3 etapas (*Desk Review 1*; Avaliação *Double-Blind*; Alterações.
- 3) Desempate **MT1**: Efetuado por um 3º avaliador ou pelo Editor Científico.
- 4) Desempate **MT2**: Efetuado pelo membro do Corpo Editorial Científico responsável pelo processo de avaliação do artigo.
- 5) Comitê **MT1**: Grupo endógeno e sem mandato.
- 6) Comitê **MT2**: Grupo diversificado e sem mandato.
- 7) Comitê **MT3**: Grupo diversificado e com mandato.
- 8) Editores **MT1**: Grupo endógeno e com remuneração.
- 9) Editores **MT2**: Grupo endógeno e sem remuneração.
- 10) Editores **MT3**: Grupo não endógeno e sem remuneração.

Modelo de Gestão Administrativa

- 1) Equipe Interna e Espaço Físico **MT1**: Equipe Reduzida, Sem espaço físico.
- 2) Equipe Interna e Espaço Físico **MT2**: Equipe Reduzida, Com espaço físico.
- 3) Equipe Interna e Espaço Físico **MT3**: Equipe Ampla, Com espaço físico.
- 4) Processos **MT1**: Poucos processos terceirizados, Contratação por Cotação.
- 5) Processos **MT2**: Muitos processos terceirizados, Contratação por Licitação.
- 6) Processos **MT3**: Muitos processos terceirizados, Contratação por Cotação.

⁷ Editor Científico.

⁸ Corpo Editorial Científico / Comitê Editorial / Avaliadores

Modelo de Financiamento

- 1) Instituição mantenedora + CNPQ
- 2) Instituição mantenedora + assinaturas
- 3) Instituição mantenedora + assinaturas + CNPQ
- 4) Entidades comerciais + assinaturas + Instituição mantenedora + CNPQ

4.2 SEGUNDA ETAPA

Entre abril e maio de 2012, foram coletadas e analisadas as citações atribuídas às cinco revistas da amostra (RAE, RAC, BAR, RAUSP e O&S). Para dar mais credibilidade aos dados, a extração obtida com o software *Publish or Perish* foi comparada com a lista de artigos publicados pelos periódicos no período de análise. A variedade nas nomenclaturas, siglas e abreviações presentes nas citações feitas aos periódicos estudados impediu que todos os registros fossem obtidos numa única pesquisa. A RAE, por exemplo, apresentava diversas variações, como: Rev. Adm. Empres., RAE-Revista de Administração de Empresas, Revista de Administração de Empresas ou somente RAE. Além disso, muitos artigos obtidos com o software pertenciam à RAE-eletrônica, RAE Light e RAE-executivo (atualmente GV Executivo) e, no caso da RAC, à RAC-eletrônica.

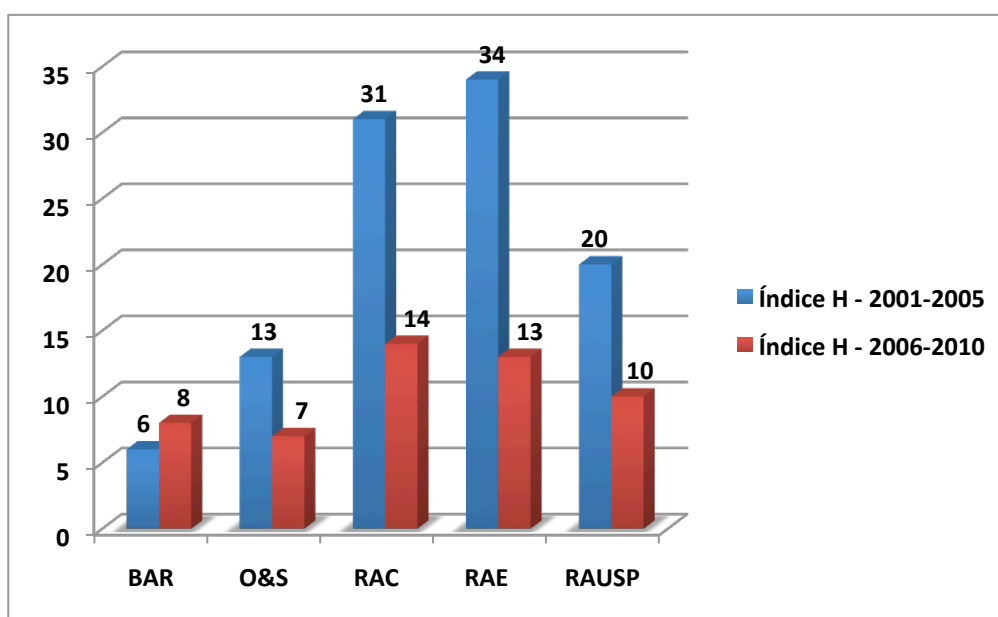
Outros problemas estavam relacionados à indexação das revistas e de seus artigos. Na página com instruções para inclusão de conteúdo no *Google Scholar*, é informado que a indexação do conteúdo é facilitada quando a publicação se encontra hospedada em um agregador de revistas / base de dados (como *JSTOR* ou *SciELO*) ou então quando é gerenciada e publicada com o uso do software *Open Journal Systems* (OJS), já que tais instrumentos expõem os metadados das revistas de uma maneira que possibilita melhor extração dos dados por parte do *Google Scholar*. Além disso, é recomendado que os artigos estejam disponíveis em HTML ou em PDF, e no caso do último, o documento deve estar em formato legível, para que seja possível extrair informações (GOOGLE SCHOLAR, 2012).

As revistas RAE, RAC, e BAR apresentavam todos os números publicados disponíveis na base *SciELO*, o que permitiu a obtenção da totalidade dos dados sobre os artigos e suas citações, mesmo quando inexistentes. Entretanto, as informações das revistas RAUSP e O&S foram mais difíceis de conseguir. Apesar de a O&S ser publicada

com o uso do OJS, muitos erros de indexação do ano de publicação foram encontrados, dificultando o processo de organização dos dados apesar de todos estarem disponíveis.

No caso da RAUSP, apenas os artigos publicados em 2011 e 2012 estão disponíveis na *SciELO* e, no Portal de Revistas da USP, constam apenas os artigos publicados desde 2006, por isso foi possível encontrar somente 90% dos artigos publicados. Isso graças ao formato legível dos PDFs e também porque, mesmo que o *Google Scholar* não encontre determinado artigo online, se tal artigo foi citado ao menos uma vez, o *Google Scholar* apresenta os dados do artigo sem link e com a informação [citation] ao lado, além de informar o número de citações recebidas. Portanto, é provável que os 10% de artigos que não foram encontrados não tenham sido citados, o que não alteraria, portanto, o cálculo do Índice H da revista. Após toda “limpeza” e organização dos dados, foi possível obter um Índice H mais fidedigno, apresentado no gráfico a seguir.

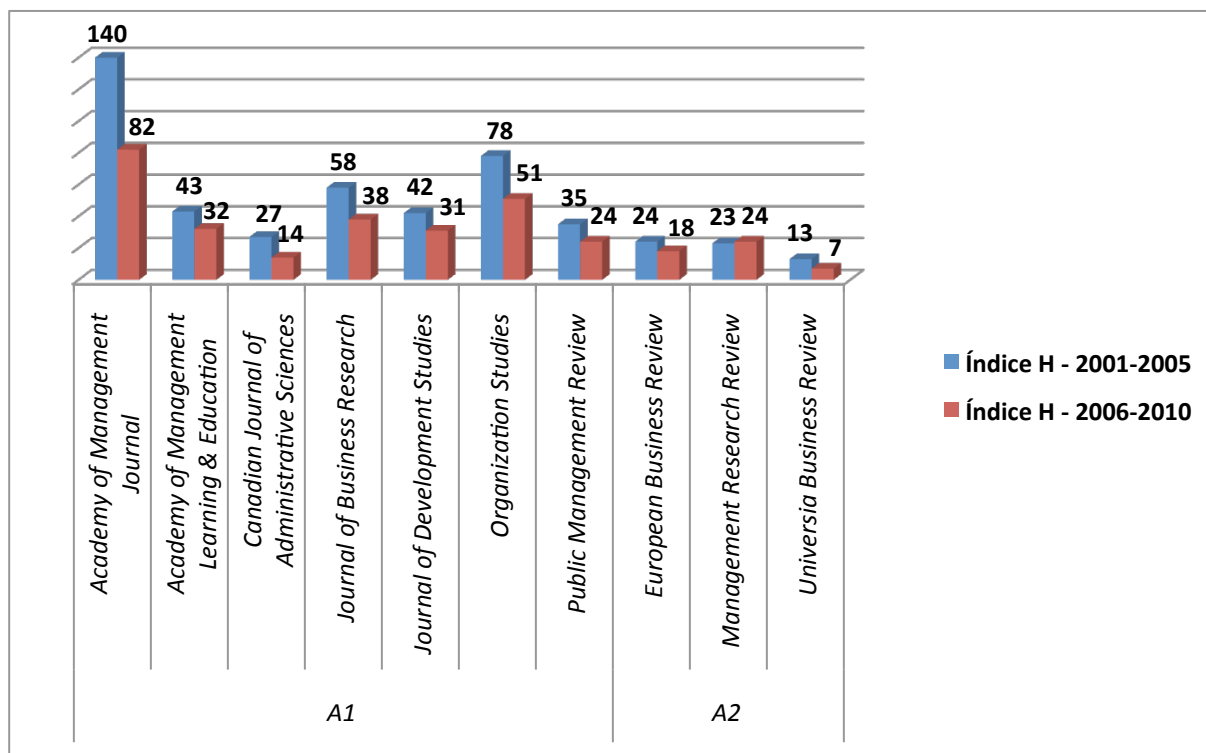
Gráfico 10 – Comparação do índice H das revistas da amostra (coleta e cálculo entre abril e maio de 2012)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

Percebe-se que as revistas da amostra apresentam um impacto relativamente elevado na comunidade acadêmica da área, principalmente quando comparadas com outras revistas internacionais de grande representatividade na área de Administração classificadas no Qualis nas categorias A1 e A2, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 11 – Comparação do índice H de periódicos estrangeiros classificados no Qualis (coleta e cálculo entre maio e junho de 2012)⁹



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

Percebe-se que há certo descompasso entre as classificações das revistas no Qualis da área e seu impacto calculado pelo *Google Scholar*. Isso pode significar que periódicos indexados no *Journal of Citation Reports* (JCR) e *Scopus* e que possuem, respectivamente, Fator de Impacto e Índice H calculado por essas bases com valores nos limites exigidos pela área de Administração (critérios para os estratos A1 e A2), apresentam um impacto global (considerando a variedade e quantidade de fontes de informação indexadas pelo Google) menor ou equivalente ao de revistas que não estão na mesma situação.

Isso pode significar também que as revistas brasileiras da área (ao menos as da amostra) apresentam um impacto maior dentro do país do que no exterior, já que com o *Google Scholar* é possível obter dados das citações de diversos periódicos brasileiros e anais de eventos nacionais, que não estão indexados nas bases fechadas e, portanto, não entram no cálculo do Fator de Impacto ou Índice H efetuado por essas bases.

⁹ Foram realizados os mesmos procedimentos descritos para as revistas da amostra.

De fato, analisando os dados de citações disponibilizados pela SciELO, é possível identificar que RAC, RAE e BAR receberam entre 2004 e 2012 um total de 888 citações de revistas da base SciELO, ou seja, apenas do Brasil, América Latina, Caribe, Portugal e Espanha. As cinco revistas que mais as citaram (excluindo as próprias revistas) foram: Cadernos EBAPE.BR, Revista de Administração Mackenzie, Revista de Administração Pública, Gestão & Produção e Revista Eletrônica de Administração (READ). Excetuando-se o periódico Gestão & Produção, nenhuma das outras revistas possui indexação no JCR ou Scopus, de onde se percebe que o impacto das revistas da amostra é alto quando analisado globalmente (com o Google) principalmente em razão das citações de revistas nacionais e talvez de outros países que não estão representadas nas grandes bases supracitadas.

Uma questão importante que deve-se discutir nesse ponto é a reputação e o prestígio de um periódico. Estar indexado em uma base de dados como JCR e Scopus que, em tese, possuem rigorosos quesitos de seleção, é um fator que aumenta a reputação do periódico. E o prestígio aumenta ainda mais se ele recebe citações de periódicos de alto impacto dessa mesma base (existem algumas métricas para calcular isso, como *Journal Page Rank*, *Scimago Journal Rank (SJR)* e *Eigenfactor*). A própria citação a um periódico é, em muitos casos, derivada de sua reputação e importância. Judge et al. (2007) descobriram em sua pesquisa que, apesar de certas características tanto dos artigos (ex.: conteúdo da pesquisa, qualidade da escrita etc.) quanto dos autores (ex.: afiliação do primeiro autor etc.) influenciarem na obtenção de citações, o fator mais importante na atração de citações a um artigo é o prestígio ou a taxa média de citação do periódico no qual o artigo foi publicado. Os autores concluíram que os fatores que afetam as citações têm mais a ver com as características extra-científicas da produção acadêmica do que com o conteúdo intelectual da produção acadêmica em si (JUDGE et al., 2007). No entanto, essa é uma discussão que deve ser aprofundada em estudos futuros.

Apesar do alto impacto nacional, o objetivo de todas as revistas é a internacionalização. Como afirma o editor da O&S, “o Brasil não pode ficar isolado [...] temos que abrir nossa produção para o mundo [...] o conhecimento deve fluir de forma desimpedida”. Para o editor da BAR, a revista tem um papel muito importante na disseminação internacional da produção dos autores brasileiros. O editor da RAUSP

entende que, para ser visível na comunidade internacional, a tendência será publicar em inglês. Já o editor da RAE identifica que há um espaço para crescer na América Latina, pois a produção científica brasileira tem um papel importante nesse ambiente, portanto a publicação em espanhol também se faz relevante, possibilitando o aumento da comunidade de leitores do periódico.

Interessante nesse sentido é a consulta realizada pela Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) juntamente com a SciELO a editores científicos brasileiros, na qual foram feitas algumas perguntas sobre internacionalização. Foi possível obter com a equipe da SciELO as respostas dos editores da área de Administração, apenas sete responderam. Na opinião dos editores respondentes, as ações que contribuiriam para fortalecer e ampliar a internacionalização do periódico são:

	Determinante	Importante	Dispensável
Intercâmbio sistemático com editores de periódicos de referência	2	4	1
Consultoria de editores e ex-editores internacionais de periódicos de referência	1	4	2
Workshop periódico entre editores nacionais e internacionais	1	4	2
Participação nos eventos internacionais de editoria científica	2	5	0
Participação nos eventos internacionais de referência na área	3	4	0

Fonte: Questionário SciELO-ABEC

Além disso, um dos editores acredita ser importante para a internacionalização: ampliar os contatos pessoais e a promoção da revista; buscar uma maior pontuação da revista nos indexadores internacionais (Fator de Impacto); procurar motivar autores internacionais. Em se tratando dos autores estrangeiros, os fatores que, na opinião dos editores respondentes, aumentariam a submissão de manuscritos de qualidade do exterior para o periódico são:

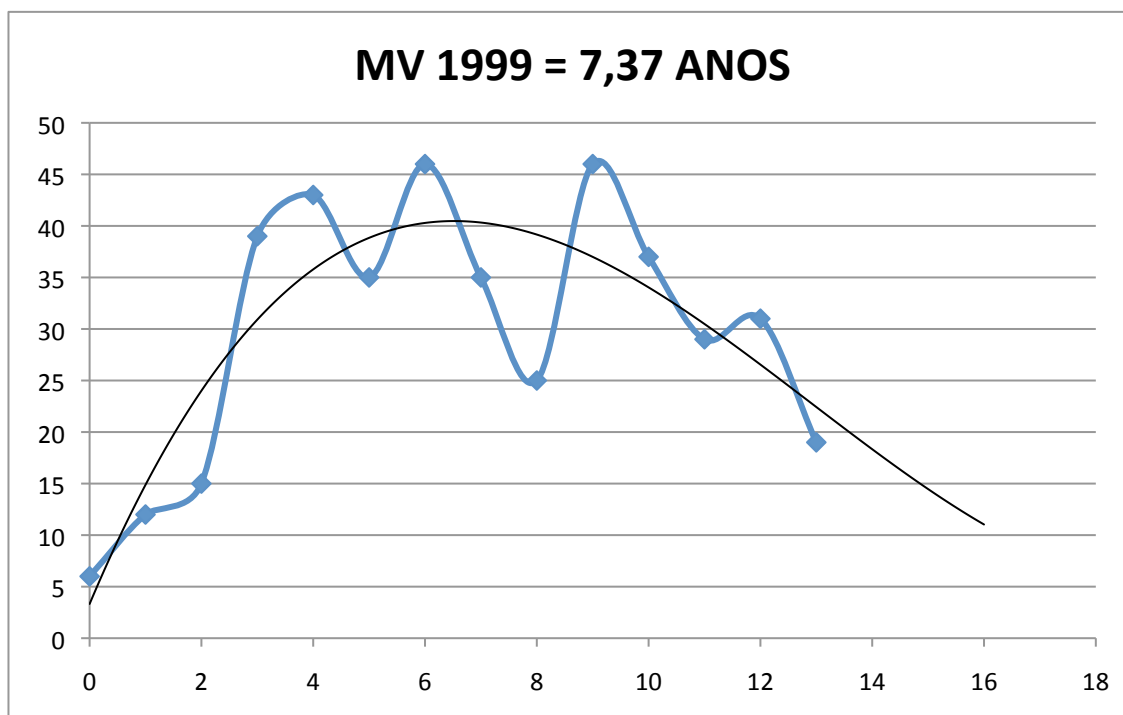
	Determinante	Importante	Já Conta	Irrelevante
Aumento do fator de impacto no JCR	4	3	0	0
Pesquisadores internacionais de renome como editores associados	2	5	0	0
Pesquisadores nacionais de renome como editores associados	1	6	0	0
Sistema internacional de referência no processamento online de manuscritos	2	2	2	1
Publicação <i>ahead of print</i>	0	4	1	2
Campanha de marketing na comunidade internacional	2	4	0	1
Aumentar o uso de revisores do exterior	0	6	1	0
Tempo de processamento dos manuscritos	0	7	0	0
Aperfeiçoamento da comunicação com autores	1	6	0	0

Fonte: Questionário SciELO-ABEC

Um dos pontos importantes que deve ser considerado quando se efetua uma análise de citações de periódicos é a meia-vida das revistas. A meia-vida é uma medida que analisa por quanto tempo um conteúdo é referenciado após sua publicação. De acordo com Elsevier (2013): “*The Cited Half-Life of journal J in year X is the number of years after which 50% of the lifetime citations of J’s content published in X have been received*”.

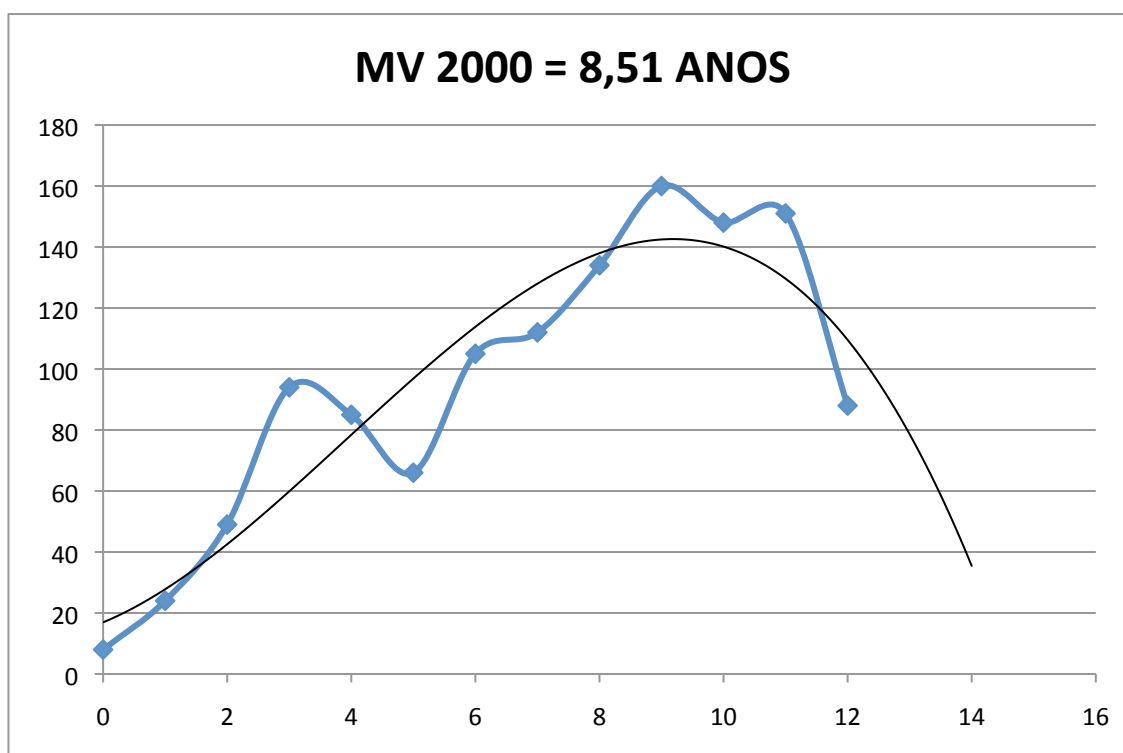
Foi calculada a meia-vida dos artigos publicados pela RAE entre 1999 e 2001, isso porque os mais recentes ainda não tiveram tempo suficiente para receber parte significativa de suas citações, considerando que o cálculo da meia-vida analisa “*lifetime citations*”. Os dados relativos às citações foram coletados por meio do *Google Scholar* e, assim, foi possível obter a data de publicação de cada documento que citou os artigos da RAE publicados nesse período. Pode-se perceber que os artigos demoram um tempo para começarem a ser citados e permanecem durante um longo período recebendo citações, como pode ser visto nos gráficos a seguir.

Gráfico 12 – Meia-Vida da RAE em 1999



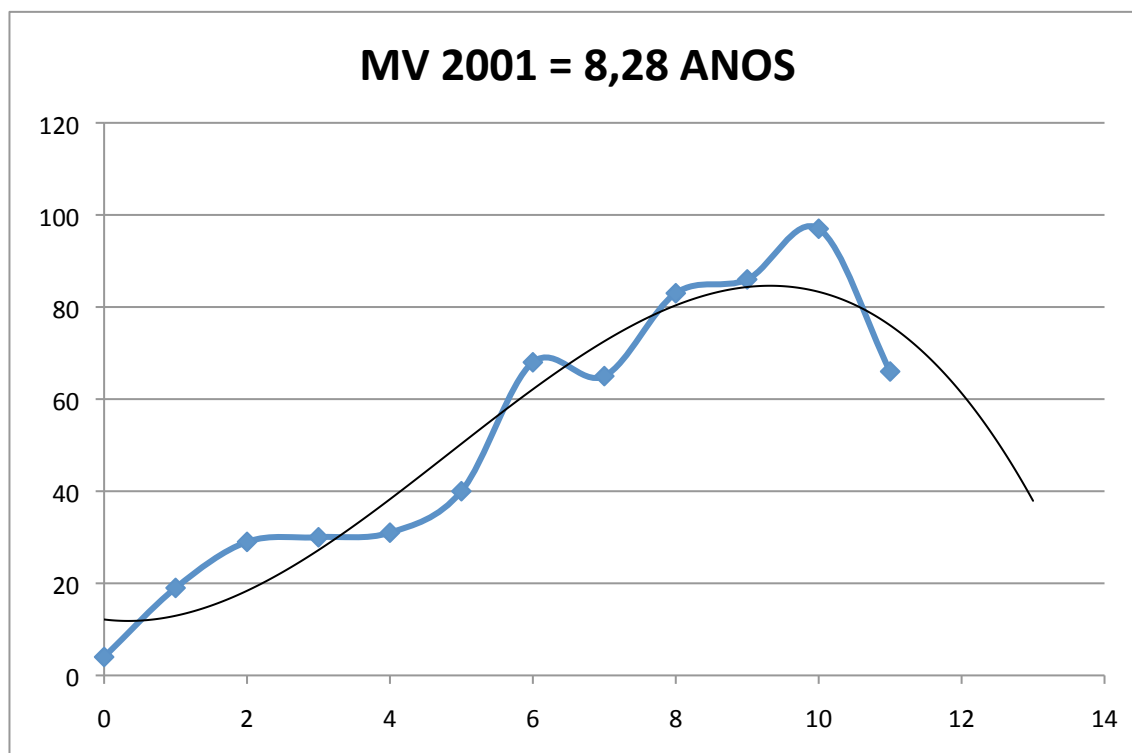
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

Gráfico 13 – Meia-Vida da RAE em 2000



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

Gráfico 14 - Meia-Vida da RAE em 2001



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

A média da meia-vida da RAE nesses três anos foi de cerca de 8 anos e esse resultado fica bem alinhado com os dados de meia-vida e imediatismo dos periódicos da área de Administração indexados no JCR de Ciências Sociais de 2011, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 7 – Meia-Vida e Imediatismo dos periódicos da Área de Administração indexados no JCR de 2011.

<i>Subject Category</i>	<i>Aggregate Immediacy Index¹⁰</i>	<i>Aggregate Cited Half-Life</i>	<i>Journals</i>
<i>Business</i>	0.322	>10.0	113
<i>Management</i>	0.311	>10.0	168
<i>Business, Finance</i>	0.262	>10.0	86
<i>Public Administration</i>	0.215	7.9	45

Fonte: ISI Web of Knowledge. Journal of Citations Report. Social Science Edition 2011.
<http://admin-apps.webofknowledge.com/JCR/JCR>

¹⁰ The Immediacy Index is calculated by dividing the number of citations to articles published in a given year by the number of articles published in that year.

Percebe-se que a meia-vida (*Cited Half-Life*) dos periódicos é alta e o imediatismo (*Immediacy Index*) é baixo quando se compara os periódicos da área de Administração com outros periódicos do JCR de Ciências Sociais e Ciências, como pode ser visto no quadro a seguir.

Quadro 8 – Meia-Vida e Imediatismo de periódicos de áreas das Ciências Sociais e Ciências indexados no JCR de 2011.

<i>Subject Category</i>	<i>Aggregate Immediacy Index</i>	<i>Aggregate Cited Half-Life</i>	<i>Journals</i>
<i>Communication</i>	0.171	8.2	72
<i>Social Work</i>	0.169	8.0	41
<i>Education & Educational Research</i>	0.156	7.9	206
<i>International Relations</i>	0.219	7.7	81
<i>Geography</i>	0.335	7.1	73
<i>Information Science & Library Science</i>	0.279	7.1	83
<i>Nursing</i>	0.173	6.7	97
<i>Environmental Studies</i>	0.328	6.3	89
<i>Integrative & Complementary Medicine</i>	0.291	6.1	22
<i>Telecommunications</i>	0.220	6.0	79
<i>Chemistry, Multidisciplinary</i>	0.941	5.9	154
<i>Oncology</i>	0.831	5.9	196
<i>Physics, Applied</i>	0.486	5.7	125
<i>Engineering, Environmental</i>	0.569	5.6	45
<i>Materials Science, Multidisciplinary</i>	0.572	5.2	232
<i>Medical Ethics</i>	0.731	5.1	17
<i>Materials Science, Biomaterials</i>	0.746	5.0	25
<i>Agricultural Engineering</i>	0.616	4.9	12
<i>Energy & Fuels</i>	0.679	4.8	81
<i>Nanoscience & Nanotechnology</i>	0.760	3.8	66

Fonte: ISI Web of Knowledge. Journal of Citations Report. Science / Social Science Edition 2011.
<http://admin-apps.webofknowledge.com/JCR/JCR>

Os dados da pesquisa e do JCR mostram que os periódicos da área apresentam um conteúdo que no curto prazo não tem impacto considerável, mas que ao longo dos anos vai adquirindo mais citações e relevância para a área. Isso pode indicar também que a janela para cálculo do Fator de Impacto ou de outros índices de citação deve ser maior que os dois ou cinco anos atualmente considerados, já que os periódicos da área levam mais tempo para receber metade de suas possíveis citações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a gestão editorial de periódicos científicos da área de Administração no contexto brasileiro e propor uma tipologia de seus modelos de gestão. Para isso, primeiramente analisou-se a literatura relativa à gestão de periódicos científicos no intuito de estabelecer um modelo teórico, apresentado na seção 3.1.1, onde identificou-se que a gestão de um periódico científico está relacionada ao entendimento de três aspectos: gestão científica, gestão administrativa e modelo de financiamento.

A gestão científica representa em suma o gerenciamento do processo de certificação de conteúdo do periódico (processo de avaliação dos artigos), visando selecionar e publicar conhecimento de qualidade para a área. Para isso, conta-se com diversos atores que colaboram nesse processo, sendo esses, além do editor, os avaliadores, o corpo editorial científico e o comitê de política editorial. Esse último, apesar de não estar envolvido diretamente no processo de avaliação dos artigos, é responsável por traçar os objetivos e a linha de atuação da revista, os quais influenciam no modo como o processo de avaliação é executado.

Já a gestão administrativa representa o processo de publicação do periódico em si, envolvendo, na maior parte dos casos, produção editorial e gráfica, gestão administrativa e financeira, comunicação e marketing, atividades necessárias para que o produto periódico possa ser publicado. Para realização dessas atividades, o periódico precisa de uma equipe interna e/ou externa (terceirizada) consistente e comprometida, além de infraestrutura física e tecnológica adequada.

A publicação de um periódico científico apresenta custos, portanto é necessário adotar uma estratégia para cobrir tais custos, essencialmente relacionados aos processos de gestão científica e administrativa. O modelo de financiamento do periódico pode contar com diversas fontes de recursos, como apoio da mantenedora, assinaturas, apoio de agências federais etc.

Nas entrevistas com os editores, identificou-se que nenhum deles apresentava experiência anterior na edição de um periódico científico quando assumiram a editoria do periódico em questão, o que corrobora com o que Targino e Garcia (2008) afirmaram,

que a maioria dos editores no Brasil não possuem formação adequada para exercer suas funções principais, além de terem outras atribuições como pesquisador de sua área. Os editores entrevistados acabaram aprendendo na prática e com o auxílio de ex-editores que atuaram nas revistas. Seria interessante que houvesse um curso para introduzir novos editores nesse meio de publicação de um periódico científico, atividade que é extremamente importante para o avanço da ciência. Além disso, a maioria dos editores não recebe nenhum tipo de remuneração por seu trabalho e também não conta com o auxílio de um editor adjunto no processo, o que ajudaria a diminuir a carga de trabalho do editor científico.

O processo de avaliação dos artigos executado pelas revistas é muito similar, no entanto três dos periódicos apresentam um processo de triagem inicial mais rigoroso, o que permite que sejam encaminhados ao *double-blind review* artigos que já apresentam uma boa qualidade. O grande entrave do processo de avaliação em todas as revistas é quando os artigos são encaminhados aos pareceristas. Em muitos casos, eles demoram demais para dar uma resposta ou elaboram um parecer fraco, o que muitas vezes exige do editor o trabalho de encontrar outro avaliador e ficar cobrando uma resposta.

No entanto, é um processo difícil, pois os pareceristas são voluntários e pesquisadores da área que possuem múltiplas atividades, então é complicado exigir que eles respondam a tempo e que elaborem um parecer consistente e de qualidade. Como um dos editores disse, talvez seja necessário um incentivo dos órgãos que realizam a avaliação dos pesquisadores e dos programas de pós-graduação para a realização dessa atividade, que é essencial para a construção do conhecimento científico e sem a qual não é possível publicar um periódico.

Todas as revistas apresentam uma boa equipe (em termos quantitativos e qualitativos) para a realização das atividades administrativas necessárias ao processo de publicação do periódico. Para revistas impressas e com periodicidade maior, a parte administrativa acaba sendo mais representativa em termos de recursos (humanos e financeiros) despendidos, pelo fato de ter que lidar com um grande número de processos terceirizados, gerenciados pela equipe interna da revista. A infraestrutura física e tecnológica das revistas parece ser adequada e suficiente para a realização das atividades básicas do periódico. No caso dos periódicos da ANPAD, as assistentes

editoriais trabalham em casa, mas contam com o suporte e auxílio da ANPAD para compra de novos equipamentos e manutenção caso seja necessário.

Para o financiamento da publicação, a maior parte dos periódicos depende muito do apoio da mantenedora, principalmente aqueles que são exclusivamente eletrônicos, já que as assinaturas ainda representam uma boa parte dos recursos das revistas impressas. No entanto, as assinaturas tendem a diminuir, com a expansão das TICs e o maior uso do meio eletrônico para leitura dos artigos, que no caso de todas as revistas da amostra, estão disponíveis integralmente online. Na verdade, como afirma uma das assistentes editoriais entrevistadas, as assinaturas ainda se mantêm porque o Ministério da Educação (MEC) exige das Universidades, Centros Universitários e Faculdades, a versão impressa do periódico na Biblioteca.

Percebe-se que os recursos fornecidos pelo CNPq aos periódicos são ínfimos e não são nem de longe suficientes para auxiliar as revistas da área a cobrir os custos totais da publicação do periódico. O CNPq em 2012 financiou 247 projetos de apoio à editoração de periódicos no Brasil, despendendo um total de R\$ 5.798.690,00. No entanto, a distribuição dos recursos não é equitativa entre as áreas do conhecimento e entre os projetos de uma mesma área.

Grande Área	Projetos	Total Investido	Média por Projeto
Ciências Agrárias	25 (10,1%)	630.380,00 (10,9%)	25.215,20
Ciências Biológicas	14 (5,7%)	902.000,00 (15,5%)	64.429,57
Ciências da Saúde	39 (15,8%)	1.538.000,00 (26,5%)	39.435,89
Ciências Exatas e da Terra	15 (6,1%)	777.000,00 (13,4%)	51.800,00
Ciências Humanas	96 (38,8%)	1.157.310,00 (20%)	12.055,31
Ciências Sociais Aplicadas	23 (9,3%)	298.000,00 (5,1%)	12.956,52
Engenharias	13 (5,3%)	236.000,00 (4,1%)	18.153,84
Linguística, Letras e Artes	14 (5,7%)	132.000,00 (2,3%)	9.428,57

Fonte: <http://fomentonacional.cnpq.br/>

A partir das entrevistas com editores e membros de suas equipes editoriais juntamente com as informações do modelo teórico de gestão de periódicos proposto na seção 3.1.1, foi possível elaborar uma tipologia de modelos de gestão, apresentada na

seção 4.1.3.3. Ressalta-se que essa tipologia ainda precisa ser testada para verificar sua validade em um conjunto maior de periódicos, tanto da área de Administração quanto de outras áreas do conhecimento.

Nessa tipologia proposta, percebe-se uma diferenciação dos modelos de gestão científica, administrativa e de financiamento de acordo com a instituição editora do periódico (Associação Científica, Instituição de Ensino Superior (IES) Pública / Privada). Em muitos casos, é a instituição mantenedora / editora que contribui de forma mais significativa para o financiamento do periódico. Sendo o financiamento a força motriz dos processos de gestão administrativa (principalmente) e científica (secundariamente), o modelo de gestão acaba dependendo majoritariamente da instituição que edita o periódico e, portanto, do investimento e da importância que esta atribui à edição de uma revista científica.

Nesse sentido, propõe-se para estudos futuros um estudo sobre o processo de governança em periódicos científicos, entendida como boas práticas de gestão científica e administrativa buscando atender aos interesses dos diversos *stakeholders* (Instituição mantenedora; Instituições de Ensino Superior em geral; Órgãos de fomento à pesquisa; Leitores / Pesquisadores; Autores; e Avaliadores) do processo de gestão editorial de forma justa e equilibrada.

Futuramente, também seria interessante realizar essa análise relativa ao modelo de gestão para os periódicos estrangeiros. Supõe-se que o padrão das revistas editadas fora do Brasil deva ser diferente, considerando que apenas 23% desse conjunto de periódicos é editado por IES ou Associações Científicas, enquanto que 92% dos periódicos brasileiros são editados por esses tipos de instituições.

A partir das entrevistas com os editores e assistentes editoriais, foi possível identificar alguns indicadores que estão relacionados à gestão científica e administrativa da revista, tais como: editores (profissionalização, experiência, dedicação – tempo disponível); equipe científica (tamanho, dedicação, internacionalização); etapas do processo de avaliação (quantidade, qualidade); tempo do processo de avaliação (*desk review*, *double-blind review*); taxa de rejeição (*desk review*, *double-blind review*); equipe administrativa (tamanho, dedicação); infraestrutura (existência de sistema eletrônico de gestão do processo editorial, existência de infraestrutura física adequada); número de

submissões; número de assinantes; atividades terceirizadas (quantidade, qualidade). Seria interessante em estudos futuros obter esses indicadores para um número maior de periódicos da área de Administração e também de outras áreas, para que possam ser realizadas análises de correlação entre esses indicadores.

No entanto, é possível estabelecer desde já algumas relações, que devem ser aprofundadas em estudos futuros. As triagens iniciais realizadas por três dos periódicos da amostra auxiliam no sentido de passar para a avaliação *double-blind* apenas artigos que tenham uma clara contribuição para a área e que sejam de boa qualidade. Isso pode influenciar para que a revista tenha um impacto mais alto posteriormente, já que os artigos publicados terão, além de boa qualidade, contribuições novas. Isso também permite que revisores recebam bons artigos para avaliar, o que pode estimulá-los a escrever um parecer bem-feito e responder em tempo hábil.

O tempo para publicação também é uma variável que pode influenciar o impacto. Alguns tipos de contribuições podem acabar perdendo seu valor se não forem publicadas rapidamente. Isso acontece mais para áreas exatas e biológicas, mas de qualquer forma, em algumas subáreas da Administração, como Informática e Tecnologias da Informação, têm essa característica de rápida atualização do conhecimento e, se um artigo demora dois anos para ser publicado, pode acabar perdendo seu valor na comunidade e seu potencial impacto. Analisando os tempos entre submissão e aprovação (disponibilizado em cada artigo – recebido em... ; aprovado em ...) das cinco revistas da amostra para os artigos publicados no ano de 2011 e 2012, percebe-se que essa é uma variável que ainda precisa melhorar. A média das cinco revistas é de 352 dias para 2011 e 324 dias para 2012, sendo os maiores valores da O&S e os menores da RAE. Em um ano muita coisa pode acontecer e alguns artigos podem acabar perdendo um pouco do seu impacto quando publicados.

REFERÊNCIAS

- ADAMI, A.; MARCHIORI, P. Z. Autoria e leitura de artigos por docentes pesquisadores: motivações e barreiras. In: FERREIRA, S. M.; TARGINO, M. G. (Orgs.). *Preparação de revistas científicas: teoria e prática*. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005.
- ADAMS, J.; KING, C. *Brazil: Research and collaboration in the new geography of science*. Global Research Report. New York: Thomson Reuters, Jun. 2009. ISBN: 1-904431-20-8. 13p.
- ADLER, N.; HARZING, A. W. When knowledge wins: transcending the sense and nonsense of academic rankings. *Academy of Management Learning & Education*, v. 8, n. 1, p. 72–95, 2009.
- ALBERTS, B. Engaging in a worldwide transformation: our responsibility as scientists for the provision of global public goods. In: Annual Meeting of the National Academy of Sciences, 139., 2002, Washington, *Proceedings...* Washington, D.C.: [S.l.], 2002.
- ALMEIDA, E.; GUIMARÃES, J.; ALVES, I. Dez anos do Portal de Periódicos da Capes: histórico, evolução e utilização. *RBPG*, Brasília, v. 7, n. 13, p. 218 - 246, Nov. 2010.
- AMIN, M.; MABE, M. Impact factor: use and abuse. *Perspectives in Publishing*, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.elsevier.com/framework_editors/pdfs/Perspectives1.pdf>. Acesso em: 05 set. 2011.
- ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.
- BADEN-FULLER, C.; MORGAN, M. Business models as models. *Long Range Planning*, v. 43, n. 2-3, p. 156–171, 2010.
- BALBACHEVSKY, E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- BEDEIAN, A. G. et al. Scientific achievement and editorial board membership. *Organizational Research Methods*, v. 12, n. 2, p. 211-238, Apr. 2009.
- BENKLER, Y. The political economy of commons. *Upgrade: the European Journal for the Informatics Professional*, v. 4, n. 3, 2003. Disponível em: <<http://www.upgrade-cepis.org>>. Acesso em: 22 mar. 2012.
- BERNIUS, S. et al. Open access models and their implications for the players on the scientific publishing market. *Economic Analysis & Policy*, v. 39, n. 1, mar. 2009.
- BERTERO, C. O. A RAE nos seus 45 Anos. *Revista de Administração de Empresas*, v. 46, n. 2, p. 114-117, 2006.
- BERTERO, C. O. Meio século de RAE. *Revista de Administração de Empresas*, v. 51, n. 3, maio/jun. 2011.

- BETHESDA Statement on Open Access Publishing. 2003. Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2012.
- BEVERUNGEN, A.; BÖHM, S.; LAND, C. The poverty of journal publishing. *Organization*, v. 19, n. 6, p. 929-938, 2012.
- BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. Publicar & Morrer? Análise do impacto das políticas de pesquisa e pós-graduação na constituição do tempo de trabalho dos investigadores. *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 28, p. 53-69, 2009.
- BJORK, B. C.; HEDLUND, T. Two Scenarios for How Scholarly Publishers Could Change Their Business Model to Open Access. *Journal of Electronic Publishing*, v. 12, n. 1, Feb. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.3998/3336451.0012.102>>. Acesso em: 05 jul. 2012.
- BJORK, B-C.; HOLMSTROM, J. Benchmarking Scientific journals from the submitting author's viewpoint. *Learned Publishing*, v. 19, n. 2, Apr. 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Infocapes*, Brasília, v. 6, n. 2, p. 34, abr/jun., 1998. XL Reunião do Conselho Técnico-Científico – 16/04/98.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação. *Reestruturação do Qualis*. 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação. *Documento de Área 2009. Administração, Ciências Contábeis e Turismo*. 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Avaliação. *Comunicado nº 002/2012 – Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Atualização do Webqualis da área*. 2012.
- BRAUN, T.; GLANZEL, W.; SCHUBERT, A. A Hirsch-type index for journals. *Scientometrics*, v. 69, n. 1, p. 169-173, 2006.
- BRUMBACK, R. A. Journal Combat: Initiating a Publication, Competing for Visibility, and Assuring Ethical Behavior. *Journal of Evidence-Based Complementary & Alternative Medicine*, v. 17, n. 1, p. 4-8, 2012.
- BUDAPEST Open Access Initiative. 2002. Disponível em: <<http://www.soros.org/openaccess/>>. Acesso em: 02 maio 2012.
- CAMARGO Jr, K. R. A indústria de publicação contra o acesso aberto. *Revista de Saúde Pública*, 06 fev. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102013005000006>>. Acesso em: 12 fev. 2013.
- CARDOSO, G. et al. As políticas de Open Access: Res publica científica ou autogestão? *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 60, p. 53-67, 2009.

CARVALHO, K. Revista científica e pesquisa: perspectiva histórica. In: POBLACIÓN, D. et al. (Orgs.). *Revistas científicas: dos processos tradicionais às perspectivas alternativas de comunicação*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

CHANG, C. C. Business models for open access journals publishing. *Online Information Review*, v. 30, n. 6, p. 699-713, 2006.

CLASSIFICAÇÃO dos periódicos no Sistema Qualis da CAPES: a mudança dos critérios é urgente!. *ABCD, arq. bras. cir. dig.*, São Paulo, v. 23, n. 1, mar. 2010.

COLEMAN, A. Assessing the Value of a Journal Beyond the Impact Factor. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 58, n. 8, p. 1148-1161, 2007. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.20599/abstract>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

CRESWELL, J. W. *Qualitative inquiry and research design*. 3. ed. Los Angeles: SAGE, 2012.

CROW, R. *Income models for open access: an overview of current practice*. Washington, D.C: Scholarly Publishing & Academic Resources Coalition, 2009.

DeNISI, A. S. Managing the Editorial Review Process: It's the People that Matter. In: BARUCH, Y. et al. (Eds.). *Opening the Black Box of Editorship*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

DIAS, C. G. S. *Periódicos na comunicação científica: produção e difusão de periódicos e panorama dos veículos brasileiros da área de Comunicação na base Qualis*. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2006.

DIAS, G. A.; GARCIA, J. C. R. Revistas Científicas: Financiamento, Recursos Tecnológicos e Custos. In.: FERREIRA, S. M. P; TARGINO, M. G. (Orgs.). *Mais sobre revistas científicas: em foco a gestão*. São Paulo: SENAC; Cengage Learning, 2008.

DINIZ, E. H. et al. Abordagens epistemológicas em pesquisas qualitativas: além do positivismo nas pesquisas na área de sistemas de informação. In: EnANPAD, 30., 2006, Salvador, BA, Brasil. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.

DONG, P.; LOH, M.; MONDRY, A. The impact factor revisited. *Biomedical Digital Libraries*, v. 2, n. 7, 2005. Disponível em: <<http://www.bio-diglib.com/content/2/1/7>>. Acesso em: 08 maio 2012.

DUBINI, P.; GIGLIA, E. Economic sustainability during transition: the case of scholarly publishing. In: International Conference on Electronic Publishing, 13., 2009, Italy. *Proceedings...* Milano: ELPUB, 2009.

DUBINI, P. *PEER Economics Report*. Milan: ASK Bocconi, 2011.

EASTON, G. Liberating the Markets for Journal Publications: Some Specific Options. *Journal of Management Studies*, v. 44, n. 4, p. 628-639, Jun. 2007.

EDGAR, B. D.; WILINSKY, J. A survey of the scholarly journals using open journal systems. *Scholarly and Research Communication*, v. 1, n. 2, 2010.

ELSEVIER. Journal metrics. Disponível em: <<http://www.elsevier.com/editors/journal-metrics>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

ERIKSSON, H.-E.; PENKER, M. *Business Modeling with UML: Business Patterns at Work*. New York: Wiley Computer Publishing, John Wiley & Sons, 2000.

FALAGAS, M.; ALEXIOU, V. The top-ten in journal impact factor manipulation. *Archivum Immunologiae et Therapiae Experimentalis*, v. 56, n. 4, p. 223-226, 2008.

FONSECA, E. N. Bibliografia estatística e bibliometria: uma reivindicação de prioridades. *Ciência da Informação*, v. 2, n. 1, p. 5-7, 1973.

GARFIELD, E. Journal impact factor: a brief review. *Journal of the American Medical Association*, v. 161, n. 8, 1999.

GOOGLE SCHOLAR. *Inclusion Guidelines for Webmasters*. 2012. Disponível em: <<http://scholar.google.com/intl/en/scholar/inclusion.html>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

GOMES, V. P. O editor de revista científica: desafios da prática e da formação. *Informação & Informação*, Londrina, v. 15, n. 1, p. 147-172, jan./jun. 2010.

GRUSZYNSKI, A. C.; GOLIN, C.; CASTEDO, R. Produção editorial e comunicação científica: uma proposta para edição de revistas científicas. *E-Compós*, Brasília, v. 11, n. 2, maio/ago. 2008.

GUANAES, P. C. V.; GUIMARÃES, M. C. S. Modelos de gestão de revistas científicas: uma discussão necessária. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 17, n. 1, p. 56-73, jan./mar. 2012.

GUEDES, V.; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In.: Encontro Nacional de Ciência da Informação, 6., 2005. *Anais...* Salvador: ANCIB, 2005.

GUIMARÃES, T. A.; MACHADO-DA-SILVA, C. Editorial. *Brazilian Administration Review*, v. 1, n. 1, jul./dec. 2004.

GUMIEIRO, K. A. *Modelos de negócios para periódicos científicos eletrônicos de acesso aberto*. 2009. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, DF, Brasil, 2009.

HARNARD, S. et al. *The Access/Impact problem and the green and gold roads to open access*. 2004. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/9939/1/impact.html>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

HARVIE, D. et al. What are we to do with feral publishers? *Organization*, v. 19, n. 6, p. 905-914, 2012.

- HARZING, A. W.; VAN DER WAL, R. A Google Scholar H-Index for journals: an alternative metric to measure journal impact in economics and business. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 60, n. 1, 2009.
- HARZING, A. W.; VAN DER WAL, R. Google Scholar as a new source for citation analysis. *Ethics in Science and Environmental Politics*, v. 8, p. 61-73, 2008.
- HIRSCH, J. E. An index to quantify an individual's scientific research output. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 102, n. 46, p. 16569-16572, 2005.
- HORTA, J. S. B. Avaliação da Pós-Graduação: com a palavra os coordenadores de programas. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 19-47, jan./jun. 2006.
- HORTA, J. S. B.; MORAES, M. C. M. O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 30, p. 95-116, 2005.
- HOUGHTON, J. W.; OPPENHEIM, C. The economic implications of alternative publishing models. *Prometheus: Critical Studies in Innovation*, v. 28, n. 1, p. 41-54, 2010.
- HURD, J. M. Models of scientific communication systems. In: CRAWFORD, S.; HURD, J. M.; WILIER, A. C. *From print to electronic: the transformation of scientific communication*. Medford, NJ: Information Today, 1996. p. 9 – 33.
- JEON, D. -S.; ROCHET, J. -C. The pricing of academic journals: a two-sided market perspective. *IDEI Working Papers 458*, Institut d'conomie Industrielle (IDEI), Toulouse, 2007.
- JUDGE, T. A. et al. What causes a management article to be cited – article, author, or journal? *Academy of Management Journal*, v. 50, n. 3, p. 491-506, 2007.
- KING, D.; TENOPIR, C. A publicação de revistas eletrônicas: economia da produção, distribuição e uso. *Ciência da Informação*, v. 27, n. 2, p. 176-182, 1998.
- KIRSCHBAUM, C.; MASCARENHAS, A. O. Nos limites da autonomia: reflexões sobre práticas de blind review e editoria de revistas científicas em administração no Brasil. *RAE-eletrônica*, v. 8, n. 1, jan./jun. 2009.
- KRCMAR, H. et al. Innovation, Society and Business: Internet-based Business Models and their Implications. *HIIG Discussion Paper Series*, n. 07, 2012. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2094222>>. Acesso em: 10 dez. 2012.
- LEITE, P.; MUGNAINI, R.; LETA, J. A new indicator for international visibility: exploring Brazilian scientific community. *Scientometrics*, v. 88, n. 1, p. 311-319, 2011.
- LO BIANCO et al. *Critérios para avaliação da qualidade da revista (A, B ou C): instruções para o preenchimento da ficha de avaliação de periódicos científicos em psicologia elaborada pela ANPEPP-CAPES*. 2002. Disponível em: <<http://www.anpepp.org.br/manual2002.FINAL.doc>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

LUETHI, M. Self-governance in science: what can we learn from FOSS? *DIME working papers*, n. 34, 2008.

MACHADO-DA-SILVA, C. L. Editorial. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 1, n. 1, jan./abr. 1997.

MACHADO-DA-SILVA, C. L. et al. Periódicos Brasileiros de Administração: Análise Bibliométrica de Impacto no Triênio 2005-2007. *RAC-Eletrônica*, v. 2, n. 3, 2008, p. 351-373, 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_821.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2012.

MAGRETTA J. Why Business Models Matter. *Harvard Business Review*, v. 80, p. 86-92, 2002.

MARCHINI, J. S.; LEITE, J. P.; VELASCO, I. T. Avaliação da Pós-Graduação da CAPES: homogenia ou heterogenia. *Infocapes*, Brasília, v. 9, n. 4, out./dez., 2001.

MARTÍNEZ, G. S. La revisión por pares y la selección de artículos para publicación. *Revista Colombiana de Psicología*, v. 21, n. 1, jan./jun. 2012.

McCARTAN, P. Journals and the production of knowledge: a publishing perspective. *British Journal of Political Science*, v. 40, n. 2, 2010.

McFEDRIES, P. Measuring the impact of Altmetrics. *IEEE Spectrum*, Aug. 2012.

McGUIGAN, G.; RUSSELL, R. The business of academic publishing: a strategic analysis of the academic journal publishing industry and its impact on the future of scholarly publishing. *Electronic Journal of Academic and Special Librarianship*, v. 9, n. 3, 2008. Disponível em: <http://southernlibrarianship.icaap.org/content/v09n03/mcguigan_g01.html>. Acesso em: 22 abr. 2012.

MEIRELLES, R. F. *Gestão do processo editorial eletrônico, baseado no modelo acesso aberto: estudo em periódicos científicos da Universidade Federal da Bahia (UFBA)*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil, 2009.

MORRISON, H. *Scholarly communication in crisis: freedom for scholarship in the Internet age*. PhD Dissertation (in progress), Chapter Two. 2011. Disponível em: <<http://pages.cmns.sfu.ca/heather-morrison/chapter-two-scholarly-communication-in-crisis/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

MUELLER, S. P. M. Produção e Financiamento de Periódicos Científicos de Acesso Aberto: um Estudo na Base SciELO. In: POBLACIÓN, D. et al. (Orgs.). *Revistas científicas: dos processos tradicionais às perspectivas alternativas de comunicação*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

MUGNAINI, R. Avaliação da produção científica nacional: contextualização e indicadores. In: POBLACIÓN, D. et al. (Orgs.). *Revistas científicas: dos processos tradicionais às perspectivas alternativas de comunicação*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

MUGNAINI, R.; POBLACIÓN, D. Multidisciplinaridade e especificidade na comunicação científica: discussão do impacto na avaliação de diferentes áreas. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*, v. 4, n. 5, p. 23-30, 2010. Disponível em: <<http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/viewArticle/426>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

MUGNAINI, R.; STREHL, L. Recuperação e impacto da produção científica na era Google: uma análise comparativa entre o Google Acadêmico e a Web of Science. *Encontros Bibli*, v. 13, n. especial, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1127>>. Acesso em: 05 maio 2012.

NARIN, F. *Evaluative bibliometrics: the use of publication and citation analysis in the evaluation of scientific activity*. Cherry Hill, NJ: Computer Horizons, 1976.

NORUZI, A. Google Scholar: the new generation of citation indexes. *Libri*, v. 55, n. 4, p. 170-180, 2005. Disponível em: <<http://www.librijournal.org/pdf/2005-4pp170-180.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2012.

ORIHUELA, J. L. eCommunication: The 10 Paradigms of Media in the Digital Age. In.: A20 COST Conference: Toward New Media Paradigms, 2., 2003, Pamplona (Spain). *Proceedings...* Pamplona: EUNATE, 2003.

OSTERLOH, M. Governance by Numbers. Does It Really Work in Research? *Analyse & Kritik*, v. 32, n. 2, p. 267-283, 2010.

OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y.; TUCCI, C. L. Clarifying Business Models: Origins, Present and Future of the Concept. *Communications of the Association for Information Systems*, v. 15, 2005.

PATTON, M. *Qualitative evaluation and research methods*. Beverly Hills, CA: Sage, 1990. p. 169-186.

PINHO, J. A. G. Brevíssimo manual do editor: considerações sobre submissão e avaliação de artigos, o papel dos pareceristas e do editor de revistas científicas. *Organizações & Sociedade*, v. 12, n. 34, jul./set. 2005.

POBLACIÓN, D. et al. Revistas brasileiras publicadoras de artigos científicos em cirurgia. Terminologia e atribuições adotadas pelos editores. Proposta de organograma do periódico e fluxograma do artigo. *Acta Cirúrgica Brasileira*, v. 18, n. 6, p. 497-501, 2003.

PRIEM, J. et al. Uncovering impacts: a case study in using altmetrics tools. In.: International Workshop on the Future of Scholarly Communication and Scientific Publishing, 9., 2012, Greece. *Proceedings...* Hersonissos: SePublica, 2012.

REGALADO, A. Science in Brazil: Brazilian science riding a gusher. *Science*, v. 330, n. 6009, p. 1306-1312, 2010.

REZENDE, S. M. Produção científica e tecnológica no Brasil: conquistas recentes e desafios para a próxima década. *Revista de Administração de Empresas*, v. 51, n. 2, p. 202-209, 2011.

RICHARDSON, R. J. et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

RIEHLE, D. The single-vendor comercial open source business model. *Inf Syst E-Bus Manage*, v. 10, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1007/s10257-010-0149-x>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

ROCKWELL, S. *Ethics of peer review: a guide for manuscript reviewers*. New Haven, CT: Yale University, Office of Research Integrity, 2006. Disponível em: <<http://ori.hhs.gov/sites/default/files/prethics.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

ROOSEDAAL, H. E. Grey publishing and the information Market: a new look at value chains and business models. In. FARACE, D. J.; SCHOPFEL, J. (Eds.). *Grey literature in library and information studies*. Berlin; New York: De Gruyter Saur, 2010.

ROOSEDAAL, H. E. et al. *Scientific Publishing: from Vanity to Strategy*. Oxford: Chandos Publishing, 2010.

RUIZ, J. A.; JORGE, R. A. Informetría, bibliometría y ciencimetría: aspectos teórico-prácticos. *ACIMED*, v. 10, n. 4, 2002. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1024-94352002000400004&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 03 maio 2012.

SANDES-GUIMARÃES, L. V.; COSTA, S. M. S. Brazilian scientific journals that use the Open Journal Systems (OJS): a quality analysis. *Journal of Information Systems and Technology Management*, São Paulo, v. 9, n. 1, apr. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4301/S1807-17752012000100004>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

SEVINC, A. Manipulating impact factor: an unethical issue or and editor's choice. *Swiss Medical Weekly*, v. 134, n. 410, 2004. Disponível em: <<http://www.smw.ch/docs/pdf200x/2004/27/smw-10761.PDF>>. Acesso em 05 mar. 2012.

SGUISSARDI, V. Produtivismo acadêmico. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (Orgs.). *Dicionário de Trabalho, Profissão e Condição Docente*. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Educação/UFMG, 2010.

SMITH, L. Citation Analysis. *Library Trends*, v. 30, n. 1, p. 83-106, 1981.

SOLOMON, D. J.; BJORK, B. C. Publication fees in open access publishing: sources of funding and factor influencing choice of journal. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 63, n. 1, p. 98-107, 2012.

SOUSA, C. P.; MACEDO, E. Avaliação da pesquisa em Educação e indicadores de produção bibliográfica: um relato sobre o Qualis Periódicos. *Revista de Educação Pública*, v. 18, n. 37, p. 255-272, maio/ago. 2009.

SOUZA, E. P.; PAULA, M. C. S. QUALIS: a base de classificação de periódicos científicos utilizada na avaliação da CAPES. *INFOCAPES – Boletim Informativo da CAPES*, v. 10, n. 2, 2002.

SPAGNOLO, F; CALHAU, M. G. Observadores internacionais avaliam a avaliação da CAPES. *INFOCAPES – Boletim Informativo da CAPES*, v. 10, n. 1, 2002.

SPAGNOLO, F.; SOUZA, V. C. O que mudar na avaliação da CAPES? *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 1, n. 2, p. 8-34, nov. 2004.

STAHLER, P. (2002). *Business models as an unit of analysis for strategizing*. 2002. Disponível em: <<http://www.geschaeftsmodellinnovation.de/english/definitions.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

STAKE, R. E. *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso, 2011.

SUBER, P. Removing barriers to research: an introduction to open access for librarians. *College and Research Libraries News*, v. 64, n. 2, feb. 2003.

SWAN, A. *The open access citation advantage: studies and results to date*. 2010. Technical Report, School of Electronics & Computer Science, University of Southampton. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/18516/>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

THE CONVERSATION MEDIA GROUP. *Princeton goes open access to stop staff handing all copyright to journals – unless waiver granted*. September 28, 2011. Disponível em: <<http://theconversation.edu.au/princeton-goes-open-access-to-stop-staff-handing-all-copyright-to-journals-unless-waiver-granted-3596>>. Acesso em 10 jun. 2012.

TARGINO, M. G.; GARCIA, J. C. R. O editor e a revista científica: entre o “feijão e o sonho”. In.: FERREIRA, S. M. P; TARGINO, M. G. (Orgs.). *Mais sobre revistas científicas: em foco a gestão*. São Paulo: SENAC; Cengage Learning, 2008.

TAGUE-SUTCLIFFE, J. An Introduction to Informetrics. *Information Processing & Management*, v. 28, n. 1, p. 1-3, 1992.

TAKAHASHI, T. (Org.). *Sociedade da informação no Brasil: livro verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TEIXEIRA, R. K. C. et al. Citação de artigos nacionais: a (des)valorização dos periódicos brasileiros. *Rev. Col. Bras. Cir.*, v. 39, n. 5, p. 421-424, 2012.

TEECE, D. Business Models, Business Strategy and Innovation. *Long Range Planing*, v. 43, p. 172-194, 2010.

TIMMERS, P. Business Models for Electronic Markets. *Electronic Markets-International Journal of Electronic Commerce & Business Media*, v. 8, n. 2, p. 3-8, 1998.

TRZESNIAK, P. A estrutura editorial de um periódico científico. In: SABADINI, A.; SAMPAIO, M.; KOLLER, S. (Orgs.). *Publicar em psicologia: um enfoque para a revista científica*. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia, 2009.

TRZESNIAK, P.; PLATA-CAVIEDES, T.; CÓRDOBA-SALGADO, O. A. Qualidade de conteúdo, o grande desafio para editores científicos. *Revista Colombiana de Psicologia*, v. 21, n. 1, jan./jun. 2012.

VAN RAAN, A. The use of bibliometric analysis in research performance assessment and monitoring of interdisciplinary scientific developments. *Technikfolgenabschätzung*, v. 12, n. 1, p. 20-29, 2003. Disponível em: <<http://www.itas.fzk.de/tatup/031/raan03a.htm>>.

SQW. *Costs and business models in scientific research publishing*: a report commissioned by the Wellcome Trust. London: SQW, 2004. Disponível em: <http://www.sqw.co.uk/file_download/50>. Acesso em: 15 jun. 2012.

VALENTE, R; SERAFIM, M. C. RAE 45 anos: recortes de sua história. *Revista de Administração de Empresas*, v. 46, n. 2, 2006.

WALSHAM, D. Interpretative case studies in IS research: nature and method. *European Journal of Information Systems*, v. 4, p. 74-81, 1995.

WILINSKY, J. Ten flavors of open access. In: _____. *The access principle: the case of open access to research and scholarship*. London: MIT, 2006. p. 211-216;

WHITHEY, L. et al. Sustaining Scholarly Publishing: New Business Models for University Presses. *Journal of Scholarly Publishing*, v. 42, n. 4, p. 397-441, jul. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1353/scp.2011.0035>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

WOOD Jr, T.; CHUEKE, G. V. Ranking de produção científica em administração de empresas no Brasil. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 9, n. 4, p. 13-31, 2008.

YIN, R. K. *Case study research: design and methods*. 4. ed. Los Angeles: SAGE, 2009.

ZACARELLI, S. B. *Reativação da "Revista de Administração"*. Julho de 1977. Disponível em: <<http://www.rausp.usp.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

APÊNDICE A – CARACTERÍSTICAS DOS PERIÓDICOS DA AMOSTRA

	Ano de Criação	Periodicidade	Formato	Sistema de Gestão	Valor da Assinatura	Assinantes
RAE	1961	Bimestral	Impresso e Eletrônico	Terceirizado	R\$ 270,00	800
RAC	1997	Bimestral	Eletrônico	SciELO	R\$ 0,00	0
RAUSP	1947	Trimestral	Impresso e Eletrônico	Próprio	R\$ 135,00	800
BAR	2004	Trimestral	Eletrônico	SciELO	R\$ 0,00	0
O&S	1993	Trimestral	Impresso e Eletrônico	SEER	R\$ 80,00	34

	Artigos Publicados (Média por Ano)			Média de Páginas			Número de Autores por Artigo (Diferença % entre 04-06 e 10-12)				
	2004 2006	2007 2009	2010 2012	2004 2006	2007 2009	2010 2012	1	2	3	4	5+
RAE	32	28	32	12,9	13,6	14,5	-77%	-12%	11%	143%	300%
RAC	43	45	48	21,9	22,14	20,42	-33 %	-17%	43%	150%	0%
RAUSP	31	32	35	12,13	13	14,45	-54%	-27%	27%	220%	200%
BAR	8	19	25	16,7	16,84	19,37	-64%	-38%	158%	200%	300%
O&S	33	38	32	17,46	17,9	18,7	-22%	-10 %	47%	14%	0%

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA EDITORES

- 1) Gostaria que contasse um pouco sobre seu histórico de atuação como editor. O que lhe motivou a se tornar editor deste periódico?

Gestão Científica

Modelo de Política Editorial

- 1) Gostaria de saber quais são as características do Comitê Editorial do periódico (qual é sua composição e como ela é estabelecida, quais são suas funções, se existe mandato, encontros periódicos etc.).
 - a. Qual é, em sua opinião, a importância desse colegiado na definição da política editorial e dos rumos futuros do periódico?
- 2) Gostaria de saber quais são as características da Equipe de Editores do periódico (qual é sua composição e como ela é estabelecida, qual a função desses editores dentro da revista, se existe mandato, remuneração, encontros periódicos etc.).
 - a. Como você percebe a importância desses atores no processo de gestão editorial do periódico?

Modelo de Certificação de Conteúdo

- 3) Gostaria que contasse um pouco sobre o processo de avaliação de artigos para o periódico e sobre as características do corpo de avaliadores do periódico.
- 4) O que você acha importante para que o processo de avaliação seja de boa qualidade? Por quê?
- 5) Gostaria de saber quais indicadores do processo de avaliação são monitorados pelo periódico (número de submissões, taxa de rejeição, tempo de resposta etc.). Seria possível obter esses dados?

Gestão Administrativa

Modelo de gestão administrativa e financeira, produção editorial e gráfica, comunicação e marketing.

- 1) Como é composta a equipe interna e externa (terceirizada) do periódico?
 - a. Tarefas.
 - b. Tamanho.
 - c. Perfil.
 - d. Contratação.
- 2) Qual seria, em sua opinião, a importância dessa equipe no processo de gestão do periódico?
- 3) Qual é o espaço físico e a infraestrutura tecnológica existente para a realização das atividades que envolvem a publicação do periódico?

Arquitetura de Valor

Custos da gestão científica

- 1) Gostaria que informasse, se possível, que tipos de custos incorrem do processo de avaliação dos artigos, ou seja, quais são os valores gastos nesse processo

(remuneração dos editores, por exemplo) ou qual a contribuição percentual desses gastos no custo total de publicação do periódico.

Custos da gestão administrativa

- 1) Gostaria que informasse, se possível, quais são os valores gastos no processo de gestão administrativa da revista (gestão administrativa e financeira, produção editorial e gráfica, comunicação e marketing) ou qual a contribuição percentual desses gastos no custo total de publicação do periódico. Gastos com equipe, infraestrutura material e tecnológica etc.

Modelo de Rendimentos

- 1) Gostaria que dissesse sua opinião sobre o modelo de acesso aberto, adotado pelos periódicos brasileiros, e qual seria para você o modelo de receitas ideal para suportar o acesso aberto.
- 2) Com relação às fontes de recursos para manutenção do periódico:
 - a. O periódico mantém assinaturas? Quantas (Estatística Anual)? Qual é o valor da assinatura anual? Qual é a importância dos recursos advindos de assinaturas para cobrir os custos de publicação do periódico?
 - b. São vendidos fascículos avulsos do periódico em bancas, livrarias etc.? Quantas (Estatística Mensal)? Qual é o valor do fascículo avulso? Qual é a importância dos recursos advindos da venda de fascículos avulsos para cobrir os custos de publicação do periódico?
 - c. O periódico cobra taxas aos autores para submissão e avaliação dos artigos? Caso não cobre, já pensou na possibilidade de realizar essa cobrança? Caso cobre, qual é a importância dos recursos advindos dessas taxas para cobrir os custos de publicação do periódico?
 - d. O periódico recebe algum tipo de apoio (recursos financeiros, materiais, humanos etc.) da instituição mantenedora? Descreva. Qual é a importância dos recursos advindos do apoio institucional para cobrir os custos de publicação do periódico?
 - e. O periódico recebe apoio de alguma agência federal ou estadual de fomento à pesquisa (CNPQ, CAPES, FAPESP etc.)? Descreva o processo de obtenção desse recurso. Qual é a importância dos recursos advindos dessas fontes para cobrir os custos de publicação do periódico?
 - f. O periódico recebe apoio de alguma entidade comercial ou de outras fontes? Qual é a importância dos recursos advindos dessas fontes para cobrir os custos de publicação do periódico?

Outros

- 1) Com relação à avaliação de periódicos:
 - a. Qual é sua opinião sobre o atual processo de avaliação de periódicos realizado pela CAPES?
 - b. Qual é, em sua opinião, a importância da avaliação da CAPES para o processo de gestão do periódico?
 - c. Qual é a sua opinião sobre o uso de indicadores de impacto para a avaliação da qualidade de periódicos científicos?
 - d. Que importância você atribui a esses indicadores para o processo de gestão do periódico?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ASSISTENTES EDITORIAIS

Gestão Administrativa e Científica

- 1) Gostaria que contasse um pouco sobre seu histórico de atuação neste periódico.
- 2) Quais são as atividades que você realiza na revista?
- 3) Como são divididas as tarefas entre os membros da equipe do periódico?
- 4) Há alguma atividade terceirizada? Por quê?
- 5) Qual é o espaço físico e a infraestrutura tecnológica existente para a realização dessas atividades?
- 6) Durante o tempo que trabalhou na revista, quais foram as principais mudanças que notou quando da transição de Editores? E o que foi que permaneceu mesmo com a mudança de editores?
- 7) Gostaria que contasse um pouco sobre o processo de transição da revista para o ambiente eletrônico e sobre o processo de busca de indexações em bases de dados.
- 8) Gostaria que contasse um pouco sobre o processo de avaliação de artigos para o periódico.
- 9) Gostaria de saber quais indicadores do processo de avaliação são monitorados pelo periódico (número de submissões, taxa de rejeição, tempo de resposta etc.). Seria possível obter esses dados?

Arquitetura de Valor

Custos da gestão científica

- 2) Gostaria que informasse, se possível, que tipos de custos incorrem do processo de avaliação dos artigos, ou seja, quais são os valores gastos nesse processo (remuneração e tempo dos editores, por exemplo).

Custos da gestão administrativa

- 2) Gostaria que informasse, se possível, quais são os valores gastos no processo de gestão administrativa da revista (gestão administrativa e financeira, produção editorial e gráfica, comunicação e marketing). Gastos com equipe, infraestrutura material e tecnológica, impressão etc.

Modelo de Rendimentos

- 3) Com relação às fontes de recursos para manutenção do periódico:
 - a. O periódico mantém assinaturas? Quantas (Estatística Anual)? Qual é o valor da assinatura anual? Qual é a importância dos recursos advindos de assinaturas para cobrir os custos de publicação do periódico?
 - b. São vendidos fascículos avulsos do periódico em bancas, livrarias etc.? Quantas (Estatística Mensal)? Qual é o valor do fascículo avulso? Qual é a importância dos recursos advindos da venda de fascículos avulsos para cobrir os custos de publicação do periódico?
 - c. O periódico cobra taxas aos autores para submissão e avaliação dos artigos? Caso não cobre, já pensou na possibilidade de realizar essa cobrança? Caso cobre, qual é a importância dos recursos advindos dessas taxas para cobrir os custos de publicação do periódico?

- d. O periódico recebe algum tipo de apoio (recursos financeiros, materiais, humanos etc.) da instituição mantenedora? Descreva. Qual é a importância dos recursos advindos do apoio institucional para cobrir os custos de publicação do periódico?
- e. O periódico recebe apoio de alguma agência federal ou estadual de fomento à pesquisa (CNPQ, CAPES, FAPESP etc.)? Descreva o processo de obtenção desse recurso. Qual é a importância dos recursos advindos dessas fontes para cobrir os custos de publicação do periódico?
- f. O periódico recebe apoio de alguma entidade comercial ou de outras fontes? Qual é a importância dos recursos advindos dessas fontes para cobrir os custos de publicação do periódico?

Outros

- 2) Com relação à avaliação de periódicos:
 - a. Qual é sua opinião sobre o atual processo de avaliação de periódicos realizado pela CAPES?
 - b. Qual é, em sua opinião, a importância da avaliação da CAPES para o processo de gestão do periódico?
 - c. Qual é a sua opinião sobre o uso de indicadores de impacto para a avaliação da qualidade de periódicos científicos?
 - d. Que importância você atribui a esses indicadores para o processo de gestão do periódico?

APÊNDICE D – RESUMO DO MODELO DE GESTÃO DAS REVISTAS

	GESTÃO CIENTÍFICA									
	Editor(es)							Comitê Editorial		
	Escolha	Mandato		Remuneração	Adjunto / Associado	Restrições	Experiência	Função	Composição	Mandato
Duração		Recondução								
RAE	Nomeação	2 anos	Por período indeterminado	SIM	SIM	Professor da FGV-EAESP	NÃO	Decisões políticas e científicas	Endógena (FGV)	NÃO
RAC	Convite	2 anos	Uma vez por igual período	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	Decisões políticas e científicas	Endógena (ANPAD)	NÃO
RAUSP	Convite	4 anos	4 anos	NÃO	NÃO	Professor Titular da USP	NÃO	Decisões políticas e científicas	Diversificada	NÃO
BAR	Convite	2 anos	Duas vezes por igual período	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	Decisões políticas e científicas	Diversificada	2 Anos. 2 reconduções
O&S	Convite	Indeterminado	Indeterminado	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	Decisões políticas e científicas	Diversificada	NÃO

	GESTÃO CIENTÍFICA									
	Processo de Avaliação									
	N. de Etapas	Verificação de Formato	Análise de Ineditismo	Desk Review	Avaliação		Dias Subm.-Aprov. 2011	Dias Subm.-Aprov. 2012	Taxa de aceitação	Artigos recebidos 2012
N. de Avaliadores					Desempate					
RAE	5	SIM	NÃO	1) Editor ou Adjunto; 2) Editores Científicos	2	Editor Científico do Artigo	228	209	5% a 10%	584
RAC	5	SIM	SIM	1) Editor ou Corpo Editorial Científico	2	3º Avaliador / Editor	287	242	5% a 10%	436
RAUSP	3	NÃO	NÃO	1) Editor ou Pesquisadores Próximos	2	3º Avaliador / Editor	398	333	15% a 20%	211
BAR	5	SIM	NÃO	1) Editor; 2) Corpo de Avaliadores	2	3º Avaliador / Editor	317	288	15% a 20%	165
O&S	3	NÃO	NÃO	1) Editor ou Comitê Editorial	2	3º Avaliador / Editor	532	548	15% a 20%	185

	GESTÃO ADMINISTRATIVA										
	Equipe Interna	Processos Terceirizados							Contratação Terceirizados	Espaço Físico	Sistema de Gestão
		Revisão	Tradução	Produção Gráfica	Marcação Metadados	Atualização Website	Impressão	Distribuição			
RAE	6	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	Cotação	Instituição Mantenedora	Terceirizado
RAC	3	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	Cotação	Home Office	SciELO
RAUSP	2	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM	Cotação / Licitação	Instituição Mantenedora	Próprio
BAR	3	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	Cotação	Home Office	SciELO
O&S	2	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	Licitação	Instituição Mantenedora	SEER